

MODELOS URBANÍSTICOS MODERNOS E PARQUES URBANOS:
AS RELAÇÕES ENTRE URBANISMO E PAISAGISMO EM SÃO PAULO NA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

FABIANO LEMES DE OLIVEIRA

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR:

PROF. DR. JOSEP MARIA MONTANER

DOCTORADO EN TEORÍA E HISTORIA DE LA ARQUITECTURA
DEPARTAMENTO DE COMPOSICIÓN ARQUITECTÓNICA
UNIVERSITAT POLITÈCNICA DE CATALUNYA - UPC

Março
2008

Aos meus pais,

AGRADECIMENTOS

Neste caminho, várias foram as pessoas que colaboraram direta e indiretamente. Destaco o apoio familiar, que foi fundamental para que eu tivesse o equilíbrio necessário para a realização desta tese de doutoramento.

Agradeço especialmente a paciência e a labor do meu orientador, o professor Dr. Josep Maria Montaner, que me acompanhou desde o princípio e soube guiar-me nos momentos mais necessários.

A todos os demais professores do Departamento de Composición Arquitectónica que contribuíram para minha formação e para as discussões presentes nesta tese, em maior medida aos professores: Manel Guàrdia, Fernando Álvarez e José Ángel Sanz Esquide. Aos professores brasileiros que me auxiliaram nos momentos iniciais, de maneira especial: Hugo Segawa, Euler Sandeville Jr, Paulo Bruna e Carlos Roberto Monteiro de Andrade.

Às instituições, bibliotecas e arquivos públicos onde pude desenvolver o trabalho de pesquisa documental.

Aos amigos, pelo apoio, interesse em ajudar, pelas conversas e discussões.

Finalmente, agradeço imensamente o apoio do Programa AlBan, Programa de Bolsas de Alto Nível da União Européia para a América Latina, bolsa nº E04D035734BR, que me forneceu a necessária estabilidade financeira para a completa dedicação à realização do doutoramento.

RESUMO

Esta tese analisa as relações entre o pensamento urbanístico e os debates paisagísticos em São Paulo na primeira metade do século XX, focando-se em como os parques e sistemas de parque foram pensados dentro dos planos urbanísticos para a cidade. Importou destacar quais foram os principais referenciais discutidos e como se produziram as transferências, alterações e apropriações de ideários nas elaborações locais. Inicialmente, explicita que a emergência da reflexão urbanística na cidade se fez ao mesmo tempo do aparecimento da idéia de parque urbano moderno. Destaca que a urbanística da Europa Continental, o *Town Planning* britânico e as assertivas de Hénard foram as principais referências teóricas apropriadas na formação do urbanismo paulistano e na divulgação primeira da importância da criação de um sistema de parques articulado ao sistema viário. Logo, perpassa as propostas de bairros-jardim de Barry Parker, sua idéia de criação de um anel de parques ao redor da cidade e a implicação deste estudo nos anteprojetos para a região do rio Tietê. Na seqüência, apresenta um quadro explicativo das principais visões nacionais sobre as relações entre modernidade e brasilidade na construção de jardins e parques a partir dos anos 20; discorre sobre determinadas visões de Le Corbusier acerca das relações entre arquitetura, natureza e cidade importantes para o entendimento de projetos locais e analisa o estudo que realiza para São Paulo. Os últimos capítulos seguem analisando os planos urbanísticos para a cidade e as áreas verdes propostas, identificando as matrizes conceituais, permanências e rupturas teóricas em relação ao momento anterior. Dentre eles, trata dos Grandes Melhoramentos de São Paulo, de Cintra e Maia, realizado de 1924 a 1926; das concepções de cidade e suas áreas verdes de Prestes Maia, especialmente no Plano de Avenidas; bem como da importância das idéias de Anhaia Mello referentes ao urbanismo e ao recreio ativo. Por fim, examina como as áreas verdes foram pensadas no contexto metropolitano dos anos 50, dando especial ênfase ao Plano de Melhoramentos Públicos para São Paulo, de Robert Moses, de 1950; aos projetos e construção do Parque do Ibirapuera; aos planos para a Cidade Universitária e aos debates sobre a criação de um plano diretor para a região.

RESUMEN

Esta tesis analiza las relaciones entre el pensamiento urbanístico y los debates paisajísticos en São Paulo en la primera mitad del siglo XX, enfocando como los planes urbanísticos para la ciudad incorporaron los parques y sistemas de parque. Ha sido fundamental destacar cuales fueron los principales referentes discutidos y cómo se produjeron las transferencias, cambios y apropiaciones de idearios. Inicialmente, pone de manifiesto que la emergencia de la reflexión urbanística en la ciudad se hizo al mismo tiempo que el surgimiento de la idea de parque urbano moderno. Destaca que la urbanística de la Europa Continental, el *Town Planning* británico y las ideas de Hénard fueron las principales referencias teóricas apropiadas en la formación del urbanismo paulistano y en la primera divulgación de la importancia de que se crease un sistema de parques conectado al sistema viario. A continuación, analiza las propuestas de Barry Parker para barrios-jardín en la ciudad, su idea de un anillo de parques alrededor del área urbana y su influencia en los anteproyectos para la región del río Tietê. En la secuencia, presenta un cuadro explicativo de las principales visiones nacionales acerca de las relaciones entre modernidad y *brasilidad* en la construcción de jardines y parques a partir de la década de los 20; discurre sobre determinadas visiones de Le Corbusier – acerca de las relaciones entre arquitectura, naturaleza y ciudad – importantes para la comprensión de proyectos locales y analiza el plan que hizo para São Paulo. Los últimos capítulos siguen analizando los planos urbanísticos para la ciudad y las áreas verdes propuestas y buscan identificar cuáles fueron las matrices conceptuales, las permanencias y rupturas teóricas en relación al momento anterior. De entre estos planes, se examinan el proyecto de Maia y Cintra, de 1924 a 1926; las concepciones de ciudad y de sus áreas verdes de Prestes Maia, sobre todo, en el Plano de Avenidas; al igual que analiza la importancia de las ideas de Anhaia Mello sobre el urbanismo y el recreo activo. Finalmente, examina los razonamientos sobre las áreas verdes en São Paulo en el contexto metropolitano de la década de los 50, con especial énfasis en el análisis del plan de Robert Moses, de 1950, en los proyectos y en la construcción del Parque del Ibirapuera, en los planes para la Ciudad Universitaria y en los debates acerca de la creación de un plan director para la región.

ABSTRACT

The dissertation analyses the relationships between the urban debates and the landscape discussions held in São Paulo in the first half of the 20th century, focusing on how the parks and park systems appeared in the urban plans for the city. It highlights which main references were discussed and how the transferences, changes and appropriations of ideals were produced. Initially, it stresses the fact that the urban reflection upon the city and the idea of the modern urban park emerged simultaneously. The urbanism of Continental Europe, the British *Town Planning* and the ideas of Hénard were the fundamental theoretical references appropriated in the formation of the urbanism in São Paulo and the first popularization of the importance of creating a well-thought-out park system connected with the street system. Furthermore, it studies Barry Parker's proposals for garden suburbs, his idea of creating a park ring around the city and his influence on the preliminary plans for the region of the Tietê River. Then, the dissertation focuses on the principal national visions of the links between modernity and *Brazility* in the construction of gardens and parks since the 1920s; it ponders over certain views of Le Corbusier concerning the relations between architecture, nature and city which are important to understand local projects. There, it analyses the plan which Le Corbusier drew up for São Paulo. The following chapters continue analysing the urban plans for the city and the green areas proposed, and seek to identify conceptual trends, theoretical permanencies and ruptures in relation to the previous years. Among these plans, the thesis examines Maia and Cintra's proposal, from 1924 to 1926; Prestes Maia's concepts of city and its green areas, especially, in his Plan of Avenues; and the significance of Anhaia Mello's ideas about urbanism and active recreation. Finally, the dissertation presents how the green areas were considered in São Paulo in the metropolitan context of the 1950s, with a special emphasis on the analysis of the plan of Robert Moses from 1950; on the designs to the Ibirapuera park and its construction; on the plans for the University of São Paulo campus and on the debates about working out a master plan for the region.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	15
Primeiras Inquietações: a Construção do Objeto de Pesquisa	17
Hipóteses e Objetivos	19
Capítulos.....	20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
Notas da Introdução e dos Procedimentos Metodológicos	32
CAPÍTULO 1: PARQUE URBANO MODERNO E CIDADE	35
1.1. Acerca dos Discursos Historiográficos sobre Parque e Cidade no Brasil	36
1.1.1. Primeira Historiografia do Paisagismo Moderno e a Relação com a Historiografia da Arquitetura.....	37
1.1.2. Historiografia Recente Sobre o Paisagismo Moderno Brasileiro	42
1.1.3. Breve Olhar para a Historiografia Paulistana Sobre Parque e Cidade	44
1.1.4. A História Urbana e o Olhar para o Espaço Público	45
1.1.5. Parque e Cidade na Historiografia Internacional	48
1.1.6. Considerações Finais Acerca da Historiografia sobre Paisagismo e Urbanismo no Brasil ..	49
1.2. Do Parque à Cidade. Aproximações ao Tema do Parque Urbano	50
1.2.1. Algumas Precisas Terminológicas.....	50
1.2.2. Paisagem, Parque Urbano e Urbanismo	53
1.2.3. As Acepções do Moderno.....	74
1.2.4. Antecedentes do Parque Urbano no Brasil	77
Lista de Figuras	82
Notas do Capítulo 1	83
CAPÍTULO 2: CIDADE E PAISAGEM EM SÃO PAULO NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX ..	89
2.1 São Paulo, Crescimento e Primeiros Planos	92
2.1.1 As Primeiras Propostas para a Área Central	100
2.1.2 <i>A Belle Époque</i> Urbanística: o Projeto de Avenidas de Alexandre Albuquerque	102
2.1.3 O Projeto de Samuel das Neves	107
2.2 O Aparecimento da Idéia de Parque Urbano Moderno na Cidade de São Paulo.....	109
2.2.1 O Plano de Melhoramentos de Victor da Silva Freire para São Paulo: <i>Städttbau, Town Planning</i> e Áreas Verdes	110
2.2.2 O Plano Bouvard e a Reafirmação do Urbanismo Compreensivo	142
2.2.3 O Parque da Várzea do Carmo como Parque Central.....	150
2.3 O Rio tietê e a Nova Escala Urbana: da Canalização à Faixa de Parques	158
2.4 O Parque no Modelo Cidade-Jardim e sua Aplicação em São Paulo	172
2.4.1 O Verde na Proposta de Howard	172
2.4.2 Barry Parker e os Bairros- Jardim em São Paulo.....	177
2.4.3 Barry Parker, o Parque Paulista e o Park Ring.	185
Lista de Figuras	189
Notas do Capítulo 2.....	193
CAPÍTULO 3: NACIONALISMO E MODERNIDADE: O LUGAR DO JARDIM E DO PARQUE	201
3.1. A Questão do Nacional e do Moderno	202
3.1.1. Aproximações à relação entre Natureza e Brasilidade.....	203
3.2 O Jardim, o Parque e as Visões de Brasilidade	208
3.2.1 Nacional por Tradição: a Visão Neocolonial.....	209
3.2.2 Nacional por Tradição: o Papel do Academicismo e do Ecletismo	218
3.2.3. A Construção Modernista: Nacional por Tradição?.....	223
3.2.3.1 Primeiros Esforços: Mina Klabin Warchavchik.....	225
3.2.3.2 O Jardim Brasileiro na Visão de Roberto Burle Marx.	231
3.2.4 Outras Produções.....	246
3.3. Le Corbusier: Jardim e Parque no Urbanismo Modernista.....	249
3.3.1 O Olhar de Le Corbusier para São Paulo.....	261
Lista de Figuras	265
Notas do Capítulo 3.....	267

CAPÍTULO 4: PARQUE E CIDADE NO PENSAMENTO URBANÍSTICO PAULISTANO	271
4.1. O Perímetro de Irradiação e os Grandes Melhoramentos: a Articulação entre o Sistema Viário e o de Parques e Jardins.....	272
4.2. Prestes Maia	280
4.2.1. O Plano de Avenidas: Referências, Discursos e Contradições	281
4.2.2. Entre Ideários e Realizações: <i>Os Melhoramentos de São Paulo</i> (1945).....	303
4.2.3. Outras Propostas	316
4.2.3.1. Expansionismo e Unidades de Vizinhança: O Plano Regional de Santos (1947)	319
4.2.3.2. Prestes Maia e o Modelo Cidade-Jardim	326
4.3. Anhaia Mello.....	331
4.3.1. O Urbanismo Americano, Planos Regionais e Sistemas de Parques	332
4.3.2. Anhaia Mello: o Parque e o Recreio Ativo.....	339
Lista de Figuras	353
Notas do Capítulo 4.....	355
CAPÍTULO 5: O PARQUE NA METRÓPOLE MODERNA	361
5.1 São Paulo, Crescimento Urbano e o IV Centenário de Fundação da Cidade	362
5.2 O Convênio Escolar: Unidades de Vizinhança e suas Áreas Verdes.....	368
5.3 Robert Moses e o Programa de Melhoramentos Públicos para São Paulo	370
5.3.1 Moses e Nova Iorque: Urbanismo e Crítica.....	371
5.3.2 O Plano Moses: Rodovias e Parques na Metrópole	374
5.4 O Parque Metropolitano: Parque do Ibirapuera.....	386
5.5 Parque, Cidade e Educação: A Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.....	411
5.6 O Parque Náutico, 1955.	429
5.7 O Plano Diretor para São Paulo e as Áreas Verdes.....	432
Lista de Figuras:	439
Notas do Capítulo 5.....	442
CONSIDERAÇÕES FINAIS	447
BIBLIOGRAFIA	
Teoria e História do Urbanismo Internacional.....	467
Teoria e História do Urbanismo no Brasil	471
Teoria e História do Paisagismo Internacional	473
Teoria e História do Paisagismo no Brasil.....	475
Teoria e História da Arquitetura Internacional	477
Teoria e História da Arquitetura no Brasil.....	478
Textos de Referência	479
Textos de Referência - Brasil	480
São Paulo	481
Artigos Publicados em Revistas, Jornais ou Anais de Eventos Científicos.....	482
Arquitetura.....	482
Urbanismo	483
Paisagismo	485
Textos de Referência	487
BIBLIOTECAS E ARQUIVOS CONSULTADOS	
Bibliotecas.....	488
Arquivos.....	488

INTRODUÇÃO

Este trabalho de doutoramento analisa as relações entre urbanismo e paisagismo em São Paulo na primeira metade do século XX e tem especial interesse em examinar como os projetos de parque e sistemas de parque apareceram nos planos urbanísticos para a cidade. Verificamos a importância do urbanismo moderno, especificamente de determinados modelos de cidade de fins do século XIX à primeira metade do século XX, na definição das idéias de parque urbano defendidas na cidade e na divulgação da necessidade de incorporá-los ao planejamento citadino. O principal interesse do trabalho é entender como estes saberes e práticas européias e norte-americanas referentes ao pensamento de construção de uma cidade moderna e de suas áreas livres se utilizaram como referencial para as intervenções e propostas urbanas feitas em São Paulo e nos ideários e linguagens usadas na criação de parques na cidade até a década de 50.

É nos evidente que tais processos de transmissão, maturação e novas proposições são extensos, multidirecionais e não se referem apenas a fluxos diretos com o exterior, mas que possuem vias de entrada, matizações e elaborações locais que escapam ao âmbito territorial paulistano. Neste sentido, pontuaremos, na medida do necessário, as principais idéias de parque urbano que se desenvolveram em outras localidades, e que possam se relacionar com o caso a se tratar.

São Paulo apresenta aspectos particulares que cabe ressaltar desde já e que temos em consideração na seqüência das análises. A própria dinâmica autofágica da cidade (de contínua reconstrução sobre si mesma) e a sistemática reflexão urbanística da qual passa a ser objeto desde finais do século XIX promove reformulações constantes nos ideais de cidade elaborados e nas concepções de parque urbano e de seu papel em distintos momentos. Verifica-se a vitalidade deste processo em torno às questões urbanas, em que as contendas conceituais, defesas de ideários e multitude de concepções de cidade, parque e modernidade conformam um rico e multidisciplinar fórum de discussões.

Se o continente europeu encampa os problemas decorrentes dos mecanismos de crescimento urbano e industrial, deflagrados desde a segunda metade do século XIX, como mote fundamental para repensar o espaço citadino sobre outros parâmetros e incluir o parque como elemento essencial do planejamento urbano e necessário para a vida nas cidades modernas, situação de certa forma semelhante passa em São Paulo a partir da virada do século. A cidade se vê imersa em processos de ampliação territorial, populacional e fabril sem igual até o momento e investigaremos em que medida o pensamento moderno sobre a cidade e seus espaços livres

apresentada por personagens como Stübben, Eberstadt, Hénard, Unwin, Barry Parker, Le Corbusier e outros vários, está presente nas formulações propostas para São Paulo. Para compreender o papel do parque para a cidade nestas distintas fases, é fundamental relacioná-lo às problemáticas urbanas, às alterações propostas na forma e na estrutura social da cidade a partir dos seus momentos de industrialização, recepção de fluxos migratórios advindos do campo e todas as conseqüências geradas pela emergência da burguesia como classe articulada. Da mesma forma, também é fundamental focá-lo a partir de uma visão abrangente que o insira no contexto dos processos de modernização das cidades brasileiras, sobretudo a partir do início da Primeira República. Por fim, cada proposta de parque a ser analisada, cada idéia de área verde e suas matrizes formais, carrega qualidades e elementos próprios e, por si, se apresentam como objetos de interesse específicos.

Cercar a pesquisa em um determinado período histórico não representa, neste caso, extremada inflexibilidade das margens temporais, mas sim delimita um horizonte de discussões em que a possibilidade de articulação dos distintos contextos seja possível dentro dos interesses específicos do trabalho. Tratar do espaço público moderno enquanto possibilidade de pensar as cidades em sua nova condição histórica pressupõe uma definição precisa das bases conceituais do que de fato se considera um momento de alteração nas matrizes de sua produção para a criação de outras. Nesse sentido, estudar a primeira metade do século XX, sem deixar de pontuar as referências ou momentos anteriores em função das necessidades de cada análise, é fundamental para compreender o processo de construção das teorias urbanas e idéias de parque em suas distintas facetas e aproximações epistemológicas. Dilatar o estudo até os anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra permite, por sua vez, analisar o momento de consolidação do processo de metropolização que São Paulo havia iniciado nas décadas anteriores; e as idéias urbanísticas e de parque neste novo cenário, cuja grande expressão foi o Parque do Ibirapuera, inaugurado em 1954. Esta periodização responde também ao interesse de verificar as permanências e rupturas nos discursos dos profissionais locais ligados ao urbanismo e paisagismo em relação às produções internacionais contemporâneas, em uma perspectiva histórica por um lado suficientemente distendida para verificar tais alterações e por outro ainda abarcável dentro de um contexto de debates com características similares e dos limites da tese. Ou seja, interessamo-nos por uma aproximação sincrônica ao estudo dos ideários presentes na conformação dos parques em São Paulo em relação às experiências internacionais. Além disso, em um período de aproximadamente 50 ou 60 anos, se pode perceber como as trajetórias dos agentes individuais e sociais vão se alterando ou se mantendo enclausuradas em seus conceitos iniciais e, assim, determinarmos como a presença dessas distintas opções construiu arcabouços

teóricos e concepções diversas do que poderia ser considerado o ideal para a cidade. Assim, além de estudar os vínculos entre a produção nacional no período e as bases de constituição dessa nova forma de entender as cidades, seus parques, a arquitetura e seus agentes produtores e difusores, pode-se perceber as idas e vindas, as incertezas, diferenças e similaridades, os períodos levados para a chegada de determinada concepção e o tempo que tardou para ser trabalhada, assimilada ou não. Também, dentro dessas margens temporais, podemos analisar as conexões e fraturas entre o proposto e o efetivamente realizado.

Se muito foram estudadas as principais intervenções urbanísticas e paisagísticas do período em São Paulo e no Brasil, de fundo eclético, realista ou classicista, pouco a historiografia se deteve nas inter-relações entre o pensamento urbanístico e a emergência da idéia de parque urbano moderno na cidade. Este trabalho trata, portanto, de relacionar as novas formas de pensar e intervir na cidade com as idéias de criação de parques e sistemas de parques urbanos no período. Esta tese contou com o apoio do Programa AlBan, Programa de bolsas de alto nível da União européia para a América Latina, bolsa nº E04D035734BR.

PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Esta, entendida como processo e não como algo imutável e rígido, sofreu alterações de enfoque e delimitações em função do avanço das investigações, das questões colocadas pelo autor a cada momento e das respostas obtidas.

Dentre as inúmeras inquietações iniciais próprias da vontade de começar um trabalho de investigação com o grau de profundidade que exige um doutoramento, a principal delas foi perceber que a construção historiográfica acerca do paisagismo no Brasil pouco se articulava com o estudo da disciplina urbanística. Intrigava a verificação de que em grande medida se fazia a partir de leituras estilísticas e formais da produção não modernista e, desta última, a partir do vínculo – necessário, mas não totalmente suficiente - com a arquitetura moderna brasileira¹ e com as influências das reformulações artísticas das vanguardas européias, não adentrando ou se aproximando do campo disciplinar do urbanismo. Em relação ao paisagismo modernista, o papel de Burle Marx evidentemente se destaca e, por tal magnitude de reconhecimento, ofusca as demais produções e agentes individuais do período. Intrigava, portanto, o fato de que se resumia, grosso modo, a discussão da formação do paisagismo moderno no Brasil a sua vinculação à arte moderna, a um certo nacionalismo e a Mina Klabin Warchavchik e, especialmente a Burle Marx. Contudo, pensar o espaço público moderno é pensar sobre a cidade moderna e vice-versa, e o fato de que não se discutiam com profundidade as relações entre

urbanismo e paisagismo causava certo estranhamento. Mesmo no caso de Burle Marx, vastamente estudado, as dimensões urbanísticas de seus parques e suas possíveis relações com o pensamento urbano internacional e nacional não são foco de abordagem nas leituras correntes.

Neste sentido, a partir da percepção e análise dessa vertente interpretativa predominante, pareceu-nos fundamental investigar a colaboração do urbanismo moderno na inclusão do verde nos projetos de e para as cidades, enfim dar importância a como os modelos de cidades propostos concebiam seus parques e/ou sistemas de parques e como dialogavam ou não com as experiências realizadas pelos arquitetos paisagistas. Em suma, interessou, desde os primeiros ensaios de incitação mental para a busca de um tema, a relação entre o que os arquitetos e urbanistas propunham em suas idéias de cidades e o que aqueles que se dedicavam mais à arquitetura da paisagem pensavam acerca de como deveria ser o espaço público da cidade moderna.

Definitivamente, já que é com a emergência do urbanismo como disciplina no século XIX que o parque aparece como fundamental elemento urbano,² buscamos refletir sobre como foram pensados nos principais modelos urbanísticos de então até os anos 50, como eram entendidos e de que maneira se relacionavam com as concepções mais gerais de como deveria ser, na visão de seus autores, a cidade moderna. Assim, esse é, basicamente, o direcionamento geral do trabalho: buscar tecer linhas argumentativas que explicitem essas relações entre urbanismo e paisagismo modernos no cenário internacional e de como foram fundamentais para a construção de distintas visões sobre a produção dos parques urbanos em São Paulo, como no Brasil, na primeira metade do século XX.

A relação entre parque e cidade carece de estudos mais detalhados tanto em São Paulo, como de maneira mais abrangente no país. É, portanto, indispensável aclarar o contexto de interlocução em que foi possível que os parques urbanos fossem entendidos por determinados atores e grupos como uma das principais questões do urbanismo. Esse estudo se faz ainda mais necessário tendo em vista que as aproximações ao tema da história do paisagismo no Brasil apresentam uma mirada quase sempre exclusiva aos referenciais dos jardins e parques franceses e ingleses dos séculos XVII ao XIX ou tangenciam em torno à obra de Burle Marx. Entendemos, assim, que relacionar os dois campos disciplinares, urbanismo e paisagismo, é fundamental para tecer uma rede de argumentos que explique com certa precisão os fenômenos de alteração das paisagens urbanas no país, e especificamente em São Paulo, na primeira metade do século XX.

HIPÓTESES E OBJETIVOS

As hipóteses foram se construindo paralelamente às perguntas direcionadas ao objeto de pesquisa. Na medida em que este foi se formando, as indagações e conjecturas de abordagem das questões se entrelaçavam e se tornava cada vez mais evidente o papel fundamental que desempenhou o pensamento urbanístico na defesa da criação de áreas verdes na cidade e na formação da idéia moderna de parque urbano. As hipóteses, como se relacionavam à criação do objeto - e este, por sua vez, se iniciou por um processo de estudo da produção teórica sobre os temas a serem tratados - não surgiram de modo aleatório e despreocupado, mas sim de reflexões desencadeadas a partir deste processo de formação do pesquisador e do objeto de investigação.

Consideradas como guias necessárias e orientativas das aproximações às perguntas, essas conjecturas partem das discussões internacionais e nacionais sobre as relações entre urbanismo e paisagismo no período. Buscamos sustentar, pois, primeiramente, que é com o início da reflexão urbanística em São Paulo que se aparece a idéia moderna de parque urbano na cidade. Se antes se vinculava com maior força à pesquisa botânica e ao uso pelas elites, passa a entrar definitivamente na reflexão sobre a construção da cidade como artefato e sobre sua importância na vida de todos os seus habitantes. Assim, de dentro da efervescência do aparecimento do urbanismo como disciplina, sobretudo através das experiências norte-americanas, da Europa Continental e do *Town Planning* britânico, o parque urbano aparece como elemento de projeto das cidades, criados para a vida das urbes do período industrial. Logo, outros serão os trabalhos que terão repercussão nas propostas em São Paulo, em que podemos mencionar personagens como Hénard, Le Corbusier, Hilberseimer, Perry, Stein, dentre outros tantos. Quer-se demonstrar que há uma relação de intercâmbio de ideários entre esses profissionais e tentativas férteis de reformulação de conceitos e linguagem no Brasil e, especificamente, em São Paulo, e que se relacionam com a recepção desses modelos, dentre outros. Em um trabalho que relaciona o fazer histórico e a crítica, pretende-se construir, concisamente, e com os elementos existentes, uma linha argumentativa em que se possa verificar como se deu a construção da idéia de parque público moderno e as linguagens adotadas em São Paulo.

De modo esquemático, resumimos três das principais hipóteses que nos guiaram neste trabalho: que o estudo conjunto do urbanismo e do paisagismo é chave para entender a formação da idéia de parque urbano no período e suas variadas concepções; que os planos urbanísticos para São Paulo e suas propostas de áreas verdes discutem aspectos relevantes das propostas realizadas no âmbito internacional e que é mister desvelar as distintas concepções de cidade, modernidade e de parque urbano dos principais atores individuais envolvidos com as discussões sobre

urbanismo e paisagismo na cidade para entender os processos que levaram a sua conformação contemporânea

Nesta direção, e considerando o conjunto do exposto acima, a tese pretende colaborar, no panorama mais geral: para a construção de uma reflexão teórica e historiográfica acerca do urbanismo e paisagismo em São Paulo e, conseqüentemente, inserir-se como importante referência em relação ao quadro nacional; apresentar leituras críticas da produção teórica e prática dos projetos urbanos em que se pensaram parques públicos na cidade; evidenciar agentes individuais e obras importantes que pouco foram abordadas; e verificar as permanências de ideários e as alterações de paradigmas e concepções de cidade e de parque urbano.

Em termos mais específicos, busca-se apresentar como os principais modelos urbanísticos de referência em São Paulo concebiam e propunham os parques públicos; analisar a formação da idéia de parque urbano moderno em São Paulo, as distintas concepções que teve ao longo do período e suas relações com os planos urbanísticos para a cidade; examinar o papel dos arquitetos, urbanistas e paisagistas locais do período e como se posicionavam em relação à produção dos parques públicos; além de fazer análises comparadas de casos relevantes na cidade.

CAPÍTULOS

O processo de escritura dos capítulos se fez ao longo de todo o curso do doutorado, concentrando-se em sua fase final. Gabriel Garcia Márquez, na introdução de seu livro, *Doce Cuentos Peregrinos*, comenta com destacada agudez e de modo extremamente elucidativo como se constituiu seu processo de realização do livro em questão. Conta-nos que: “*trabajando todos los cuentos a la vez y saltando de uno a otro con plena libertad, conseguí una visión panorámica que me salvo del cansancio de los comienzos sucesivos, y me ayudó a cazar redundancias ociosas y contradicciones mortales.*”³ Partindo destas intenções, também buscamos trabalhar os capítulos de modo conjunto, ainda que em determinados momentos foram necessárias dedicações mais intensas à realização de capítulos específicos no sentido de consolidar e clarificar as posturas defendidas em cada um deles.

No primeiro capítulo, iniciamos com uma análise da historiografia nacional sobre as relações entre urbanismo e paisagismo modernos. Elucidamos como as historiografias sobre os dois campos disciplinares se fazem separadamente, quase que isoladamente e que se por um lado a arquitetura e urbanismo são freqüentemente tratados de modo mais ou menos articulado, bem

como arquitetura e paisagismo modernos (recorrentemente a partir da experiência da escola carioca), o mesmo não ocorre entre história urbana e do urbanismo em relação à história do paisagismo no país. Damos especial ênfase na historiografia sobre o caso paulistano, mas nesse momento é importante delimitar o contexto nacional de discussão.

Para precisar o entendimento das argumentações desenvolvidas ao longo da tese, nos pareceu fundamental clarificar os principais conceitos e termos recorrentes nos capítulos subseqüentes. Por conseguinte, apresentamos definições teóricas de caráter geral, bem como concernentes aos dois principais campos disciplinares de estudo, urbanismo e paisagismo. Com a mesma intenção, se estabelece um panorama das principais referências contextuais centrado nos debates urbanísticos e paisagísticos a partir da segunda metade do Oitocentos, em que apresentamos uma primeira aproximação a como se constituíram idéias de parque urbano moderno para determinados autores relacionados com projetos de e/ou para cidades, bem como para determinados agentes diretamente ligados à atividade paisagística. Trabalhamos com alguns autores como Choay, Benévolo, Giedion, Chadwick, Panzini, Dal Co,⁴ além de outros, para construir um repertório conceitual que estabeleça as bases de entendimento dos conceitos de parque urbano para o período. As análises se realizaram tendo em vista os casos nacionais a serem discutidos, especificamente como referências para a construção de um olhar urbanístico para o parque e para os sistemas de parque, apresentando-os como instrumento de planejamento. Não nos estendemos nessas análises, mas apenas levantamos questões que se aprofundaram na medida do necessário ao longo dos capítulos seguintes.

O segundo capítulo se destina a estudar como dentro da constituição do urbanismo como disciplina na cidade de São Paulo, a partir de personagens como Victor da Silva Freire e Ulhôa Cintra, emerge a idéia de parque urbano moderno e de sistemas de parque. Estes aparecem dentro do pensamento urbanístico paulistano como instrumentos de planejamento urbano, e profundamente influenciados pelas experiências da urbanística da Europa Continental e do *Town Planning* britânico. Atentamo-nos para o fato de que estes olhares para a cidade entendiam como fundamentais para o alcance de um futuro harmônico, equilibrado entre urbanização e natureza, a inserção incisiva de áreas verdes no tecido citadino. Interessou-nos averiguar como foram pensadas dentro das reflexões sobre as problemáticas urbanas e entendidas como parte das respostas aos problemas de crescimento territorial e como símbolos de modernidade. Aparecem defendidas não apenas como instrumento de saneamento, embelezamento citadino e valorização de áreas das elites, mas também como locais públicos,

que promovessem o acesso e atividades para toda a população, como elementos construtores da cidade, enquanto artefato, e do bem-estar social.

Muito se comenta pela historiografia que os projetos de jardins e parques, bem como as intervenções urbanas mais visadas pelos responsáveis pela obras públicas em São Paulo neste período, foram definitivamente focados nas intervenções haussmannianas na Paris do Segundo Império. Entretanto, contrários a essa perspectiva, acenamos para o fato de que é com o estudo dos exemplos do *Städtebau*, da *Ringstrasse* de Viena, dos trabalhos derivados do modelo de cidade-jardim e dos estudos de Hénard para Paris que se constroem, nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, as principais referências urbanísticas para se pensar a cidade e seus espaços públicos. É a partir daí que aparece a idéia de parque urbano moderno e que se estabelece um repertório teórico para pensar as intervenções na cidade.

Ao princípio do capítulo contextualizamos brevemente o processo de crescimento da cidade a partir do último quarto do século XIX e atentamos para a tomada de consciência do fenômeno urbano como questão. É com a percepção de fortalecimento da cidade como núcleo de atração populacional e econômico que se faz necessário investigar na nova disciplina urbanística os modos de intervir na urbe e quando se verifica a importância da criação de áreas verdes. Neste contexto, trabalhamos basicamente sobre dois grupos de propostas e de elaborações conceituais, analisando tanto os textos dos autores, como a obra realizada. Inicialmente tratamos dos projetos de reformas urbanas e dos parques criados neste processo de crescimento urbano e econômico da cidade, dando especial atenção para os trabalhos de Victor da Silva Freire e de Bouvard, em que se destacam projetos de sistemas de parques que incluem o Vale do Anhangabaú e o Parque da Várzea do Carmo, pensado como o parque central da cidade e realizado finalmente de 1918 a 1922 por E. F. Cochet. Na seqüência, nos focamos nos projetos para o Rio Tietê, suas margens e parques articulados, em especial nas propostas de Ulhôa Cintra e de Saturnino de Brito, que se apresentaram como experiências fundamentais para a aplicação das idéias urbanísticas e paisagísticas discutidas no momento. Por fim, analisaremos os projetos de Barry Parker para os primeiros bairros-jardins da Cia City, especificamente o Jardim América, Pacaembu, Anhangabaú, Alto da Lapa e Bela Aliança; bem como sua reforma para o Parque Paulista e proposta de cinturão verde em torno da cidade.

O Capítulo 3 trata, em sua primeira parte, de analisar algumas das principais matrizes teóricas e práticas de tentativas de construção de um modelo de jardim e de parque tipicamente brasileiros na primeira metade do século XX e, na continuação da análise da contribuição de Burtel Marx,

discorre sobre como as áreas verdes aparecem no ideário de Le Corbusier sobre a construção da cidade moderna, no momento em que realiza sua primeira viagem ao Brasil em 1929. Por fim, analisamos o estudo que realiza para São Paulo, quando de sua passagem pela cidade.

Inicialmente, fazemos algumas aproximações às relações entre natureza e brasilidade, para logo analisar as semelhanças e choques conceptuais entre as elaborações teóricas de distintos grupos. A efervescência da questão da brasilidade, a partir dos anos 20, era presente e notável nos debates sobre a paisagem e verificaram-se, no Brasil, tentativas de vincular nacionalismo e definição de uma linguagem para a produção a se realizar no país. Assim, intelectuais e artistas, dentre outros grupos, irão se interessar pelo tema e defender distintas idéias. Tratamos de analisar as intersecções, as trocas, os pontos de partida e de chegada destas reflexões, pois é o amálgama de referências o substrato em que se desenvolvem as argumentações específicas e se percebem tanto similitudes quanto distanciamentos. Assim, na primeira parte, discorre sobre a visão impetrada por Marianno Filho, profundo defensor do Neocolonial, a respeito de como o jardim nacional deveria refletir um olhar cuidadoso para uma tradição pautada na adaptação dos referenciais dos colonizadores às condições mesológicas e sociais brasileiras. Na seqüência, pontuamos como a tradição clássica e as apropriações estilísticas ecléticas também argumentam a respeito da possibilidade ou não de criação de uma produção nacional. Neste momento, apresentamos as visões de Christiano Stockler das Neves e de Reynaldo Dierberger, que embora possuíssem concepções bastante distintas sobre o tema, podem ser discutidos conjuntamente e em relação às outras posturas as que fazemos referência. Na seqüência, analisamos proposições mais especificamente vinculadas ao modernismo, tais como a de Mina Klabin Warchavchik e de Roberto Burle Marx. Mina Klabin, embora não tenha se dedicado à criação de parques urbanos, é uma profissional importante para o debate aos temas da nacionalidade, da definição de linguagem a respeito do paisagismo moderno brasileiro. A figura de Burle Marx se põe em evidência sobretudo a partir de meados da década de 30 e analisamos sua importância para a reformulação lingüística no campo paisagístico e na busca de uma produção moderna e nacional. Sobre a obra do paisagista, apontamos para o fato de que também se remete a referências do período colonial, tanto formais como no uso de espécies, ao princípio da carreira, nesta elaboração. Alertamos ainda para o fato de que a integração do jardim à arquitetura, a utilização de plantas autóctones e a opção pela criação de contrastes cromáticos, freqüentemente analisadas na obra do paisagista como aspectos que a caracterizariam, também estavam presentes em produções não modernistas, como as de Dierberger. Neste sentido, revemos criticamente os processos envolvidos na formação de suas concepções de jardim e de parque urbano, analisando-as em consideração com o cenário em que se movia, das recuperações do

passado e das eleições feitas de elementos do presente. Destacamos ainda que o Parque do Ibirapuera, a ser discutido em profundidade no capítulo 5, foi objeto de projetos de personagens discutidos no capítulo 3, sendo eles Stockler das Neves, Dierberger e Burle Marx e, por isso, chamamos a atenção ao longo do texto para como as idéias de parque destes profissionais aparece explicitada em seus desenhos para o Ibirapuera. O pensamento corbusiano do período sobre jardim e parque é destacado ao final do capítulo, já que foi de fundamental importância para o entendimento de concepções que seriam posteriormente defendidas e apropriadas. Chamamos a atenção para como no estudo de Otávio Augusto Teixeira Mendes para o Parque do Ibirapuera se atém à criação de um parque essencialmente verde, pautado em gramados e áreas arborizadas, tal como defendido por Le Corbusier e possivelmente acorde com as preferências de Oscar Niemeyer. Esta relação entre edifícios e verde se veria de modo ainda mais claro em Brasília, onde o verde absoluto foi dominante nas super-quadras, onde pouco espaço se deixou para as formas e os contrastes cromáticos de Burle Marx.

Após verificar a relação entre os projetos de parques e as idéias de cidade desde princípios do século XX ao final da Primeira República, bem como discutir as idéias de criação de uma linguagem moderna e nacional no paisagismo e analisar a proposta de Le Corbusier para São Paulo, coube retomar a produção urbanística paulistana desde meados dos anos 20 centrandonos nos trabalhos de dois dos principais agentes ativos das discussões na cidade: Francisco Prestes Maia e Anhaia Mello. Assim, iniciamos o capítulo com o estudo de Cintra e Maia, de 1924 a 1926, onde se organizam algumas das principais bases conceituais que seriam logo desenvolvidas por Maia no *Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*, de 1930.⁵ Embora herdeiro das idéias defendidas por Freire e Cintra, Prestes Maia aumentará o leque de referências teóricas, e em termos de provisão de áreas verdes, desenvolve uma idéia de sistema de parques para a cidade extremamente atenta para as discussões internacionais. Acompanhamos sua trajetória com o livro que publica em 1945, intitulado *Melhoramentos para São Paulo*, em que apresenta o realizado em seu mandato à frente da prefeitura da cidade; e logo nos projetos para o Plano Regional de Santos, onde se vêem nitidamente mesclas de referências que põem lado a lado a *Ville Contemporaine* de Le Corbusier, os estudos de Hilberseimer, Soria y Mata e das *Neighbourhood-Units*. Ainda sobre este personagem, nos pareceu importante analisar brevemente outros dois projetos até agora inéditos, que embora não localizados em São Paulo, nos permitem apreciar como permaneceu sua opção por incorporar cada vez mais áreas verdes em seus projetos e a aproximar-se do ideário de cidade-jardim e das unidades de vizinhança. Anhaia Mello foi outro ator com grande influência no cenário paulistano e um agente fundamental na defesa da criação de áreas verdes para a recreação ativa. Ao difundir em

São Paulo muitas das posturas de Patrick Geddes, Lewis Mumford e da *Regional Planning Association of America*, demonstramos como teve papel decisivo em prol de um urbanismo compreensivo, em que os benefícios do progresso técnico se aliassem a criação de unidades de vizinhança articuladas na produção de uma cidade equilibrada e harmônica.

O capítulo final abarcará o período dos primeiros 10 anos do pós-guerra em São Paulo. É o momento de consolidação do processo de metropolização iniciado nas décadas anteriores, de propostas e revisões teóricas sobre como a urbe deveria desenvolver-se futuramente. Iniciamos o capítulo apresentando elementos que explicitam seu crescimento urbano desenfreado e os esforços empreendidos para a afirmação de uma imagem cosmopolita de modernidade para São Paulo, em termos de arte, cultura e de forma urbana. Destacamos brevemente como as construções realizadas pelo Convênio Escolar foram uma das principais iniciativas em que se construíram equipamentos públicos, sobretudo escolas, articuladas a áreas verdes, como instrumentos de promoção da vida comunitária, da recreação ativa e da educação infantil. Logo, analisamos o *Programa de Melhoramentos Públicos para São Paulo*, do urbanista estadunidense Robert Moses, de 1950,⁶ explicitando suas contribuições para o cenário de discussões sobre o planejamento urbano e a provisão de um sistema de áreas verdes. Os caminhos que levaram à construção do principal parque da cidade, o Ibirapuera, são comentados na seqüência. Sua importância para o entendimento sobre modernidade, o papel do parque metropolitano e de como deveria ser projetado alcança um nível de complexidade que merece que o tratemos com destaque, inserindo-o no contexto de debates apresentado pela tese. Foi a principal realização da cidade em termos de parque urbano na primeira metade do século XX e sua história é densa de conflitos, propostas e disputas políticas, territoriais e de ideários. Exemplifica as multiplicidades, permanências, rupturas e coexistência das mais variadas acepções da palavra moderno no cenário paulistano e, de certo modo, é símbolo da cidade não apenas por seu valor de área verde e projetual intrínseco, mas também por representar essa história da cidade repleta de conflitos, ideários, saberes e práticas que se enfrentaram e mesclaram no construir e reconstruir de São Paulo. Como principal realização dentro do programa de festejos de comemoração do IV centenário de fundação da cidade de São Paulo, representou um momento de controvérsias e de expectativas sobre a construção de uma cidade e de um país modernos. À continuação, focamo-nos no caso da construção da Cidade Universitária da USP - ainda dentro do contexto de celebrações do IV Centenário - já que teve especial repercussão nos debates sobre as relações entre parque e cidade no momento. Ressaltamos, nesta direção, os papéis de Anhaia Mello, Christiano Stockler das Neves, Rino Levi e de Roberto Burle Marx. Deste último, apresentamos uma proposta original para o *core*

que, até onde foi possível constatar, é aqui publicada pela primeira vez. Analisamos ainda o último estudo que se pôde localizar para a área do que poderia ter sido o Parque Náutico, tantas vezes mencionado nos planos urbanísticos para a cidade. Por fim, discorreremos sobre as idéias de cidade apresentadas por urbanistas inseridos dentro dos quadros públicos a partir da criação do Departamento de Urbanismo em 1947. Notamos a decisiva influência de Mello na divulgação dos textos de Geddes e Mumford, de projetos como o *Greater London Plan* de Abercrombie, e em suma, da maior atenção ao survey, à sociologia urbana e ao *Town Design*. Neste contexto, apontamos para como se defende fortemente a criação de um sistema de áreas livres que atenda tanto a escala vicinal, como propicie grandes parques urbanos e colabore para a contenção da expansão urbana, sobretudo através da criação de um cinturão verde ao redor da cidade.

Após esse percurso, esperamos ter contribuído para desvelar como a idéia de parque urbano moderno emerge na cidade com as primeiras propostas urbanísticas a ela destinadas no alvorecer do século XX e como, em comunhão com o pensamento urbano, se desenvolve um rico e variado repertório conceitual e teórico acerca da importância das áreas verdes na configuração da cidade moderna. Parque e cidade se constituíram, portanto, como signos estreitamente articulados desde então e este estudo atenta para a indissociabilidade desta relação, focando-se nos processos através dos quais ela se construiu na cidade de São Paulo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Saber consiste en referir el lenguaje al lenguaje; en restituir la gran planicie uniforme de las palabras y de las cosas. Hacer hablar a todo. Es decir, hacer nacer por encima de todas las marcas el discurso segundo del comentario. Lo propio del saber no es ni ver ni demostrar, sino interpretar.

FOUCAULT. 1993, p.48.

No desenvolvimento da tese importou ter claro alguns procedimentos metodológicos. Estes se referem à própria construção e interpelação do objeto de pesquisa, bem como a definições de quais materiais usar e sob que óticas analisá-los. Importou também estabelecer um posicionamento crítico e atento a um fazer historiográfico articulado às discussões contemporâneas; ao uso de uma interdisciplinaridade controlada; à verificação das permanências, rupturas e transferências de ideários; a valorização do papel dos atores individuais e sociais que não foram até então devidamente abordados; e ao uso adequado de lentes focais que permitam variações de escala, desde aproximações a pequenos fatos pontuais a distanciamentos necessários para construir uma visão do processo analisado levando em conta fatores mais conjunturais.

Definir o objeto de pesquisa passou dentre distintos aspectos pela eleição tanto de tema, de inquietações que surgem a respeito dele, da definição cronológica e se fez por um processo de múltiplas decisões e em um período de tempo mais ou menos dilatado. Sua definição se deu por uma contínua agregação de sentido, por seguidos redescobrimientos de informações, por novos olhares que direcionaram o autor na medida em que avançava em suas reflexões e no estudo das questões propostas. Este trabalho passou por esse processo de maturação em que o próprio objeto, durante seu processo de construção, retornou informações ou dúvidas que foram novamente processadas. Foi um processo de constante redefinição, embora se tenham mantido as preocupações e postulações iniciais.⁷

Sobre os documentos a serem trabalhados, a pesquisa se dirigiu a levantamentos de material projetual, sempre que possível original, como desenhos e fotografias; bem como à revisão bibliográfica de textos de referência, daqueles referentes às obras e escritos por historiadores ou

críticos e daqueles feitos pelos próprios autores. Desde logo temos clara a diferença entre o objeto arquitetônico, urbanístico ou paisagístico e os textos escritos sobre eles. Enquanto produções distintas em linguagem e procedimentos de elaboração, buscou-se interpretá-los dentro de suas particularidades e com o cuidado necessário para evitar que se tome um pelo outro ou que se abstraíam as especificidades de cada um deles. Como qualquer construção histórica é parcial, subjetiva e em muitas vezes carrega um caráter ideológico próprio, analisaremos os textos dos arquitetos com o cuidado que se deve ter com textos de auto-justificativa, na medida em que não necessariamente o que está escrito sobre um projeto se visualiza no mesmo, ou o que o autor disse querer ter realizado é de fato o que buscava. A obra construída ou desenhada, portanto, é aqui encarada como um documento independente do texto sobre a mesma. Por mais proximidades que possa haver, ambos os registros históricos são vistos como objetos autônomos.⁸

Seguir caminhos metodológicos em história passa pela definição de trilhas, enfoques, estratégias de construção de um discurso possível, verossímil e justificável. O conceito de história crítica, pessoal, interpretativa e subjuntiva defendida por Nietzsche, em oposição ao historicismo, e logo trabalhado pela *École des Annales*, bem como por Foucault,⁹ nos serve metodologicamente como estratégia de abordagem das questões propostas nesta tese. Fazer história, sobretudo a partir a “*revolução francesa da historiografia*” produzida pela *École des Annales*, como a qualifica Peter Burke,¹⁰ é antes de tudo postular uma história baseada nos princípios acima mencionados e, portanto eletiva e parcial. Ao escapar da história estritamente política, dos indivíduos e da cronologia positivista da narrativa, Febvre, Bloch, Braudel e outros personagens contemporâneos propuseram cada qual formas de abordar os objetos históricos, apontando outras direções como a realização de uma “história-problema”, a história das outras atividades humanas - não só a política - e a emergência das histórias parciais e da utilização de distintas outras disciplinas como formas de se apropriar do objeto de estudo. A partir da *École des Annales*, e passando por historiadores como Giedion, o papel do que interpela os fatos, do historiador, é crítico e se transforma em agente concreto da construção da realidade, não sendo apenas passivo observador. Se já se havia, portanto, alertado para o fato da necessidade de se fazer uma história vinculada ao presente, cabe lembrar que hoje em dia o papel do observador na construção do que chamamos realidade é cada vez mais decisivo.¹¹

A tese se trata de um trabalho que se imbuí de duas características simultâneas, sendo tanto um objeto original de investigação, como também e para efeitos de se alcançar tal abordagem inédita, apresenta visões críticas de leituras e materiais já conhecidos.¹² Neste sentido nos

apropriamos das palavras de Foucault e entendemos este trabalho como uma construção que, por uma parte deita uma luz específica sobre objetos e sujeitos conhecidos, e os interroga a partir de questões distintas às quais os objetos em questão normalmente são enfrentados; como também apresenta novo material documental, percorrendo tanto as sendas da pesquisa em arquivos e bibliotecas, como as necessárias revisões da historiografia canônica sobre o tema.

Nesta direção, ao pensarmos em aproximar campos disciplinares historicamente configurados, como os dos estudos de paisagismo e os de urbanismo, e buscarmos as interconexões não apenas entre disciplinas, mas também entre propostas, projetos e textos produzidos em contextos distintos, como a Europa e o Brasil, interessa-nos metodologicamente alguns suportes teóricos da história comparada. Como alerta Raymond Grew, os processos de comparação nos estudos históricos podem fornecer ricas contribuições, desde que se resguardem particularidades e idiosincrasias próprias de cada contexto. Destarte, afirma que:

In even a single piece of research, the historian may use many quite different comparisons in quite different ways. First, the initial stage of truly original historical research is the focused curiosity that comes with the asking of fresh questions. And comparison is probably their most consistent source, suggesting by examples that what looks like change may be continuity or that things seemingly unrelated may be connected.¹³

Ao tecer análises sobre o caso paulistano e a formação da idéia de parque urbano na cidade, foi fundamental referir-nos a casos internacionais que nos permitissem matizar as matrizes teóricas apropriadas ou desenvolvidas pelos agentes individuais que tratamos. Assim que, a comparação de situações em que emerge o parque urbano como elemento citadino e instrumento de planejamento, areja o horizonte de questões a tratar em São Paulo e potencia o entendimento das semelhanças e distâncias entre os contextos postos em relação. Dessa forma, evita-se tomar fenômenos gerais a partir de justificações de casos particulares, como também possibilita identificar as contribuições específicas em quadros mais abrangentes, em um cenário coletivo amplo. Como definiu Bloch, trata-se de um procedimento que trata de pesquisar “*afin de les expliquer, les ressemblances et les dissemblances qu'offrent des séries de nature analogue, empruntées à des milieux sociaux différents*”.¹⁴ Ao aproximarmos-nos de culturas urbanísticas distintas no tempo e no espaço, buscamos referir-nos a períodos, senão exatamente contemporâneos, próximos; bem como tratamos de, em relação às distâncias físicas, buscar ver os modos em que tal distanciamento tenha sido encurtado pela divulgação das idéias, seja através de viagens dos profissionais envolvidos nos casos a analisar, ou pela circulação de revistas, livros e menções orais.

Ao tratarmos maioritariamente de história urbana e da história do paisagismo, incursões em outros campos disciplinares foram fundamentais. De tal modo, o trabalho buscou uma interdisciplinaridade controlada, nos termos em que propõe Bernard Lepetit.¹⁵ Acedemos, como sugere, a estudos sociológicos, de geografia e filosofia como mecanismos de melhor construção do objeto de pesquisa. Lepetit defende a utilização de outras disciplinas mantendo o interesse na percepção das múltiplas facetas do objeto, porquanto busca compreender não somente o que mais fácil se percebe pelo repertório de formação básica do observador, mas também por visões a princípio alheias às que domina o pesquisador. Ou seja, defende que outros campos disciplinares colaborem com a formação do objeto, mas que o ponto de apoio em que essas disciplinas gravitem, seja o da área de maior conhecimento do historiador. No caso proposto para essa tese, mesmo nos permitindo certa interdisciplinaridade, a base de articulação dessas interpretações se pautará na história do urbanismo e do paisagismo, evitando, portanto, desvios excessivos e possibilitando um melhor controle do estudo.

Incidir por caminhos próprios da história das idéias e dos acontecimentos particulares interessa em grande modo neste trabalho, como estratégia para abordar as realizações específicas do caso brasileiro, relacionando-as com uma certa arqueologia do percurso das idéias, de como se fizeram os processos de transferências e de como, nestes caminhos de idas e vindas, as teorias e reflexões foram se mesclando e compondo um repertório amplo de formas de pensar e propor o espaço público moderno no país.¹⁶ É claro como as distintas temporalidades se manifestam nas permanências e rupturas típicas de cada momento e em que se torna fictício qualquer esforço exagerado de generalização. Nesse sentido, a história das mentalidades deve ser entendida como tentativa de construção de uma narrativa em que se ligam pontos de convergência, mas que também se evidenciem as divergências, os embates específicos dos choques culturais e de interesses em cada caso. Não se trata de pensar em relações unívocas de fluxo de referências, mas sim entender os processos de deslocamento e recepção de ideários que, no caso brasileiro, foram alterados e adaptados, e que logo contribuíram de maneira especial no cenário mundial com exemplos bastante particulares em paisagismo e urbanismo.¹⁷

Ao tecer o percurso das idéias e das realizações, buscaremos pontuar os agentes envolvidos com cada concepção, as permanências de ideários de momentos anteriores, os momentos de quebra, as redefinições de paradigmas e as lutas inerentes a cada um desses processos. Ao tratar os fatos por esse ponto de vista, o papel dos atores individuais e sociais ganha destaque e será analisado em cada momento. As dialéticas moderno/arcaico, nacional/internacional, original/cópia, antigo/novo, dentre outras, são vistas, tomando como referência a formação social brasileira, a

partir de um jogo de equilíbrios em que os termos contrários não se excluem mutuamente, tal como explicitaram Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.¹⁸ Buscamos explicitar, portanto, as rupturas e permanências presentes na criação e recepção de idéias, sem opor taxativamente termos em antíteses inverossímeis, mas sim desvelando as “contaminações” e mesclas existentes nos diferentes casos a serem tratados. Nesta direção, cabe ainda apontar para como Marina Waisman, especificamente tratando do caso latino-americano, teoriza sobre a idéia de que os poucos séculos de existência e a ansiedade por seguir rapidamente os modelos e formas de sociabilidade, sobretudo de países europeus, como França, e logo dos Estados Unidos, gerou um processo de aceleração que fez com que os mais distintos tempos se sobrepussem, que as dialéticas acima citadas coexistissem lado a lado.¹⁹ Afirma a autora que se viveria ali uma temporalidade comprimida, em que as constantes relações entre a promessa de um futuro e a construção de um passado marcariam nossa busca por modernidade. Comenta ainda, em consonância com as concepções benjaminianas sobre o tema, que as transferências de produção intelectual, cultural e artística não ocorrem, de modo usual, com a mesma velocidade com que se dão as transmissões de caráter estritamente técnicas e tecnológicas; influenciando isso, portanto, nas diferenças de opção de linguagem e na profusão de distintos tempos sobrepostos.

O uso de lentes focais de diferentes graus de aproximação nos permitiu, por sua vez, o contato com casos mais específicos, bem como uma visão de processo, contextual e de conjunto de realizações. Ao mesmo tempo em que abordamos aspectos dos agentes atuantes e de suas realizações, também os relacionamos a um conjunto de informações cuja escala de abrangência é mais ampla, visto que tal variação é importante no sentido de estabelecer um panorama geral da produção internacional e da realizada no Brasil no período.

NOTAS DA INTRODUÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- ¹ Para um estudo detalhado da construção da chamada arquitetura moderna brasileira, veja: MARTINS, C. A. F. *Estado e Arquitetura no Brasil*: Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil. São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1988; idem .-“ Hay algo de irracional...”. In: *Block*, n.04, especial Brasil, 1990. Além dos clássicos: GOODWIN, P. *Brazil Builds: Architecture Old and New: 1652-1942*. New York: MoMA, 1943; MINDLIN, H. *Modern Architecture in Brazil*. Amsterdam, New York: Reinhold, 1956; BRUAND, Y. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981; LEMOS, C. *Arquitetura Contemporânea*. In: ZANINI, W. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1984 e SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ² Devido à conceituação própria do entendimento do parque urbano moderno como instrumento de planejamento, esse não é, nas palavras de Dal Co, um refúgio ou sobra do campo na cidade, mas sim um elemento essencialmente citadino e fundamental para a vida urbana desde o final do século XIX. Cf. DAL CO, F. De los parques a la Región. In: CIUCCI, G. (et al.). *La Ciudad Americana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1988, p.141-293.
- ³ MÁRQUEZ, G. G. Prólogo: Porqué doce, porqué cuentos y porqué pelegrinos. In: *Doce Cuentos Pelegrinos*. Barcelona: Contemporânea, p.10.
- ⁴ CHOAY, F. *El urbanismo*: utopias y realidades. Barcelona: Editorial Lumen, 1970; BENÉVOLO, L. *Orígenes del urbanismo moderno*. Madrid: Celeste ediciones, 1992; GIEDION, S. *Espacio, Tiempo y Arquitectura: el futuro de una nueva tradición*. Madrid: Ed. Dossat, 1978a.; CHADWICK, G. F. *The Park and the Town in the 19th and 20th centuries*. London: The Architectural Press, 1966; PANZINI, F. *Per i piaceri del popolo*: L'evoluzione del giardino pubblico in Europa dalle origini al XX secolo. Bologna: Zanichelli Editore, 1993; DAL CO. 1988.
- ⁵ MAIA, F. P. *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: PMSP, 1930.
- ⁶ MOSES, R. *Programa de Melhoramentos Públicos para São Paulo*. São Paulo, New York: International Basic Economy Corporation, 1950.
- ⁷ Paul Veyne define com precisão esse processo de construção de um objeto de pesquisa em que coloca como dados definitivos as eleições pessoais e a casualidade. Cf. VEYNE, P. *Comment on écrit l'Histoire*. Paris: De du Seuil, 1978.
- ⁸ Para maiores informações sobre uma abordagem metodológica atenta às diferenças entre texto e objeto arquitetônico, cf.: EAGLETON, T. *Criticism and Ideology*. Londres: Verso, 1986 e PEREIRA, M. A. *Arquitetura, texto e contexto*: o discurso de Oscar Niemeyer. Brasília, Ed.UnB, 1997.
- ⁹ FOUCAULT. *La Palabra y las cosas*: una arqueología de las ciencias humanas. México: Siglo Veintiuno, 1993, p.132 e FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. Castillo: Siglo Veintiuno editores, 16ed, 1995.
- ¹⁰ Cf. BURKE, P. *A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- ¹¹ Giedion na introdução de *Space, Time and Architecture* enfatiza a seleção de fatos específicos, de iluminações parciais e multidisciplinares, para se identificar aspectos gerais de um momento histórico. Enfoca que o historiador deve estar em seu tempo, comprometido com ele e escrever a história com essa perspectiva. Assim, ao tratar do movimento moderno absorve as novas descobertas de Einstein sobre a relação entre espaço e tempo na teoria da relatividade, fato evidente já no título do livro. Hoje a física quântica propõe com cada vez maior intensidade a necessária presença e papel do observador na definição da realidade, pondo-nos como condições fundamentais para a existência do mundo como se apresenta. Nesse sentido o próprio conceito do mundo objetivo da física clássica se dissolve em uma aproximação subjetiva e de ação construtora por parte dos distintos observadores. Cf. GOSWAMI, A. *The Self Aware Universe: how consciousness creates the material world*. New York: Putnam, 1995.; PRIGOGINE, I. *The end of certainty: time, chaos, and the new laws of nature*. New York: Free Pass, 1997.
- ¹² Aqui nos referimos à dualidade comentada por Eco sobre a caracterização de uma tese doutoral, entre as produções categorizadas como de pesquisa e as entendidas como de síntese crítica. Trata-se de um modo esquemático de se pensar na realização de uma tese e entendemos que aqui ambos os procedimentos, a investigação de material original e a revisão bibliográfica, são fundamentais e indissociáveis. Cf. ECO, U. *Como se hace una tesis*. Técnicas y procedimientos de investigación, estudio y escritura. Barcelona: Gedisa, 1982.
- ¹³ Cf. GREW, R. The Case for Comparing Histories. In: *The American Historical Review*, v. 85, n.4, Oct., 1980, p.769.

- ¹⁴ BLOCH, M. Comparaison. In : *Bulletin du Centre International de Synthèse*, n.9, 1930, p.34. Cf. também : BLOCH, M. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In : BLOCH, M. *Mélanges historiques*. Paris, 1961, p.16-40.
- ¹⁵ LEPETIT, B. *Por uma Nova História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
- ¹⁶ Ao tratar de transferência de ideários, não nos referimos exclusivamente ao fluxo da Europa e Estados Unidos em direção ao Brasil. Abordamos esse fenômeno como caminhos de múltiplas vias em que as idéias iniciais, ao chegarem a outro território e contexto, se alteram, passam por processos de adaptação e se transformam em outras concepções e se redistribuem. Essas trocas de informações são de idas e vindas e se realizaram nas mais distintas direções. O papel do Brasil, nesse caso, não é entendido apenas como de receptor, mas também como elemento ativo de produção teórica e de realizações empíricas. Cf. SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.11-31; MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. (et al.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.121-159.
- ¹⁷ Veja-se, sobretudo, o caso de Brasília e de Burtus Marx, os dois exemplos mais conhecidos. Entretanto, distintos outros casos de intervenções urbanas ou de criação de cidades novas anteriores ao “evento” da construção da capital do país se apropriaram de referências modernas internacionais, adaptando-as na maioria dos casos às situações locais. Outros profissionais também dedicados ao campo do paisagismo produziram obras importantes que contribuíram para a construção de um corpus moderno para a disciplina. Trataremos de pontuar e analisar exemplos que perpassam esses dois campos e que foram significativos nesse processo de tentativa de construção de uma modernidade específica no país.
- ¹⁸ FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2006 e HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Brasília: José Olympio, 1963.
- ¹⁹ WAISMAN, M. *La estructura histórica del entorno*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972, p.16. Cf. também da mesma autora: *El interior de la historia*. Historiografía arquitectónica para uso de latinoamericanos. Bogotá: Escala, 1990.

CAPÍTULO 1

PARQUE URBANO MODERNO E CIDADE

Muitas poucas coisas, inclusive na época pré-industrial, deixam de relacionar-se à cidade, por um aspecto ou por outro.

LEPETIT. 2001, p.52.

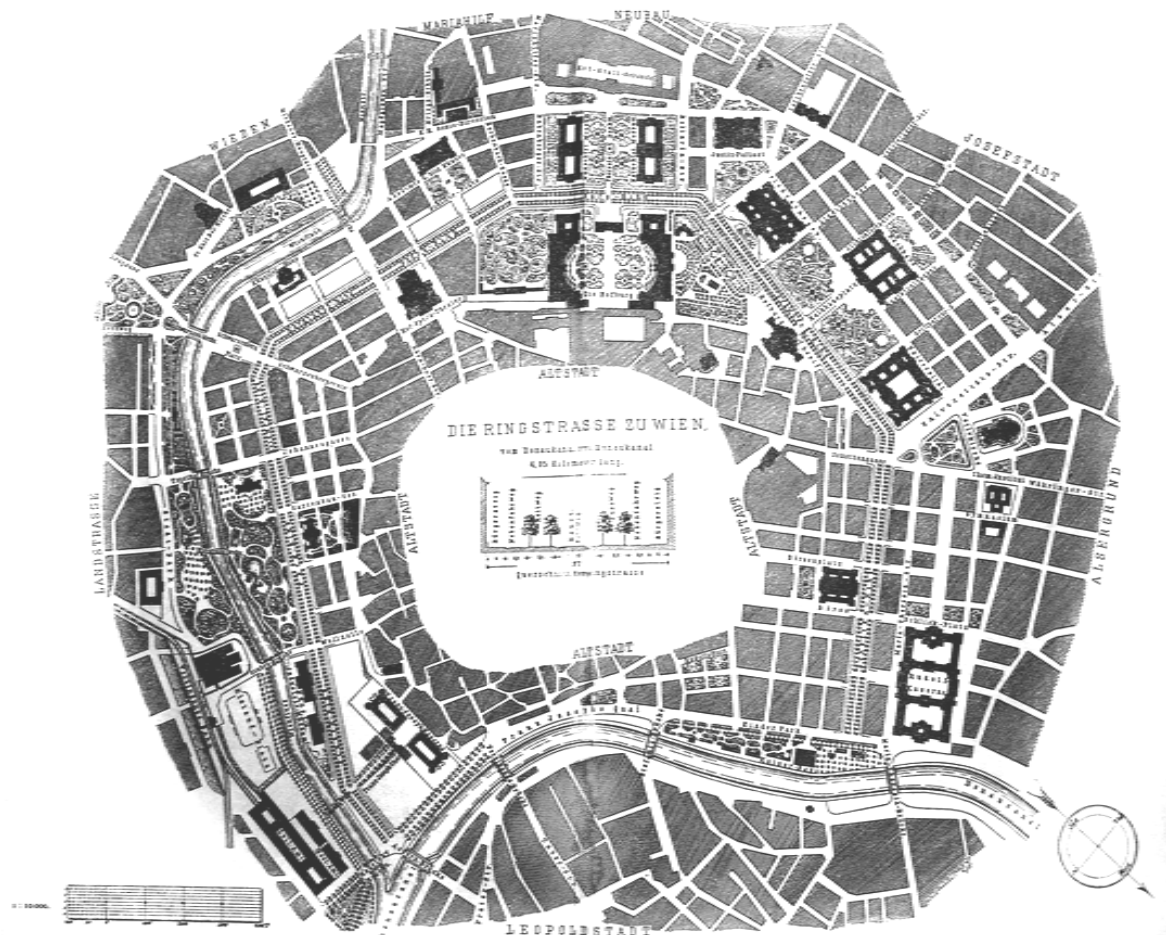


fig 1 - Ringstrasse de Viena. Projeto de Joseph Stübben e Otto Wagner.
Fonte: STÜBBEN. 1890, p.254-5.

1.1. ACERCA DOS DISCURSOS HISTORIOGRÁFICOS SOBRE PARQUE E CIDADE NO BRASIL

Pôr em relação historiografias de campos disciplinares diversos - como a história das cidades e do urbanismo, da arquitetura e do paisagismo - apresenta problemáticas complexas que se referem não só à quantidade de material produzido até o momento, mas também às diferenças entre objetos de estudo, aos distintos procedimentos metodológicos adotados e às múltiplas formas de enfoque temático. Estruturados no Brasil a partir de diferenciados processos, e não concomitantemente, essas construções historiográficas se por vezes apresentam ressonâncias entre os estudos, por outras se afastam entre si resguardando-se em distanciamentos que impedem abordagens mais completas e elucidativas do objeto pesquisado. Pareceu-nos importante, logo no início do trabalho, tratar de desvelar um entramado de vozes, de delinear as opções metodológicas, aproximações ideológicas e as distintas contribuições sobre a relação entre parque e cidade no Brasil para melhor situar a tese e inseri-la criticamente na construção historiográfica do urbanismo e do paisagismo no país. Conscientes da vastidão de publicações existentes, selecionamos alguns trabalhos e momentos que nos servem para configurar um quadro geral dentro dos interesses específicos da tese. Essa parcialidade é assumida como forma de abordagem e de construção da linha argumentativa, sendo uma visão específica dentre muitas possíveis sobre o tema.

Interessa-nos, especificamente, nos textos analisados, verificar como é visto o papel do parque urbano moderno e suas relações com as discussões urbanísticas surgidas desde fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Mesmo centrando-nos por vezes no caso paulistano, a contextualização das discussões se fará a partir de trabalhos eleitos no cenário nacional em função das particularidades e do compromisso de cada um deles com o temário a ser discutido.

Tal incursão à crítica historiográfica encontra nos textos dos atores dedicados às explicações sobre o tema no Brasil a matéria-prima da operação analítica a que nos propomos. Não trataremos aqui, portanto, de discutir os escritos dos paisagistas, urbanistas e arquitetos, em função da particularidade de análise que solicitaríamos, escapando assim dos objetivos propostos. Optamos, por outra parte, por abordar um conjunto de textos e posicionamentos de críticos e historiadores que podem ser agrupados e discutidos segundo sua metodologia, contribuições e lacunas. Como mecanismo de aproximação, elucidaremos as posturas teóricas e/ou ideológicas, e mesmo conjunturais, que emergem das análises.

As construções do paisagismo e do urbanismo como disciplinas e, notadamente, como se tratou a emergência dos olhares modernos para a cidade e seus parques, por parte dos agentes envolvidos com essas reformulações, é questão chave para a abordagem que propomos.

1.1.1. PRIMEIRA HISTORIOGRAFIA DO PAISAGISMO MODERNO E A RELAÇÃO COM A HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA

É importante notar como os primeiros estudos sobre jardins e parques no Brasil, antes da constituição de um campo disciplinar específico, aparecem dentro da própria historiografia da arquitetura moderna, seja no âmbito internacional, seja nos escritos locais. A autonomia de uma historiografia específica sobre o paisagismo brasileiro se faz, portanto, a posteriori da arquitetura, iniciando-se apenas nos anos 60, com duas décadas de defasagem.

Em ambos os casos, verificam-se procedimentos metodológicos e preocupações semelhantes, como, em geral: a fixação pela definição de pioneiros, pelo estudo dos ‘mestres’ e das origens, além da concepção de uma história linear e evolutiva que culminaria na produção modernista como representativa do espírito do tempo. Estas eleições temáticas e opções de método encontram ressonância em linhas interpretativas já presentes em uma grande quantidade de escritos do final do século XIX, sobretudo na história da arte e da arquitetura na Europa Central, que permanecem presentes no ideário de vários historiadores atuantes no século XX. Como comenta Montaner, esse é o caso das principais construções historiográficas referentes à arquitetura moderna. Nelas, identifica a presença de um historicismo de fundo hegeliano, associado ao positivismo de Comte, em que tem grande força a valorização da idéia de progresso, do espírito do tempo - o *Zeitgeist* -, e em que se trabalha com uma história linear e evolutiva.¹ O autor elucida também como as teorias formalistas das últimas duas décadas do século XIX, especialmente pela atenção à evolução dos estilos artísticos, bem como com a teoria do *Einfühlung* - proposta por primeira vez por Vischer e logo trabalhada por Worringer – serão importantes referências nessa construção. É a partir dessa tradição historiográfica, que estabelece raízes no já referido contexto cultural em que o peso da teoria da arte e da arquitetura era bastante forte, que os primeiros escritos relevantes sobre a arquitetura moderna brasileira, e logo sobre o paisagismo, se basearão.

Assim, concernente à historiografia da arquitetura moderna, verifica-se como se estruturam discursos pautados na afirmação de um percurso histórico evolutivo contínuo, com origem determinada, e que culminaria com a produção modernista, aquela que, nesses discursos, seria a que soube interpretar o espírito do tempo, o ideário de uma época, e que, portanto, seria válida e

adequada. Referenciando-nos nesta perspectiva historiográfica mencionada para entender sua influência teórico-metodológica nos escritos brasileiros, podem ser citadas figuras como Giedion e Pevsner. Em *Bauen in Frankreich, Bauen in Eisen, Bauen in Eisenbeton*, de 1928,² o primeiro destacava a importância de reconhecer as origens e mostrar as continuidades do seu desenvolvimento, mencionando como pioneiros tanto a Gropius como a Le Corbusier, cada qual partindo de usos de materiais diferentes. O mesmo autor eleva o tom dos elogios a Gropius anos depois, em sua principal obra - *Space, time and architecture: The Growth of a New Tradition*, de 1941 - caracterizando-o, então, como o principal personagem do surgimento dessa arquitetura.³ Pevsner, por sua vez, em *Pioneiros do Movimento Moderno: De William Morris a Walter Gropius*, de 1936, ‘heroifica’ a arquitetura moderna, representada na figura de Gropius, marcando um caminho evolutivo iniciado em Morris. Em ambos, reiteramos que o papel dos precursores é fundamental, da mesma forma como se pensa um caminho evolutivo, desde um momento específico no passado até a realização de uma produção que ‘soube’ interpretar o *Zeitgeist*. Outros tantos se dedicaram ao problema das origens e dos pioneiros e se na arquitetura este foi um tema polêmico, com eleições de personagens distintos pelos diversos autores, em relação ao paisagismo há um discurso quase que uníssono, que ressalta, em especial, um único pioneiro e ator: Roberto Burle Marx.

O mesmo Giedion, ao incursar na crítica do paisagismo a partir de pressupostos metodológicos semelhantes, toma-o como principal personagem. Em *Burle Marx et le Jardin Contemporain*, trata-o como o grande responsável pela criação do paisagismo de seu tempo, como o herói aglutinador das experiências da vida moderna e que soube expressá-las nos jardins:

Comment imaginez-vous le jardin intime de notre temps? Comment utiliser la couleur? Quelle forme donner aux parterres de fleurs et aux pelouses? Les réponses serrent imprécises et, si l’on demande des noms d’horticulteurs ayant trouvé une expression qui soit vraiment celle du jardin de notre époque, on se trouvera devant l’incertitude. Sans risque je pourrai un, en tout cas, c’est Burle Marx de Rio de Janeiro.⁴

Burle Marx representaria, portanto, em sua visão e na de tantos outros historiadores, o paisagista do período que melhor soube entender seu tempo. Aparece como artista que foi capaz de reconhecer o potencial paisagístico da flora nacional e a partir de sua aproximação com as artes plásticas modernas, criar um jardim moderno. São inúmeras as menções a Burle Marx internacionalmente e no âmbito nacional; entretanto aqui, em vez de percorrer cada uma delas, basta explicitar sua eleição maioritária como ator individual singular nos discursos advindos da história da arquitetura moderna. Dessa forma, os aportes dessa historiografia, em especial dos

dois autores mencionados, conformarão o principal quadro referencial na qual se basearão os primeiros historiadores brasileiros que tratarão do tema. Definitivamente, a carga historicista desses escritos, a busca por origens e heróis, a noção de *Zeitgeist*, o papel da arquitetura na construção do mundo moderno e as idéias de interpenetração entre espaço interior e exterior perpassarão sobremaneira estes textos base.

Veja-se o caso de *Brazil Builds: Architecture Old and New: 1652-1942*, primeira referência na divulgação internacional da arquitetura moderna brasileira até o período. A linha historiográfica surgida a partir desta publicação - defendendo Oscar Niemeyer e Lúcio Costa como os principais personagens iniciais do surgimento de uma arquitetura moderna e brasileira - se desenvolve defendendo a filiação desta produção ao barroco mineiro, como mecanismo de retomada de um caminho evolutivo da arquitetura em território nacional, então iniciado, e que o neoclassicismo do século XIX haveria interrompido. Define-se, deste modo, um momento originário a partir do qual o pioneirismo dos atores mencionados havia construído uma produção que seria adequada ao *Zeitgeist*. Na mesma direção, em *Modern Architecture in Brazil*, de Mindlin, de 1956, todos esses aspectos aparecem, em maior ou menor grau, na sustentação de seu discurso de validação dessa produção. Defende, nesse livro, a relação direta entre paisagismo e a arquitetura moderna: “*a partir dos primeiros jardins de Roberto Burle Marx e Attilio Córrea Lima, a arquitetura moderna encontrou um cenário apropriado e harmônico*”. Arrematando o pensamento com a afirmação de que: “*na obra de Roberto Burle Marx, o paisagismo contemporâneo atinge um nível equivalente ao alcançado pela própria arquitetura contemporânea*”.⁵ Essas afirmações são de certa forma recorrentes em diversos autores e denotam certo entendimento do paisagismo como prática atrelada à arquitetura, que lhe deve dar ambiência e valorizar. Neste sentido, valoriza essa produção a partir de sua relação com a arquitetura, não se atendo especificamente ao papel do parque e do paisagista à escala urbana.

Esses procedimentos metodológicos permanecem em outros trabalhos e a discussão sobre a consolidação de hegemonias e de recuperação das origens percorre um longo caminho desde Goodwin, passando por Ferraz, Costa, Bruand, Lemos, dentre outros. Fischer, Martins, Comas e Segawa fazem parte de uma geração posterior de historiadores que se dedicaram, dentre outras muitas atuações, a tecer linhas explicativas sobre as características ideológicas dessas primeiras construções historiográficas ou mesmo revê-las em suas generalizações e lacunas.⁶

Ferraz, ainda que pautado em procedimentos semelhantes aos de seus antecessores, exalta outro personagem: Mina Klabin Warchavchik.⁷ Também em busca de pioneiros, em 1965, defende a importância de seu marido Gregori como tal, contrapondo-se à visão de Goodwin e Mindlin, na criação de uma arquitetura moderna e brasileira, bem como propala o esforço de Mina na promoção de renovações formais, lingüísticas no campo paisagístico e no uso de plantas autóctones. Comenta artigo do “Diário Nacional” de época, em que reitera: “*a consonância da arquitetura com o jardim, brasileiro pela utilização corajosa e trabalhada da flora em seu estado nativo onde os cactos e as palmeiras ‘dão ao conjunto uma nota feliz de tropicalismo e disciplina’*”.⁸ Aqui vale recordar como é notório o fato de que as discussões sobre modernidade, paisagem e a questão da brasilidade, alastradas nos escritos de profissionais ativos no cenário nacional entre os anos 20 e 40, pouco tenham sido trabalhadas nos dizeres historiográficos sobre os jardins, parques e a produção paisagista em geral realizada no período. Os debates então liderados por José Marianno Filho e Ricardo Severo, por um olhar cuidadoso ao passado colonial; por Christiano Stockler das Neves, em favor da tradição de origem *Beaux-Arts*; por Dierberger e outros profissionais de origem alemã; bem como os escritos de literatos, artistas plásticos, críticos em geral e distintos outros personagens e ideários não encontram na historiografia a merecida atenção, a parte de menções específicas como a citada no livro de Ferraz. Canaliza-se, em grande medida, e por outra parte, nas respostas dadas pela(s) figura(s) do(s) pioneiro(s), que passam a ser aclamadas como únicas soluções válidas para o problema do moderno e do nacional, negando que outros caminhos distintos fossem possíveis, considerando-os ‘anacrônicos’.

Em síntese, é a partir desses primeiros trabalhos sobre a arquitetura moderna brasileira, que também tratam de Burle Marx, que se gera um conjunto de estudos iniciais sobre o paisagismo moderno no Brasil. Apresentam o pioneiro e o contexto de sua aparição, além de funcionarem como referência metodológica para os estudos específicos sobre paisagismo daí em diante.

Logo, os livros que direcionam seus focos principais para o paisagismo enquanto disciplina, atuando como fundadores de uma história específica, partem das mencionadas referências teórico-metodológicas de campos como a arquitetura ou a história da arte. Tais análises se pautam, em grande medida, na idéia de evolução estilística, formalista e de programa; sem que as relações com as concepções urbanísticas e com a cidade de modo geral fossem incorporadas como dados significativos.

A obsessão pela definição de pioneiros, como tema primordial, distancia a historiografia de outros temas relevantes e Burle Marx se reafirma, nessas primeiras narrações historiográficas, como síntese e fruto de um período. Sandeville Jr assinalou as marcações de origem na historiografia mencionando que se Glaziou havia sido o grande paisagista eleito por ela para tratar do século XIX, Burle Marx é instituído quase que de modo isolado como herói preferente e representativo do paisagismo modernista nacional.⁹

Um ano antes da publicação do livro de Ferraz, Pietro Maria Bardi - que logo prefaciaria o livro do jornalista paulistano - escreve o primeiro trabalho significativo sobre Burle Marx.¹⁰ Na seqüência, a sua exaltação agrega cada vez mais autores e a partir dos anos 70 os trabalhos de recopilação de seus textos, catálogos de exposições, bem como análises de sua obra seguem sendo publicados.¹¹ O objeto protagonista nesses estudos é o jardim. Estudado principalmente como objeto em si ou em relação às artes plásticas e arquitetura, são comuns as aproximações de caráter descritivo e as análises formais. O parque não aparece substancialmente como tema, ainda que exemplos e fatos da maior relevância já existissem no cenário nacional nos anos 70, como: o Parque do Ibirapuera,¹² o Parque do Flamengo e a construção de Brasília.

1.1.2. HISTORIOGRAFIA RECENTE SOBRE O PAISAGISMO MODERNO BRASILEIRO

Em relação a essa produção, continua-se a pensar na definição de origens e de pioneiros e, ainda que se amplie a quantidade de nomes, persiste a recorrência na criação de heróis. Também as análises do objeto seguem geralmente centradas em apreciações formalistas e de programa; em que as permanências de ideários e a pluralidade de opções de linguagem para o momento histórico em estudo não se apresentam como temas fundamentais.

Os discursos acerca dos nomes já estabelecidos continuam e, especialmente, Burle Marx permanece na mirada dos historiadores, sendo retomado em publicações dos mais variados formatos. Dourado, Montero, Siqueira, dentre outros,¹³ escreveram trabalhos monográficos de conjunto de sua obra, que também aparece em diversos artigos e textos de outros autores não dedicados especificamente à sua produção. Assim, seu nome está presente tanto em estudos a ela dedicados, como recorrentemente inserido em contextos de discussão acerca dos debates sobre paisagem no país. Na qualidade de grande nome, escapa sistematicamente a qualquer crítica de sua obra, que recebe, pelo contrário, comentários extremamente elogiosos, poéticos, eloqüentes e repletos de adjetivos. Não cabe dúvida sobre a qualidade de sua obra e sua importância no cenário nacional e internacional, colocamos luz apenas para o fato da quase completa ausência de crítica por parte da historiografia, fazendo com que nos estagnemos no

estudo de seu trabalho e não avancemos no estabelecimento de posturas mais comprometidas com a construção de uma história crítica do paisagismo no Brasil.

Esta forma emotiva e unilateral de se dirigir ao objeto de pesquisa repete-se nos estudos de outros profissionais, como Roberto Coelho Cardozo, Waldemar Cordeiro e Otávio Augusto Teixeira Mendes. E, nesta estrutura de estudo, valorizar o personagem tratado passa, em vários escritos, pela afirmação de preceitos de originalidade e pioneirismo onde por vezes não existem. Trata-los com tal distanciamento crítico e vê-los com a “aura”¹⁴ própria dos heróis aparece tanto como resquício metodológico dos primeiros estudos sobre paisagismo no país, como também se presta como mecanismo de justificativa da eleição do objeto de estudo e, conseqüentemente, do próprio trabalho do historiador. Evidentemente importa valorizar atores aos quais a historiografia pouco espaço concedeu e inserir novos dados na discussão geral sobre o quadro das atuações no país, entretanto o enraizamento de uma postura histórica acrítica se verifica e certos exageros são cometidos. Verificam-se, assim novas reivindicações de pioneirismos como alegações de originalidade e criatividade.¹⁵ Tende-se, dessa forma, em vários trabalhos, à relativização dos debates de ideários e das interconexões de referências a um plano secundário, acenando-se por outro lado com a construção de argumentações centradas no objeto de análise e em sua valorização. Mais do que a eleição de vencedores e de construção de pioneiros, a verificação das disputas e uma postura crítica perante o objeto de pesquisa se faz necessária. Como elucidava Sandeville Jr., mesmo atualmente, “*não superamos esse entendimento centrado nesses poucos nomes notáveis, apenas começamos a contextualizá-lo um pouco, em alguns casos a aprofundar o entendimento sobre eles*”.¹⁶

Em termos de estudos sobre espaços livres públicos no país, trabalhos de sistematização de inventário, de classificação de obras e de explicações gerais vêm se produzindo ultimamente, ainda que prossiga a recorrência a determinados nomes e procedimentos metodológicos de cunho evolucionista e historicista. O livro *Parques Urbanos no Brasil*, de 2003, cataloga grande conjunto de projetos de parques de 35 cidades brasileiras e estabelece um percurso evolutivo dos estilos pautado no programa e na forma. Sintetiza e agrupa-os segundo a terminologia: ‘eclético’, ‘moderno’ e ‘contemporâneo’, caracterizando cada um deles. Os autores partem do pressuposto vínculo entre as opções formais com o *Zeitgeist*, entre tempo e vontade formal e afirmam que: “*As posturas adotadas pelos autores em seus projetos fazem referência às ideologias e modelos vigentes no imaginário de uma época*”.¹⁷ Se por um lado se trata de um livro que colabora para a ampliação de documentação sobre o paisagismo no país e por tentar construir uma visão geral dos acontecimentos, por outro não revela os mais diversos ideários e

discussões conceituais presentes em cada um dos períodos analisados e em cada local. Atém-se a uma determinada opção de linguagem eleita para cada momento e conjunto de projetos, não matizando outras posturas projetuais contemporâneas a estas. O discurso de “evolução dos estilos”, como algo linear e encadeado, ignora as permanências e continuidades de ideários, as rupturas, as sobreposições e momentos de tensão. Estes, aplanados e relegados ao esquecimento como se não tivessem existido, não são considerados em uma linha histórica contínua e não problemática entre um período e estilo, para outro. Uma aproximação que discutisse a relação desses espaços públicos com os projetos urbanísticos e arquitetônicos do seu entorno imediato ou sua inserção no planejamento da cidade ou de partes dela ampliaria as possibilidades de compreensão de cada um deles para além da discussão estilística, formal e de programa. Essa forma de fazer história, de matriz hegeliana, interessada na explicação das obras de arte através da corrente histórica, a partir de sua inserção em uma linha evolutiva, está diametralmente distante das postulações críticas das correntes surgidas com as contribuições de Nietzsche no final do século XIX.¹⁸ Estas, bem como as posturas críticas de Foucault e da Escola dos *Annales*, na defesa de uma história-problema, da ampliação dos estudos para além dos pioneiros e da interdisciplinaridade na construção do objeto de investigação foram muito mais incorporados pelos estudos de história da cidade e do urbanismo no país do que pelos trabalhos de paisagismo.

1.1.3. BREVE OLHAR PARA A HISTORIOGRAFIA PAULISTANA SOBRE PARQUE E CIDADE

A respeito de São Paulo, interessa comentar alguns trabalhos que se dedicaram a pensar seus espaços públicos. A partir dos anos 70 há várias publicações que se atém aos parques e áreas verdes de uso público, sobretudo nos trabalhos de Miranda Magnoli e de Rosa G. Kliass, que são, em grande medida, relacionadas à prática paisagística e se referem à demanda de parques para a cidade.¹⁹ Em 1973, Magnoli defende sua tese de doutoramento e em 1982 sua *Livre Docência*,²⁰ ambas dedicadas ao papel das áreas verdes em centros urbanos densos. Loureiro²¹ no final da década de 70 publica *A cidade e as áreas verdes*, clássico no estudo do paisagismo em São Paulo e um dos primeiros esforços de criação de uma história destes espaços na cidade. Kliass,²² por sua vez, lança em 1993 o livro *Parques Urbanos em São Paulo e sua evolução na cidade*, em que apresenta um breve histórico, a relação dos parques com o crescimento urbano e planos urbanísticos, para logo comentar também, de modo sucinto, determinados casos específicos. Embora se constate a brevidade das análises, há uma importante tentativa de articulação dos objetos estudados com a história da cidade e do pensamento urbanístico vigente. Novamente aqui a idéia de uma evolução contínua do paisagismo na cidade, concepção já anteriormente comentada, aparece estruturando a obra.

Sandeville Jr, por sua vez, tem um amplo leque de publicações dedicadas tanto à reflexão sobre a prática e a história do paisagismo no país, como também outras mais centradas no caso de São Paulo. Recentemente publicou um artigo constatando a necessidade de uma postura crítica e de revisões metodológicas no fazer historiográfico sobre o paisagismo no país, com o qual nos alinhamos no questionamento da redundância no estudo dos precursores, dos grandes nomes e da insistência, ainda corrente na atualidade, da adoção de uma linha evolutiva e historicista. Importa destacar a precisa e adequada defesa do autor a respeito da necessidade de escaparmos das:

generalizações dos grandes esquemas explicativos, que são apenas esquemas mas não explicações (sobretudo de teor estetizante ou tipológico tratados como categorias formais autônomas; não se trata de aniquilar a análise estilística ou a formalista da arte, mas de recusar sua redução a uma categoria autônoma ou a idéia de que uma classificação de objetos catalogados constitua explicação de qualquer coisa).²³

Os estudos sobre a história do paisagismo em São Paulo alcançam, na figura de determinados atores, um aporte investigativo cujo esforço de sistematização documental enriquece e aumenta o conhecimento sobre as produções neste campo. Nesta direção, a tese de Vladimir Bartalini, *Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*, avança no estudo do funcionamento dos órgãos municipais no provimento de áreas verdes e faz um estudo amplo e rigoroso das leis, atas da Câmara Municipal e procedimentos legais para a realização destes na cidade. O autor, um dos principais historiadores da área, lida com as referências documentais de modo hábil apresentando também leituras interessantes das linguagens projetuais utilizadas nos projetos tratados.²⁴

No conjunto dos trabalhos analisados, as relações entre os projetos paisagísticos e a cidade, sua inserção urbana e relação com as discussões urbanísticas não aparecem como tema central. Na grande maioria das vezes em que são referenciadas, restringem-se a menções a marcos internacionais específicos, em que a urbanística haussmanniana aparece como a principal.

Os estudos históricos do espaço público não podem prescindir das referências do urbanismo e da história da cidade se buscam uma compreensão satisfatória dos fenômenos de intercâmbio, apropriação e construção de idéias. Assim, as incursões multidisciplinares são fundamentais, como opção metodológica à priori, permitindo a construção de uma história que não se limite a temas encerrados em um campo disciplinar fechado e estanque. Neste sentido, se pode afirmar

que o estabelecimento de relações analíticas entre os dois campos de estudo parte com maior força, e em grande maioria, dos trabalhos que se iniciam na história urbana e do urbanismo, muito mais do que naqueles que partem do campo do paisagismo.

1.1.4. A HISTÓRIA URBANA E O OLHAR PARA O ESPAÇO PÚBLICO

Os textos iniciais sobre o urbanismo no país se concentram a partir dos anos 30 na publicação de revistas e anais de congressos dos profissionais interessados no fenômeno urbano. A partir dos anos 70 a problemática social emerge como tema dentro dos estudos sobre as cidades brasileiras e interessarão a reflexão sobre a moradia, temas relativos à política, economia e à sociologia urbana, como também os embates entre crescimento das cidades, pobreza e subdesenvolvimento. A partir dos anos 80, o campo da história urbana e do urbanismo no Brasil tem crescido sobremaneira e criado amplos canais de interlocução relativos tanto a seminários, encontros e congressos, como através de publicações de livros e artigos científicos. De modo geral, esta produção recente basicamente se atém a reflexões sobre os processos de modernização das cidades brasileiras, dos fluxos e conceitos referenciais para pensá-las em seus diferentes momentos. Também as periodizações, as verificações da congruência dos discursos teóricos com a prática, entre os saberes e as realizações efetivas se tornam parte do escopo de reflexões sobre as cidades. Quanto à abrangência temática e temporal, se há esforços para a compreensão do conjunto dos eventos nas principais cidades brasileiras por parte de alguns trabalhos, nitidamente os quadros explicativos de contextos específicos são maioria e se referem ao século XX.²⁵

Interessa-nos em maior medida, dentro desse marco de discussões, como as áreas verdes aparecem e se interpretam nos discursos sobre a história das cidades e do urbanismo. Sobre o período com o qual trabalhamos, essa historiografia as trata de modo fragmentário e lateral circunscrevendo-as aos ideários higienista, sanitarista e embelezamento urbano. Trabalhos dos últimos anos, por sua vez, apontam para outras concepções presentes, matizam referências antes não tratadas ou apenas englobadas nessa grande temática; além de interessar-se por momentos de transformações urbanas mais estendidos temporalmente.

Dos textos que tratam de maneira ampla a constituição do urbanismo como disciplina no país, um dos mais significativos é o trabalho *Urbanismo no Brasil: 1895-1960*, de 1999, organizado por Maria Cristina Silva Leme.²⁶ A autora coordenou uma rede de pesquisas em que se estudaram vários casos nacionais referentes à criação de cidades novas e de intervenções urbanas tecendo correlações das obras com os ideários urbanísticos presentes em cada caso. Este

estudo até agora é a principal baliza dos escritos sobre urbanismo no Brasil, pois fornece grandes indicações de fontes e comenta de modo sucinto experiências diversas em distintos contextos e territórios brasileiros até os anos 60. O parque aparece em algumas das análises dos planos expostos, conquanto não seja o objeto central dos estudos. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*, organizado por Ribeiro e Pechman, é outro importante trabalho que trata dos fluxos e percursos de idéias e profissionais dedicados à prática do urbanismo no país.²⁷ Os dois livros mencionados proporcionam um panorama bastante amplo, sem que esgotem, contudo, os temas tratados.

Especificamente sobre o caso paulistano, os autores que se dedicaram sobre o crescimento urbano, a formação do urbanismo como disciplina e as formas com que a cidade foi pensada comentam situações por vezes coincidentes, evidenciando maior ou menor desacordo entre si a respeito das considerações existentes sobre o objeto de estudo em questão, chamando, em geral, a atenção para as mesmas referências urbanísticas. Inúmeros são os trabalhos e não compete generalizar leituras, mas sim pontuar alguns deles na construção dessa historiografia atual. Há uma relevante quantidade de publicações sobre os processos de modernização, crescimento urbano e planos para a cidade, abrangendo com maior ou menor interesse e rigor o tema dos espaços públicos. De qualquer forma, não há uma preocupação sistemática em estabelecer as relações entre o pensar esta cidade moderna e seus parques urbanos no período. Há sim trabalhos que tratam dos planos e comentam a largos traços seus espaços públicos ou outros mais específicos que tratam de casos particulares. Vale citar alguns dos principais estudos, como o de Candido Malta Campos Neto, em *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*, publicado em 1999, em que tece comparações interessantes entre o trabalho de urbanistas na cidade e possíveis referenciais modernos, no contexto de crescimento urbano de fins do XIX à Segunda Guerra.²⁸ Em *São Paulo: metrópole em trânsito percursos urbanos e culturais*, de 2004 como um dos organizadores, publica uma série de mapas da cidade com textos referentes basicamente à história da cidade. Somekh, em sentido parecido, apresenta, em 2002, estudo sobre os planos urbanísticos para a cidade no século XX.²⁹ Dentre trabalhos que puseram em releve reflexões sobre o pensamento dos urbanistas sobre os espaços públicos paulistanos até esse período, mencionamos as obras de Leme e Toledo, sobre o Plano de Avenidas de Prestes Maia;³⁰ de Simões Jr, a respeito do Vale do Anhangabaú, e os de Andrade e Leme³¹ sobre os projetos para o Rio Tietê. Simões Jr busca em determinados personagens da Europa Central as origens dos ideários defendidos pelos urbanistas envolvidos com a criação do Parque do Anhangabaú, citando especialmente Camillo Sitte e Alphand. Sobre o Tietê, à parte dos documentos originais, o artigo acima mencionado e a dissertação de mestrado de Andrade

são textos fundamentais para a história das propostas para a área. Sobre as influências do modelo de cidade-jardim em São Paulo, a tese de doutorado: *Barry Parker – um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*, de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, é o principal trabalho e atenta para a relação dos bairros com o tecido urbano e planos urbanísticos, além de analisar a idéia de sistema de parques apresentada por Parker em 1911.³²

Acerca do pós-guerra, o processo de metropolização de São Paulo, bem como as celebrações do IV Centenário de Fundação da Cidade, em 1954, foram tratados em um grande volume de publicações, tanto de historiadores como de geógrafos. O Parque do Ibirapuera, realizado como palco privilegiado das comemorações, foi objeto da dissertação de mestrado de Oliveira, que propõe um questionamento do fazer histórico evolutivo e foca sua atenção na problematização crítica das ideologias presentes nas distintas propostas para o parque.³³ Combate a idéia de que o projeto modernista construído fosse a única solução possível para o momento, dedicando-se a analisar o contexto de produção das idéias e propostas, a pluralidade e permanência de visões sobre a paisagem nos distintos projetos.

Poder-se-ia comentar outros trabalhos, contudo o campo historiográfico a respeito das relações entre parques urbanos e cidade, especificamente pensado a partir do caso paulistano, é algo difuso e pouco articulado.

Retomando a argumentação desenvolvida sobre a historiografia recente sobre as cidades e urbanismo no país, nos afinamos com a postura de Fernandes e Gomes ao afirmarem que estes estudos, ainda que muitas vezes extremadamente atentos às descrições, dilataram

o campo das ciências sociais ao possibilitar a emergência de novas formas de pensar, a legitimação de novos protagonistas da cena social e a construção de novas temporalidades de projeto social, com destaque para o presente e o curto prazo. Além disto, devemos lembrar que o interesse renovado pela história, no âmbito dos estudos urbanos e regionais, conjuga-se com a preocupação com as descontinuidades, as rupturas, os fragmentos, com grande papel outorgado à história das mentalidades e da cultura, de uma maneira geral.³⁴

1.1.5. PARQUE E CIDADE NA HISTORIOGRAFIA INTERNACIONAL

Em relação ao cenário internacional, as publicações sobre paisagismo são bastante numerosas e nos referiremos aqui àquelas que nos serviram de referência conceitual e para estruturar os temas desenvolvidos. Em grande medida focados na produção de jardins, a relação entre parque e cidade moderna aparece como tema principal em um número mais reduzido de obras, sendo

que o que se verifica é um grande esforço de análise da produção paisagística desde o Renascimento, com especial atenção para a tradição *Beaux-Arts* e para a tradição paisagística inglesa.

Dentre os títulos que se dedicaram especificamente a tratar das relações entre parque e cidade, se encontra o livro do urbanista e paisagista George F. Chadwick, *The Park and The Town: public landscape in the 19th and 20th centuries*, de 1966, em que apresenta uma potente visão da constituição da idéia de parque urbano no século XIX, da relação dialética entre parque e cidade a partir deste período. É uma referência chave no que respeita ao tema, tanto por seu conteúdo quanto por ser um dos primeiros que marca distância e escapa de estratégias analíticas próprias de uma tradição historiográfica com imediata relação com a teoria e história da arte, aproximando-se da disciplina urbanística. Ao ampliar o escopo das referências ao pensamento sobre a cidade no estudo do parque urbano, o livro de Chadwick servirá de apoio metodológico para outras produções interessadas no tema

Os italianos Franco Panzini e Giovanni Cerami, respectivamente com *Per il piacere del popolo: L'evoluzione del giardino pubblico in Europa dalle origini al XX secolo* (1993) e *Il Giardino e la città: il progetto del parco urbano in Europa* também são trabalhos importantes e partem de questões similares para o estudo do parque em relação à história urbana europeia, ainda que experiências latino-americanas e norte-americanas tampouco sejam tratadas a fundo. Panzini estrutura seu livro a partir de procedimentos similares ao de Chadwick, ampliando por sua vez o leque de trabalhos abordados tanto em direção a gênese do jardim urbano público na antiguidade, como trazendo exemplos contemporâneos de propostas. Pregill e Volkman, em *Landscapes in History*, apesar do volume da publicação, poucas páginas dedica ao parque urbano da primeira metade do século passado, apresentando por sua vez um enfoque claro ao sucedido nos Estados Unidos desde Olmsted. Especificamente sobre o caso norte-americano, Dal Co, em *De los parques a la región: ideología progresista y reforma de la ciudad americana*,³⁵ aponta para os entendimentos acerca da filosofia da natureza, os ideários democráticos e a passagem de uma visão reformista de caráter romântico para um olhar cientificista do papel do parque no planejamento e desenvolvimento urbano. Outros autores também nos interessam para este estudo, mas por ora é suficiente destacar estas referências.

1.1.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA HISTORIOGRAFIA SOBRE PAISAGISMO E URBANISMO NO BRASIL

Em resumo, embora distintos autores já tenham identificado o papel do parque urbano na configuração das cidades modernas no âmbito internacional, pouco valor se tem dado ao papel deste elemento na estruturação das cidades brasileiras e ao olhar dos profissionais que os propuseram em várias ocasiões. No caso dos estudos que partem do campo do paisagismo, são notáveis as heranças historicistas e de análises estilístico-formais, dos grandes nomes e das associações à arquitetura e artes plásticas. O “ídolo individual” e o “ídolo cronológico”, nas palavras de Simiand: “*o hábito de perder-se nos estudos das origens*”, ainda persistem com força.³⁶ Desde os primeiros textos sobre paisagismo no país, estes procedimentos metodológicos persistem em estudos posteriores, até a atualidade. Em seu momento, esses escritos iniciais se referenciaram na historiografia da arquitetura moderna, que por sua vez havia se pautado em uma linha historiográfica centro-européia de matriz hegeliana. Verifica-se, ainda, como diversos exemplos recentes encontram-se atrelados às análises heróicas e icônicas dos textos pioneiros na área, apresentando inúmeras dificuldades em escapar desse legado e em deitar outros caminhos que não os estritamente vinculados às análises formalistas e relacionadas às teorias do desenho e dos estilos. As relações entre os processos de criação, adoção de linguagens e construção do parque urbano e os pensamentos sobre a cidade aparecem tratados, dessa maneira, a partir de visões em grande medida alheias às possíveis contribuições de outras disciplinas, em especial da história do urbanismo. Em relação a ela, as rupturas metodológicas iniciadas por Nietzsche contra o historicismo tiveram uma maior aceitação e repercussão na produção brasileira. Deste modo, os estudos dos momentos de transição, de crises e a maior permeabilidade a uma postura interdisciplinar conformaram um marco teórico-metodológico e de eleição de temas nitidamente distinto do presente na historiografia do paisagismo. No entanto, as relações entre parque, a cidade e o pensamento urbanístico vigente ainda aparece como tema periférico e carece de maiores estudos.

Assim, se por um lado o parque é visto muitas vezes como objeto em si e estudado a partir de análises estilístico-formais sem grande relação com seu entorno urbano; por outro lado, ainda que apareça mais integrado nas reflexões sobre a cidade, ainda se mantém como objeto marginal dentro dos estudos de história urbana. A possibilidade de ampliar o escopo de análises e integrar saberes acena para apreciações mais articuladas e abrangentes entre os distintos campos de estudo.

1.2. DO PARQUE À CIDADE. APROXIMAÇÕES AO TEMA DO PARQUE URBANO

Neste apartado trataremos de pôr luz em alguns termos e conceitos que aparecem ao longo da tese e que importa, desde logo, circunscrevê-los dentro dos entendimentos específicos a partir dos quais são trabalhados. A dialética entre urbanismo e paisagismo é discutida a partir do aparecimento da própria disciplina urbanística e do concomitante fenômeno de surgimento do parque público como elemento intrínseco ao pensamento sobre a cidade moderna. Percorreremos tanto o cenário internacional e nacional, apontando semelhanças e distanciamentos, a partir do entrelaçamento de discussões presentes, abrindo, assim, caminho para questões que serão, com maior detalhe, trabalhadas nos seguintes capítulos.

1.2.1. ALGUMAS PRECISÕES TERMINOLÓGICAS

Trabalhar com o percurso, deslocamento, transmissão, recepção e processos de apropriação de idéias - especificamente nesta tese no âmbito do urbanismo e do estudo da paisagem - nos leva a refletir de modo breve sobre alguns conceitos e termos-chave que aqui serão usados. A vastidão descritiva e conseqüente indeterminação que esta incursão poderia causar se verá reduzida a uma delimitação proposital das elucidações a que nos propomos fazer, focando-nos naquelas de interesse específico para o trabalho. Com esta prerrogativa, pontuaremos, logo neste princípio, certas definições de caráter geral, sem que, contudo, isso signifique a sua completa circunscrição nestas primeiras páginas, já que ao longo da tese, quando necessário, também recorreremos a explanações de mesmo caráter.

O próprio conceito de *Idea*, versão latina do termo grego *eidos*, aparece como tema da maior envergadura para a reflexão filosófica, sobretudo desde Platão, e permeia o pensamento ocidental apresentando-se sob matizes os mais diversos.³⁷ À semelhança do termo originário, as atuais palavras de algumas línguas latinas: “idéia”, “*Idea*”, “*Idée*” se referem à concepção intelectual ou representação, em última instância, à reflexão no campo mental. Por sua vez, as “idéias” e “ideais”, podem pertencer ao plano da pura reflexão, em nível teórico e abstrato-metafísico, de origem platônica;³⁸ bem como serem entendidas como anúncio de vontades, de interesses, de reflexões - com intuito mais ou menos claro - de implementação efetiva de alguma transformação na realidade objetiva do mundo construído. Que ambas as possibilidades, a de matiz puramente teórica e à relativa a uma proposição sensível (referente à prática) se interfiram e se interconectem mutuamente nas mentes dos profissionais, dos agentes envolvidos nas transformações urbanas a serem estudadas é fato mais que plausível e muitas vezes verificável. Não cabe agora discorrer sobre esse processo, algo que estará presente ao longo da tese, mas apenas indicar que os planos, projetos e idéias analisadas carregam, em distintos graus: críticas

da realidade social, em que também se sobrepõem interesses econômicos e políticos; uma visão de futuro; concepções teóricas de cunho ideológico; além de certo tom utópico em alguns casos.

Ideologia e utopia aparecem por vezes como construções intelectuais articuladas, mas ao mesmo tempo distam, segundo Horkheimer, como o “sonho” da “aparência”.³⁹ Mannheim aponta para a diferença de enfoque entre os dois termos, sendo a primeira posta a serviço da manutenção da realidade social como está e a segunda como vontade de mudança radical da situação existente.⁴⁰ Essa busca de transformação social representa, por uma parte, uma postura ativa e crítica do existente e, por outra, uma proposta do que deveria existir.⁴¹ Vale lembrar que o termo foi cunhado e emprestado da literatura, e cuja elaboração inicial se remete a Thomas More a partir do célebre livro de 1516, a “Utopia”, em um contexto de desagregação da ordem feudal e como crítica da nova situação econômica e social na Inglaterra.

Das inúmeras interpretações que se fazem do termo, interessa-nos apontar para duas delas. A primeira, que a entende como “não-lugar” e a segunda, como “lugar de bem viver”.⁴² Esta última interpretação nos é especialmente interessante, sobretudo se retomamos a frase de Horkheimer que diz que “si la ideología provoca la apariencia, la utopía es el sueño del ‘verdadero’ y justo orden de vida”.⁴³

Esse sentimento de esperança, de reflexão sobre a emancipação humana e uma condição de vida mais libertária está presente em distintos outros autores filosóficos e propostas urbanas. Neste sentido, Rosenau comenta que os projetos utópicos de cidade ou de partes dela aparecem com maior intensidade nos momentos de grandes mudanças sócio-econômicas, como foi o Renascimento ou a Ilustração, o que facilitaria a experimentação cultural.⁴⁴ Verifica-se, analogicamente, como o crescimento do fenômeno urbano, da industrialização e dos contrastes entre campo e cidade no século XVIII e, sobretudo, no XIX foram os motores das reflexões tanto dos “socialistas utópicos”, como da geração fundadora do urbanismo como disciplina, a partir de Cerdà em 1859; e seguiu como base estrutural de inúmeras propostas da primeira metade do século XX.

Broner chama a atenção sobre como o pensamento utópico - na acepção de criação de uma melhor ordem social e, em última instância, da emancipação humana - permeia os escritos de vários autores da chamada Escola de Frankfurt, especialmente de Lukács e de Ernst Bloch. Este último nega a “utopia” como o ‘lugar nenhum’, afirmando-a como elemento constitutivo de toda a atividade humana. Manifestar-se-ia, assim, na busca do sentido da vida, no desejo de

amor, e em múltiplas formas. Reforça ainda que “problemas não resolvidos e esperanças não satisfeitas podem passar de uma fase da história para outra”, que a resolução das contradições de um período não se dá em sua totalidade antes de uma nova etapa e que “um conjunto de possibilidades utópicas ‘ainda-não-realizadas’ fica ‘latente’ e à espera de uma apropriação autoconsciente”.⁴⁵

Bloch vê, portanto, nessas “contradições assíncronas” não resolvidas, o motor que permite que a utopia continue existindo. E esta vem permeando propostas de cidades, modelos urbanos e intervenções pontuais desde a antiguidade até a contemporaneidade.⁴⁶

O tema das permanências e rupturas no estudo das mentalidades e formas na história urbana é fundamental para evitar entendimentos ideológicos e uníssonos da realidade em estudo. Bernard Lepetit adverte para esses descompassos entre estrutura espacial, realidade social e ideários no espaço urbano, afirmando que a cidade nunca é absolutamente sincrônica, que o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo “cronologias diferentes”.⁴⁷ Essas distinções também se referem à teoria e práxis arquitetônica, urbanística e paisagística. Desde logo, temos clara que a associação entre os ideários e as proposições ou realizações efetivas contemporâneas entre si não seguem necessariamente o mesmo ritmo temporal de assimilação e apropriação. Em outros termos: as elaborações teóricas e a produção prática não se apresentam como discursos casados, simultâneos.

Sobre a idéia de “tipo ideal” e **modelo**, vários são os textos de referência e nos limitaremos aqui a focar nossa análise desde um determinado ponto de vista. Tanto a sociologia urbana - especificamente com Weber - quanto a teoria da arquitetura - sobretudo a partir de Quatremère de Quincy - deitaram inúmeras páginas em atenção a esse tema. Weber define “cidade” a partir das relações sócio-econômicas e políticas que ali se fazem e elenca certos “modelos” citadinos e seus subtipos, referenciando-os diretamente a períodos históricos.⁴⁸ Em termos arquitetônicos, o “tipo” e o “modelo” são retomados inicialmente por Argan nos anos 60, a partir das definições de Quincy,⁴⁹ em que a idéia de modelo aparece como algo fechado, definido, construído em suas múltiplas partes e pensado para sua reprodução e cópia. Choay reforça que a reprodutibilidade do “modelo” e o seu caráter exemplar marcam a própria natureza deste conceito.⁵⁰ Nesta direção, Rosenau desenvolve uma reflexão em que faz uma importante diferenciação entre o que poderia ser considerado de fato exemplar em termos da criação de um

protótipo de caráter normativo a ser implantado supranacionalmente e uma solução ótima para um problema concreto.⁵¹

Nesta tese, ao tratarmos de modelo urbano, este será considerado como consequência e organização coerente de um conjunto de idéias, com maior ou menor caráter utópico ou pragmático, em um corpo teórico apto (ou pensado) para implantação ou “cópia” em distintas situações. Ainda que respeitando essa distinção proposta por Rosenau, entre projeto realizado para determinada situação específica e “modelo” teórico abstrato, consideramos importante não negligenciar que ambas experiências geram reflexões externas e podem se tornar referências modélicas para atores individuais na realização de outras propostas. Também não se pode negar que situações localizadas podem atuar como modelos para outras propostas, mesmo que em sua formulação inicial não contenham esta intenção.⁵² Assim, na tese trabalharemos com as duas matrizes referenciais: aquela pensada como modelo desde sua primeira aparição e as propostas específicas que foram tomadas como tal pelos personagens de quem trataremos ao longo do trabalho.

1.2.2. PAISAGEM, PARQUE URBANO E URBANISMO

Precisar as origens das cidades, defini-la enquanto objeto de reflexão é algo evidentemente complexo e que diversos campos disciplinares buscaram enfrentar. Os primórdios desse interesse possivelmente se remetem à filosofia clássica com Platão, em *Critias*, como segue sendo tema de um conjunto incessante de textos e propostas ao longo da história. Na *Atlantis*, do mesmo autor, no manual de Vitruvio ou na *De Raedificatoria* de Alberti, as relações entre estrutura político-social e a forma da cidade são demarcadas e apesar de não se considerar aí o início do urbanismo, estes modelos teóricos e formais são referências primeiras ao se tratar da cidade planejada em um território. Os modelos propostos até então, se em vários casos se referiam à cidade de modo global, se reduzirão na prática a projetos de fortificações ou de intervenções pontuais relacionadas com o poder vigente. A dualidade do termo *Civitas*, enquanto organização política e espacial, persiste nas acepções atuais e em especial ao pensarmos nas associações entre aspectos políticos e intervenções urbanas.

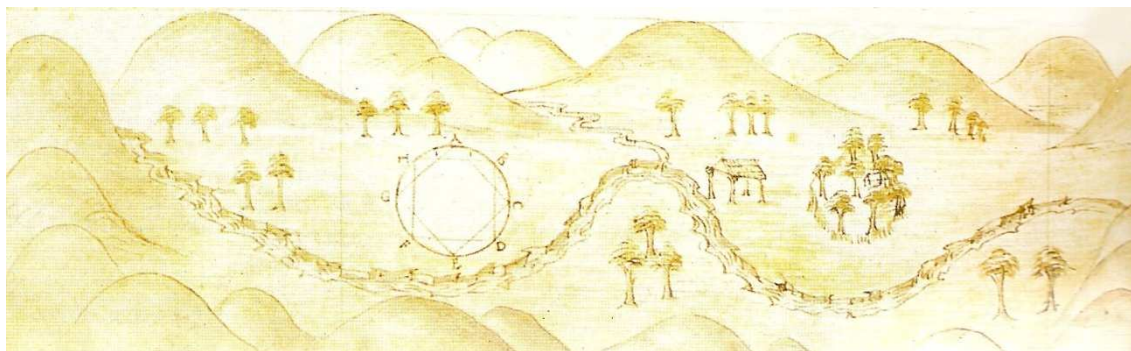


fig 2 - Sforzinda. Filarete, 1465.

Fonte: EATON. 2001, p.52.

Os pensamentos sobre a construção e formas de intervenção nas cidades, portanto, se remetem a momentos bastante anteriores ao aparecimento de um *corpus* disciplinar próprio, que se constituirá apenas no século XIX. É então, no bojo das reflexões sobre a formação de inúmeras disciplinas autônomas e dos fenômenos ocasionados pela revolução industrial, que surge um olhar específico para o fenômeno citadino moderno. O legado científico, a valoração do método e da razão como mecanismo de obtenção do conhecimento, no século XVIII, caracteriza um período fundamentalmente marcado pelo estabelecimento de campos de conhecimento específicos, como o aparecimento da Estética, com Baumgarten em 1752, ou com a crítica de arte a partir de Diderot.⁵³ Será, logo, com o catalão Cerdà, em 1859, que aparece, segundo Luque, “*el primer intento programático de fundar una disciplina orientada a la construcción de la ciudad*”.⁵⁴ A urbanística nascente herda, dessa forma, tanto a preocupação científica estabelecida no século XVII, como as aspirações ilustradas do XVIII.⁵⁵ O surgimento de uma ciência relativa à intervenção na cidade se dá neste contexto de estruturação de campos científicos, da autonomia das artes perante outros fenômenos e campos disciplinares, e como consequência das profundas alterações nas estruturas físicas e sócio-econômicas das cidades européias afetadas pela revolução industrial. Entretanto, alguns autores atribuem mesmo a criação da palavra **urbanismo** apenas à década de 10 do século XX, especificamente através de um artigo de P. Clerget. Logo, entre 1912-3 o termo seria desenvolvido por Donat Alfred Agache, configurando decisivamente um conteúdo semântico para qualificá-lo: “*o urbanismo é uma nova ciência da construção e do planejamento das cidades... É uma ciência de aplicação, pois possui, essencialmente, uma utilidade prática: controlar o desenvolvimento e o crescimento das cidades*”.⁵⁶ Evidentemente, outros termos e expressões foram sendo construídos desde o século XIX para identificar e definir esse novo campo de atuações como o “*Städttbau*” alemão; o “*City planning*” norte-americano e o “*Town Planning*” britânico; sendo o vocábulo “urbanismo”, de fato, o que se consolidou como conceito até os dias atuais especialmente na língua francesa (“urbanisme”), na portuguesa e castelhana. Choay afirma que

este neologismo se fazia necessário para diferenciar a nova disciplina das “*artes urbanas anteriores por su caracter reflexivo y crítico, y por su pretensión científica*”.⁵⁷

Se as inovações técnicas e a nova organização social - que já se gestavam desde o ano 1000-⁵⁸ iniciam a dissociação entre campo e cidade que estará no centro das preocupações de Marx e Engels; é no século XIX que, como afirma Aymonino, serão reforçadas com caráter político, de contraposição entre centro e periferia e de exploração de classes.⁵⁹ Certo é que os problemas do inchaço populacional, do crescimento citadino, da falta de moradia e higiene e os contrastes entre campo e cidade se incrementarão fortemente já a partir de meados do século XVIII e princípios do XIX. Diversas inovações técnicas e nos modos de produção fabril, sem deixar de mencionar o desenvolvimento das redes ferroviárias, desencadeiam um vertiginoso crescimento das cidades existentes, da mesma forma como surgem inúmeros núcleos urbanos ao redor das novas fábricas implantadas. Esse processo leva Engels a afirmar, em *The conditions of working class in England*, que cada fábrica nova que se construía no campo levava em si mesma o embrião de uma cidade industrial e a Lefevre, já nos anos 60 do século XX, a estender essa apreciação afirmando que “*a industrialização é o ponto de partida de nossa época*”.⁶⁰ É ilustrativo mencionar que a Inglaterra, o centro da primeira revolução industrial, passa de 6 milhões e meio de habitantes em 1750 a 9 milhões em 1801. Tomando como referência a cidade de Manchester, onde a industrialização se deu de modo mais emblemático, vê-se que no mesmo período sua população cresce de 12.000 habitantes para 95.000, para alcançar, em 1850, 400.000.⁶¹ Londres e Paris quintuplicam sua população no curso do século XIX alcançando, respectivamente, 4 milhões e meio e 2 milhões e meio. Berlim passa de 190.000 a mais de 2 milhões de habitantes e quase metade das famílias vivia em apartamentos de apenas um quarto e pequena cozinha e uma outra boa parte os tinha que compartilhar para poder pagar os aluguéis.⁶²

Este cenário, de acordo com Benévolo, origina, nos primórdios da urbanística, dois ramos de desenvolvimento principais, sendo um deles com pensamento utópico de forte cunho social-reflexivo; e outro baseado na atuação objetiva focado no combate às pestes e à insalubridade.⁶³ O otimismo dos que vieram a ser conhecidos como socialistas utópicos⁶⁴ e sua crença em que as alterações sociais e urbanas se fariam pelo convencimento, como consequência da boa vontade dos homens esclarecidos, foram duramente criticados por Engles e Marx pelo seu caráter reformista e apolítico. Em última instância, os consideravam como alienação:

Los inventores de estos sistemas, sin embargo, se dan cuenta del antagonismo de las clases, así como de la acción de los elementos destructores de las clases, así como de la acción de los

destrutores dentro de la misma sociedad. Pero no advierten del lado del proletariado ninguna iniciativa histórica, ningún motivo político que le sea propio. (...)

En lugar de la actividad social ponen la actividad de su propio ingenio; en lugar de las condiciones históricas de la emancipación, condiciones fantásticas; en lugar de la organización gradual del proletariado como clase, una organización de sociedad inventada por ellos. (...) Repudian, por eso, toda acción política, y en particular toda acción revolucionaria; se proponen alcanzar sus objetivos por medios pacíficos, intentan abrir camino al nuevo evangelio social valiéndose de la fuerza del ejemplo, por medio de pequeños experimentos que, naturalmente fracasan siempre.

De todos os modos, Engels y Marx valorizam, dentre outros aspectos, a sua busca por uma harmonia universal e pela defesa da emancipação individual:

Sus tesis positivas referentes a la gran sociedad futura, tales como la desaparición del contraste entre la ciudad y el campo, la abolición de la familia, de la ganancia privada y del trabajo asalariado, la proclamación de la armonía social y la transformación del Estado en una simple administración de la producción: todas estas tesis no hacen sino enunciar la desaparición del antagonismo de las clases, antagonismo que comienza solamente a perfilarse y del que los inventores de sistemas no conocen todavía sino las primeras formas distintas y confusas.⁶⁵

Esta nova sociedade fraterna, comunitária e libertária, imaginada no período, persistiu em distintos aspectos e casos na reflexão sobre a cidade. O vislumbre de liberdade do cidadão e a necessidade de criação de espaços livres aparecem como elementos presentes, tais como a defesa do “público” em oposição ao “privado”. Segundo Horkheimer, a propriedade privada emerge na reflexão utópica como elemento contrário à união e felicidade terrenal coletiva. Tal predileção pelo “público” foi traço fundamental na maioria das propostas consideradas utópicas, sobretudo a partir do Renascimento, alcançando os socialistas utópicos e certos modelos urbanísticos do final do século XIX e primeira metade do século passado. More e Campanella associavam a propriedade privada com a ganância e a deterioração das qualidades morais da humanidade; Owen, Fourier e Sant-Simon também negavam seu predomínio, ampliando o âmbito da experiência coletiva e reduzindo a individualidade ao mínimo.⁶⁶ Esta herança se vê presente também em propostas de fins do XIX e da primeira metade do século XX, como no modelo cidade-jardim de Howard ou na *Ville Contemporaine pour Trois Millions d’Habitants* de Le Corbusier, tanto em termos de abolição da propriedade privada legal dos terrenos, como pela enorme valorização do espaço público.⁶⁷

O apinhamento populacional e a ocupação extremada do espaço urbano, ademais dos demais problemas já mencionados, geraram uma sentida falta de áreas verdes e de espaços abertos nas cidades. Tais complicações aparecem para ambas correntes urbanísticas, tratadas por Benévolo, como um dos principais problemas citadinos.

Interessa-nos também pensar sobre a relação entre o aparecimento da idéia de parque urbano e cidade, especificamente no advento da revolução industrial. Em que momento passam a ser vistos como objetos intrinsecamente articulados? Antes que uma ânsia por determinar uma origem, uma aproximação histórica ao tema se refere a uma vontade de discutir ambos no pensamento moderno de cidade. Além disso, nos parece fundamental atentar para o fato de que o aparecimento do urbanismo como disciplina coincide com a criação de um conjunto de parques públicos urbanos na Europa e também interessa aqui investir em esclarecimentos que elucidem as relações entre ambos.

A própria idéia de parque se constrói com força no século XIX. Se as raízes dos primeiros jardins são de certa forma polêmicas na historiografia e se remetem a distintos períodos, em relação à aparição do “parque urbano público”, há uma aceitação generalizada de sua constituição nos Oitocentos. Evidentemente, as relações entre cidade e natureza estendem-se a períodos os mais remotos sendo, talvez, na *Sforzinda* de Filarete (fig 2), e, posteriormente, nas obras de Poussin e Cláudio Lorena, onde estejam os primeiros exemplos de propostas de integração da cidade com o meio.⁶⁸ Em relação às origens dos jardins no mundo ocidental, alguns autores os consideram presentes já em Stonehenge,⁶⁹ outros fazem referências a textos antigos, como o próprio jardim do Éden, descrito na Gênese, paraíso de vegetação criado para o deleite e os prazeres.⁷⁰ As descrições dos jardins romanos também nos chegam e hoje se reconhece que, no período Imperial, Roma possuía mais de setenta jardins, dentre eles propriedades imperiais, os *horti* privados e espaços públicos ajardinados.⁷¹ Até o século XVII, em sua grande maioria permanecem privados e fechados para uso particular, inicialmente da realeza e da aristocracia - para seu deleite, repouso e ostentação,⁷² sendo a partir de então, e com maior força nos séculos XVIII e XIX, que se passaram a abrir esses espaços primeiro para a burguesia emergente e logo para o resto da população.

Os jardins públicos foram, deste modo, gradualmente abertos, já antes da Revolução Francesa, conquanto se reforçou esse processo após os acontecimentos de 1789 e a implantação dos Estados liberais.⁷³ Estes foram apropriados então pela burguesia, para a exibição pessoal, o ócio e as novas práticas sociais. Além desses jardins, também os passeios arborizados como os

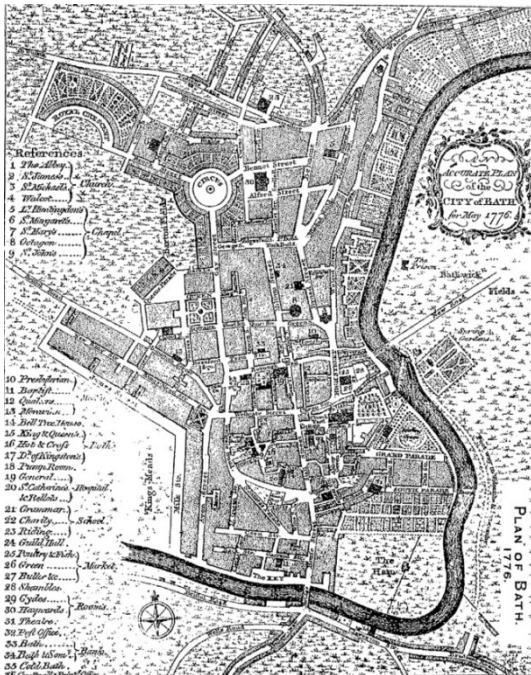


fig 3 - Plano de Bath, 1776.
Fonte: RIBA.1911.

da burguesia. As *Squares* londrinas ou os *Crescents* (fig 3) foram práticas que evidenciariam essa presença do verde no meio urbano, especificamente nas áreas residenciais, e que haviam funcionado como instrumentos efetivos no planejamento da cidade. Também para as classes trabalhadoras passa-se a pensar na criação de espaços verdes, tendo em vista tanto seus benefícios para a saúde física, como para a elevação da moral. Reportamo-nos aqui a uma das primeiras propostas em que se integram áreas verdes e espaços produtivos com a habitação dos trabalhadores: o plano de Ledoux para a cidade de Chaux, (fig 4) publicada em *L'Architecture considerée sous le rapport de l'art, des moeurs et de la législation*, em 1804. Encarregado do projeto de uma usina de sal, elabora sua proposta entre 1773 e 1779, em que o que de fato projeta é uma cidade ideal em que se pretendia a renovação do homem e uma sociedade reformada moralmente e em contato com a natureza. Impregnado pela tradição fisiocrática da segunda metade do século XVIII, bem como pelos escritos de Rousseau, a cidade projetada por Ledoux se localiza em uma paisagem idílica, afastada das grandes urbes, na qual a comunidade pudesse desenvolver laços fraternos e uma forma de vida igualitária e aprazível.

bulevares,⁷⁴ alamedas e *cours* serviam para o mesmo fim e passaram a ser cada vez mais populares em vários países europeus. Nos países americanos, a construção de passeios públicos se dá a partir do final do século XVIII e durante todo o XIX, como a expansão da Alameda de México,⁷⁵ na capital desse país, em 1772; o Passeio Público do Rio de Janeiro, de 1789, dentre outros.

Giedion ao escrever sobre a importância do Setecentos na aproximação entre homem e meio natural, entre arquitetura e zonas verdes, chama a atenção para o fato de que este contato passou das mãos do monarca, para as da nobreza, para em seguida chegar às mãos

Esta aproximação da residência às áreas verdes, identificada por Giedion, desde final do século XVIII passa a ser buscada em distintas propostas urbanas. Se como afirma, esteve bastante vinculada ao poder e à riqueza, passa estar presente em planos de cidades ou em propostas de intervenção, como algo necessário a toda a população de um modo geral. O seu papel, então, se altera profundamente e estas áreas tornam-se elementos fundamentais na reflexão sobre a cidade moderna. Pensá-la, depois da eclosão dos grandes êxodos urbanos e mudanças físicas, em sua forma, e psicológicas em seus cidadãos, inclui este novo espaço citadino que adquire ares de direito cidadão e é clamada em um grande contingente de discursos, seja em estudos sobre intervenções pontuais ou em propostas para novas cidades.

Do uso monárquico e aristocrático, para o burguês e logo para as classes populares há, como se vê, um processo de publicização desses espaços já existentes e de construção de novos locais. Passa-se da predominância da existência desses jardins privados à abertura e criação de alamedas e passeios públicos, para no século XIX - com os adventos de transformação pelos quais passaram as cidades, no que respeita à industrialização e crescimento espacial - aparecer o parque público. Chadwick, nesta direção, afirma que:

Its not until the Nineteenth Century that we find the public park as we know it, an area of land laid out primarily for public use amidst essentially urban surroundings. In the previous century the park had meant an area of land adjacent to a gentleman's house, an area which had been enclosed from public use.

(...)

The creation of useful landscapes within the town for the use and enjoyment of the public at large is essentially a Victorian idea, due in the first place to the phenomenal growth of the 'insensate industrial town' which created the basic need for such areas, and, in the second place, perhaps, to the later Victorian zeal for reform⁷⁶

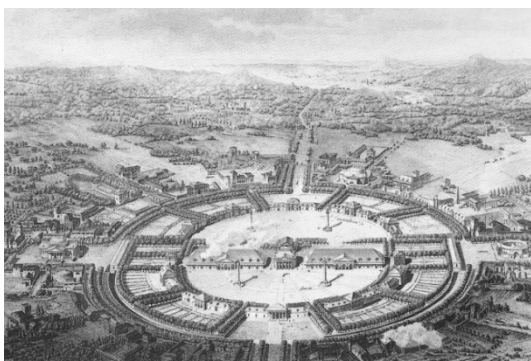


fig 4 - Plano de Ledoux para Chaud, 1773-9.
Fonte: EATON. 2001, p.113.

O parque como elemento essencial do tecido urbano é, dessa forma, um fenômeno moderno. Correlato ao contexto de adensamento das cidades e aos problemas advindos da industrialização, o parque aparece no cerne do pensamento sobre as cidades em transformação, sobretudo no Oitocentos, em que se verificam inúmeros projetos de novas áreas. Não obstante, há

evidentemente muitos deles que se originaram de propriedades anteriormente privadas e de uso restrito, como os conhecidos parques reais de Londres, dentre os quais o Hyde Park, que foi aberto ao público em 1635, parte do Regent's Park, em 1835, o Saint James's Park e o Kensington Gardens.

Chadwick afirma ainda que embora não houvesse muitas áreas verdes nas cidades inglesas do século XVIII, ela permanecia salubre, em função de que existiam em suficiente número, ainda que muitas delas fossem privadas, e que o campo se podia alcançar rapidamente por toda a população.⁷⁷ Contrariamente, os problemas de saúde pública e sociais marcantes a partir de 1830, gera a necessidade de se pensar na criação específica de parques na área urbana, que atuariam tanto no sentido higiênico, como de modo a controlar o ócio e o comportamento das classes trabalhadoras.

Segundo H. Von Stein,⁷⁸ os homens do século XVII e XVIII, ao ouvirem a palavra “natureza”, pensavam imediatamente no firmamento; os do século XIX pensam em uma paisagem. Por conseguinte, se a “natureza” tinha praticamente desaparecido nas urbes mais afetadas pelos efeitos da industrialização; o parque urbano aparece como mecanismo de intervenção da nova disciplina, a urbanística, fornecendo espaços públicos que promovessem a higiene, que atendessem às necessidades de sol, ar puro, convívio social e exercício da população, que, definitivamente, atuasse como resposta a essa vontade de contato dos cidadãos com o verde e como mecanismo de controle e “educação moral” dos trabalhadores. No Relatório do *Select Committee on Public Walks* se deixam claras essas preocupações:

It cannot be necessary to point out how requisite some Public Walks or Open Space in the neighbourhood of large Towns must be; to those who consider the occupations of the Working Classes who dwell there; confined as they are during the weekdays as Mechanics and Manufacturers, and often shut up in heated Factories: it must be evident that it is of the first importance to their health on their day of rest to enjoy the fresh air, and to be able (exempt from the dust and dirt of the public thoroughfares) to walk out in decent comfort with their families; if deprived of any such resource, it is probable that their only escape from the narrow courts and alleys (...) will be drinking-shops where (...) they waste the means of their families, and too often destroy their health. Neither would your Committee forget to notice the advantages which the Public Walks (properly regulated and open to the middle and humbler classes) give to the improvement in the cleanliness, neatness and personal appearance of those who frequent them. A man walking out with his family among his neighbours of different ranks, will naturally be desirous to be properly clothed, and that his Wife and Children should be also; but this desire duly

directed and controlled, is found by experience to be of the most powerful effect in promoting Civilisation, and exciting Industry.⁷⁹

Assim, se por um lado a classe operária, ao ver-se confinada boa parte do tempo nos espaços fechados das indústrias e viver em terríveis condições sanitárias nas periferias das grandes cidades, urgia pelo direito de freqüentar espaços abertos ensolarados e onde pudessem, além de realizar atividades de lazer e se permitirem o convívio social, praticar também atividades físicas; por outro era de interesse dos industriais e do poder público evitar epidemias, a decadência da força de trabalho e de promover a higiene e atitudes morais e sociais adequadas aos padrões estabelecidos pelas elites. A criação e abertura destes espaços atendiam, destarte, tanto a preceitos “racionais” do saneamento urbano, atuando contra a insalubridade, as pestes, as altas taxas de mortalidade à congestão urbana⁸⁰ e benefício físico dos trabalhadores; como se impregnava de intenções “sociais”: de combate à delinqüência,⁸¹ de “educação” e controle dos seus costumes e práticas sociais. Em oposição à feiúra das cidades, à poluição e ao amontoamento de edifícios e pessoas se propagava a valorização da natureza e, na segunda metade do século XIX, com a influência de Ruskin, se reforça esse sentimento de “volta ao natural”, de apreciação dos valores e da forma de vida campestre a partir de um claro caráter romântico.

Segundo Maderuelo, é no século XVIII e XIX, inspirados pelo ambiente romântico, que se fazem as primeiras buscas e tentativas de reconstituir as raízes da arte da jardinagem e da criação de jardins, justamente no momento em que o olhar para a paisagem e o culto do pinturesco se encontravam em seu ponto culminante.⁸² Se é no romantismo que se procuram essas raízes, data do Renascimento a própria concepção da idéia de “paisagem”. Como elucida o referido autor, o termo deve entender-se como *constructo* cultural que pressupõe uma relação entre o objeto (meio físico) e o sujeito através do olhar intencionado. É uma apreciação subjetiva, interpretativa, que se elabora a partir do lugar, de uma experiência pessoal que vem unida a uma aproximação contemplativa, a uma sensação de desfrute. Berque, ao tratar do aparecimento do termo o relaciona ao sentimento de beleza que se experimenta ante o espetáculo da natureza, sendo que, em suma, “*si la naturaleza se convierte em algo bello, agradable de mirar es porque la miramos como paisaje*”.⁸³ Deste modo, na emergência da cultura do olhar renascentista, se descobrem a perspectiva e a paisagem, e no século XVII e XVIII se valoriza esse conceito ao extremo tanto na pintura, como na poesia e logo na criação de jardins.

Importa destacar que o empirismo inglês, desde Bacon com a defesa do método experimental, ao fomentar o novo valor da experiência e da percepção individual do mundo exterior como únicas fontes do conhecimento, estão nas bases do novo olhar para a paisagem, tanto astrofísica, como terrenal. A invenção do microscópio, no final do século XVI; a construção do telescópio de Galileu, no princípio do XVII e as teorias de Newton sobre as leis da mecânica estão intimamente ligadas a esse processo de construção da mirada científica sobre a realidade imediata. Os temas imediatos de investigação, como o conhecimento do mundo, passam pelo crivo do olhar, da percepção através dos sentidos e de uma aproximação direta com o objeto.

A natureza se apresenta, portanto, como um dos objetos privilegiados de estudo. A aproximação à paisagem natural através da pintura e da produção literária e filosófica formula uma nova sensibilidade em que se começa um crescente afastamento da regularidade formal cartesiana dos jardins franceses, e dos campos de agricultura, em direção a uma maior valorização de elementos sinuosos, de uma recuperação da “ruína” como elemento histórico da paisagem, da presença da vegetação e dos campos, morros e lagos dispostos como uma paisagem real, que fosse bela o suficiente para ser pintada. Diversos autores já trataram dessa mudança de sensibilidade perante a natureza, em que os ideais de liberdade da Ilustração se articulam a uma visão da ordem natural, com suas leis e regras próprias, que deveriam ser estudadas. Dentre eles, Panofsky comenta como no Setecentos se constroem discursos contra o distanciamento da natureza que o formalismo geométrico barroco suporia, buscando por sua vez, através do estudo do natural, combatê-lo.⁸⁴

O paisagismo, que se despregava das regras compositivas da arquitetura barroca, passa a pautar-se na Inglaterra, a partir das obras de William Kent, na poesia e na pintura, na natureza como modelo e horizonte de interesse. Em última instância, era o ponto de partida de olhares interessados na configuração de paisagens distintas das herdadas do absolutismo. Como descrevem Middleton e Watkin, o jardim inglês remeteu-se a recuperações históricas da antiguidade clássica num constante processo de desconstrução do academicismo barroco durante todo o século XVIII em direção a uma produção que se desenvolve dentre outros aspectos a partir da sinuosidade, irregularidade e aproximação ao meio natural, alcançando em suas últimas décadas a radicalização das sensações, tendo o “sublime” como objetivo.⁸⁵

Aqui, ainda que não caiba analisá-los, importa reportar brevemente a determinados textos fundamentais para o entendimento das visões de paisagem disseminadas no século XVIII - que marcaram a teoria do paisagismo e a prática de inúmeros projetos – e que foram recuperados no

XIX, aparecendo como grandes referências quando do aparecimento do parque urbano. Na medida em que esses conceitos e termos aparecerão ao longo da tese, importa clarificá-los de início, precisando questões primordiais. Dentre os livros clássicos para entender o tema, mencionamos *The Analysis of Beauty*, de 1753, de William Hogarth, em que se atém à irregularidade e às curvas serpenteantes do meio natural como características fundamentais para dotar uma paisagem de beleza; e o livro *Inquiry into the origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful*, de 1757, de P. Burke, em que apresenta a distinção entre o belo e o sublime, sendo o primeiro relativo à percepção da fluidez, das curvas, das superfícies lisas e das graduações tênues, e o último uma aproximação do homem ao terrível, ao medo, a emoções que o conduziriam a uma nova e mais rica percepção da beleza e da natureza.

O *Picturesque*, traduzido para o português sob as formas “Pintoresco” e “Pinturesco”, por sua vez, será enormemente referenciado por urbanistas e paisagistas de influência no Brasil. Aparece como conceito paisagístico ao final do século XVIII e foi divulgado sobretudo, segundo Midleton e Watkin, pela obra de William Gilpin, *Observations Relative Chiefly to Picturesque Beauty*, de 1789, logo seguido por *Three Essays on Picturesque Beauty*, também de sua autoria, e por *Essay on the Picturesque*, de Uvedale Price, ambos de 1794. No último, o pinturesco aparece como conceito, junto ao belo e ao sublime burkianos.⁸⁶ Era definido a partir da sua relação com a pintura de paisagens, como um conjunto de princípios formais que distava da natureza domesticada do jardim paisagista, dos grandes campos abertos de meados do XVIII, para configurar-se, como definiu Clifford, como “*cierta elevación de aquellos efectos visuales que crean una respuesta emocional positiva*”. O papel da história na arquitetura introduzida nestes cenários, a irregularidade, a deformação, a variedade, a falta de clareza e por vezes a aspereza seriam elementos estimulantes da percepção desse jardim, preocupado pelo excitação visual.⁸⁷ E, se Kent foi o grande personagem inicial do que se considera como o “jardim inglês”, *jardin anglais* para os franceses, ou ainda “jardim paisagístico”; Price and Richard Payne Knight foram os paisagistas que desenvolveram com maior força o “jardim pinturesco”. A sua apropriação não se deu apenas na Grã Bretanha, mas se espalhou para outros países europeus, especialmente no século XIX, como na Alemanha e na França, onde se mesclou à tradição geométrica na conformação de jardins ecléticos e de um estilo que logo seria considerado “misto”.

Seria também no século XIX que o pinturesco serviria de referência tanto para projetos de inúmeros parques públicos, como também para intervenções em cidades consolidadas, para a construção de subúrbios ou de Barrios industriais. Pode-se, neste sentido, mencionar os

trabalhos de John Nash em Londres, de 1811 a 1830; de Normam Shaw, no projeto para Bedford Park, de 1877; além de Port Sunlight, de 1888 (fig 6); de Bournville (fig 7), de Hampstead Garden Suburb, de 1906 (fig 5), dentre outros. Também vale a pena mencionar sua recepção nos Estados Unidos, sobretudo por F. L. Olmsted, a partir do plano para o bairro de Riverside, em 1869 (fig 8). O *Arts and Crafts*, bem como a urbanística alemã de finais do XIX, o ideário cidade-jardim e o *Town Planning britânico* se nutrirão do pintoresco como conceito no desenvolvimento de suas teorias.



fig 5 - Hampstead Garden Suburb, 1906.
Fonte: EBERSTADT. 1920, p.607.

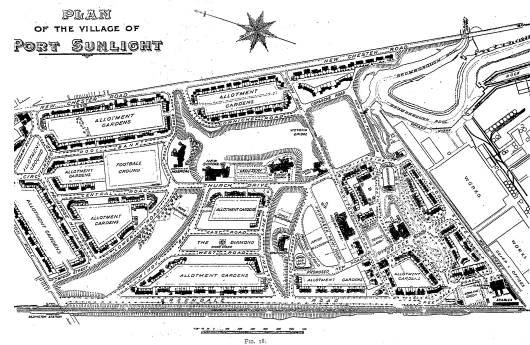


fig 6 - Projeto de Port Sunlight, 1888.
Fonte: RIBA.1910, p.103.

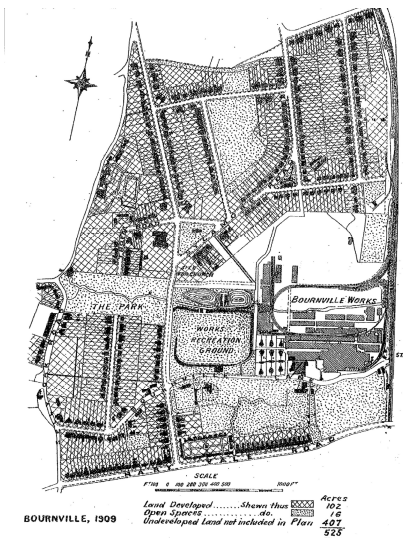


fig 7 - Bournville.
Fonte: RIBA.1910, p.107.



fig 8 - Riverside. F. L. Olmsted y C. Vaux, Illinois, 1869.
Fonte: *Landscape Architecture*, v.22, n.4

Humphry Repton, que foi sócio de Nash, foi um dos primeiros que destacou a importância da “utilidade”, por diante de outros critérios compositivos e mesmo da “beleza”, como afirma Chadwick.⁸⁸ Essa atuação abriu caminho para um grande conjunto de experiências de simplificação formal e de maior preocupação para a utilidade dos jardins. Marca ainda um

momento em que a reflexão sobre esse conceito não somente se dá em relação ao uso específico do jardim ou parque, mas também se centra em âmbito citadino, no que diz respeito a sua utilidade no saneamento urbano, na melhora da condição de vida da população e no seu “desenvolvimento moral”. O caráter de utilidade passa então a ser presente nas propostas de parques do Oitocentos, e a recreação ativa e a prática esportiva adquirem significativa importância. Em Manchester se criam, na década de 40 do século XIX, dois parques públicos equipados para uso popular: Phillips Park e Queen’s Park, inaugurados em 1846, mesmo ano em que se abre nas proximidades da cidade o Peel Park, em Salford.⁸⁹ Em 1841, se inicia um processo de criação, na cidade de Londres, de parques públicos que atendessem as necessidades das classes populares, basicamente concentradas no East End, porção oriental da cidade. Constrói-se então o Victoria Park (fig 9), projeto de Pennethorne, que demonstra uma clara simplificação formal em comparação com os parques do norte da cidade e do West End. Apresentou, por sua vez, amplas áreas gramadas para o encontro, lazer e prática de atividades físicas; poucos grupos de árvores; duas vias principais cruzando-o transversalmente, como alguns caminhos de pedestres. A este se seguiram outros projetos, como o realizado pelo mesmo autor para o Battersea Park, de 1845 (revisto em 1862) e para o Albert Park em 1851. Teyssot comenta justamente acerca desse campo de fermentação de uma nova definição para a idéia de parque, que se produz no século XIX, de maior interesse em desenhos que refletissem a “utilidade” desses espaços, antes que a idéia de “beleza” estabelecida no século anterior, ou seu possível caráter “sublime” ou “pinturesco”.

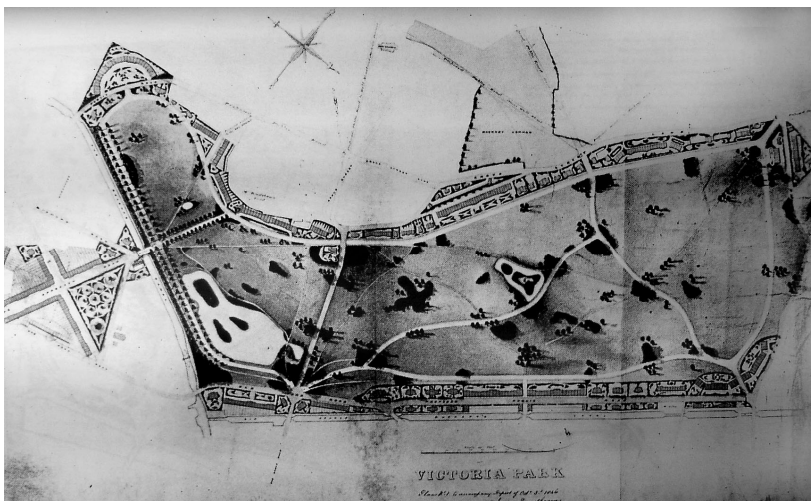


fig 9 - Victoria Park. 1846. Pennethorne, Londres, 1846.
Fonte: CHADWICK. 1966, p.114.

Será especialmente nos últimos 20 anos do século XIX que haverá um incremento significativo do interesse na recreação ativa nos parques urbanos britânicos e na promoção do esporte. Desta forma, a herança da concepção romântica de parque pensado como porção da natureza dentro da

cidade (*rus in urbe*), como local de refazimento, de descanso, de promoção do contato benéfico do homem com a natureza então perdida com o crescimento urbano do período industrial, passa a conviver com a ênfase na recreação ativa. Em vários projetos busca-se a convivência de ambas as funções, através da preservação de áreas silenciosas e separadas para o passeio despreocupado e o lazer contemplativo, ao mesmo tempo em que se criam, no mesmo parque, áreas de jogos, pistas e quadras esportivas. Portanto, o ruído, o movimento acelerado e a especialização típica das cidades industriais entra no desenho do parque na medida em que sua idéia de utilidade muda. Já não bastava que promovesse o estudo botânico, fosse belo e sano, mas também que fornecesse áreas para o exercício físico para toda a população. A promoção destas atividades programáticas poderia, portanto, ampliar o uso dos parques e atrair distintos grupos. Essa nova visão de utilidade e a geometria dos espaços destinados ao esporte implicaram revisões de procedimentos projetuais vigentes. Buscava-se sua integração no traçado do parque e, assim, passa-se a verificar, em muitos casos, a inclusão de traçados com geometria regular, linhas retas associadas a traçados pinturescos.⁹⁰

Dentro deste processo de constituição e alteração das funções do parque público, mencionamos algumas experiências na Alemanha. Inge Maass expõe com grande precisão como desde o final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX se dão tanto as pressões para a criação de parques, como tentativas de definição de uma linguagem moderna para estes novos espaços. Destaca como seu caráter primeiro de exibição pessoal das elites e de embelezamento urbano se altera nas novas áreas criadas para as massas, evidenciando, portanto, uma mudança de atitude no planejamento das cidades e das áreas verdes.⁹¹ O autor destaca as duas grandes tendências paisagísticas presentes, uma vinculada ao modelo pinturesco e outra crítica a essa referência. Neste último caso, interessava-se em propor reformulações nas linguagens de projeto e no uso dos parques urbanos. Camilo Schneider, Friedrich Bauer e Leberecht Migge (que trabalhou com Ernst May, Martin Wagner e Bruno Taut)⁹² (fig 11) representariam esta linha renovadora, pautada na busca de espaços públicos adequados às massas, em que os distintos usos pudessem ser realizados em um parque funcional, objetivo, econômico, geométrico, com amplos gramados, lagos e áreas esportivas e de cultivo. Afirma ainda este autor que tal mudança de postura foi defendida especialmente por profissionais vinculados à *Deutscher Werkbund*, ainda que, em seus primórdios, essa organização tivesse forte vínculo com o ideário *Arts and Crafts*, visível tanto na arquitetura quanto na produção de jardins.

O interesse pela construção de uma nova tipologia de parque se reforça com a fundação, em 1913, de uma associação em defesa da criação de parques populares, a *Deutscher*

Volksparkbund, que pregava justamente a necessidade de parques pensados para a prática de atividades físicas e de lazer, não apenas para o passeio contemplativo. O fundador dessa associação, Ludwig Lesser assim definiu como deveriam ser os novos parques:

They must not in future be equipped mainly or only for walking, with few areas set aside for other activities. To fulfill their primary function they must provide large spaces for games of all sorts, which must be available to all. Only then will they become part of the life of the German people... Tree-lined avenues should enclose these sports grounds and lead to large areas of water. There, people of every social class will be able to gather to enjoy the delights of a place designed to compensate for the tracts of countryside eaten away by housing and industry, and to provide an oasis of peace in which to escape the pressures of the working week.⁹³

Destacamos que, antes que um retorno simples ao geometrismo dos jardins barrocos, as disposições dos novos parques alemães partiam da referida necessidade de criação de grandes áreas desimpedidas e aptas para a concentração de multidões, bem como de incorporação de equipamentos esportivos em distintas escalas. Neste sentido, acompanhando a refuta ao pinturesco como imagem relacionada aos parques burgueses, bem como a partir da constatação de que a regularização formal coincidia com a melhor incorporação destes espaços no projeto dos parques, uma quantidade significativa de propostas opta por desenhos geométricos, com grandes áreas gramadas, bosques laterais e equipamentos diversos. Como exemplos de parques assim pensados, vale mencionar o Schillerpark, de 1906, em Berlim, o parque de Hamburgo-Fuhlsbüttel, 1910, (fig 12) o Vorgebirgspark, em Colônia, de Leberecht Migge; bem como o projeto de Friedrich Bauer para o Schillerpark de Berlim (fig 10) e o *Stadtpark* de Hamburgo por Fritz Schumacher, ambos projetado em 1909.

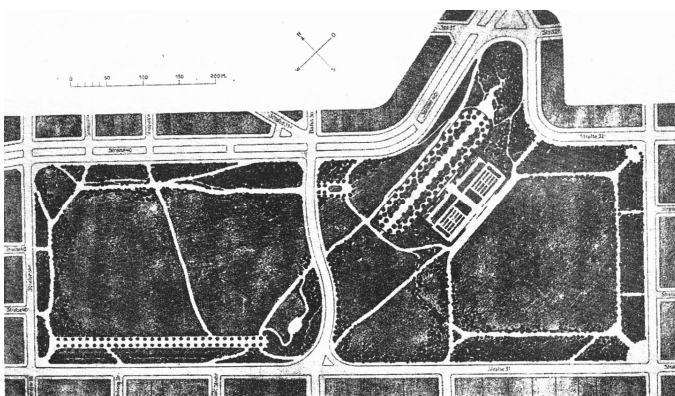


fig 10 - Shillerpark de Berlim. Friedrich Bauer, 1909.
Fonte: MAASS. 1980, p.59

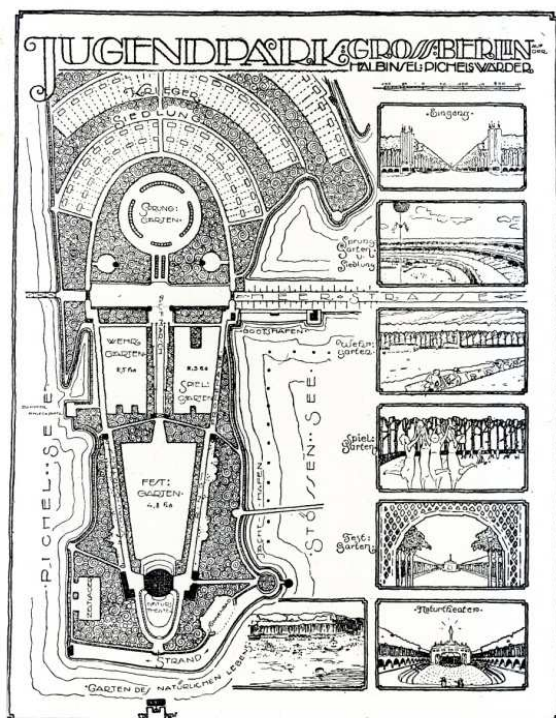


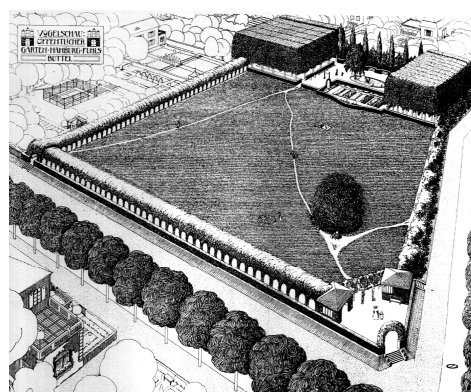
fig 11 - Jugendpark em Berlim. Leberecht Migge e Martin Wagner, 1916.

Incluía projeto de *Siedlung*, teatro ao ar livre, área para prática de esportes, dentre outras.

Fonte: MIGGE. 1981, p.85.

fig 12 - o parque de Hamburgo-Fuhlsbüttel. Leberecht Migge, 1910.

Fonte: MIGGE. 1981, p.79.



Os trabalhos de Fritz Schumacher e Leberecht Migge, como atores individuais fundamentais para a compreensão desta nova postura perante a projeção dos parques públicos, tem especial interesse. O primeiro, um dos fundadores da *Deutscher Volksparkbund*, no projeto do *Stadtspark* de Hamburgo parte de elementos geométricos dispostos entorno a um grande eixo central, incluindo grande lago, em que as diversas atividades recreativas e esportivas se distribuíam. Para Migge, acompanhando as reflexões modernistas sobre a construção de edifícios racionais, propunha reformulações no campo paisagístico buscando atender às novas necessidades e condições de vida das cidades industriais. A apropriação de formas geométricas seria, portanto, uma maneira de afastar-se do romantismo e do nacionalismo do século XIX e de encontrar uma expressão funcional para a produção de jardins e parques “úteis”, tanto no referente às atividades físicas, como mesmo na produção de alimentos.⁹⁴

Também é no século XIX que as áreas verdes passam a ter papel predominante nos planos para as cidades. Cerdà, na proposta de expansão da cidade de Barcelona, em 1859 (fig 13-14), já estrutura toda a cidade a partir da relação entre arquitetura, vias de comunicação e áreas verdes. Na *Teoria General de la Urbanización*, busca critérios científicos para intervenções nas cidades e, ao tratar da capital catalã, busca a convivência da geometria regular das novas quadras, com a presença do verde em toda a cidade, em diferentes escalas, que atuava como pano de fundo sobre o qual se desenvolvia a proposta.



fig 13 - Plano de reforma e expansão de Barcelona. Ildefonso Cerdà, 1859.
 Fonte: FUNDACIÓ.1995, p.80-1.

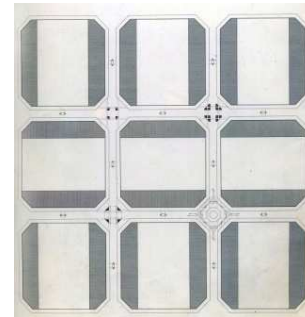


fig 14 - Proposta de quadrícula de Ildefonso Cerdà para Barcelona, 1859.
 Fonte: Idem.

Exemplo de reforma urbana que se tomou por modelo em várias cidades européias e por toda a América Latina foram os trabalhos de Haussmann, entre 1853 e 1869, na Paris do II Império. Com especial atenção para a criação de um sistema de áreas verdes, que foi deixado ao encargo de Alphan, então diretor do *Service de Promenade et Plantations* do prefeito do Senna, tratava-se de criar e reformar um significativo número de vias, bulevares, jardins, praças e parques, em distintas escalas. Abrangendo toda a cidade, propôs um cinturão verde que percorreria a localização da antiga muralha e conectaria o Bois de Bologne e o Bois de Vincennes, fato que finalmente não se concretizou. Com as reformas haussmannianas, Paris quase duplica sua área verde (1800 hectares são acrescentados), com os parques Buttes-Chaumont, Montsouris e cerca de 20 praças, para além dos dois grandes parques mencionados anteriormente.⁹⁵

A construção do Ringstrasse em Viena (fig 15-16) foi outro evento basilar do urbanismo, tal como defende Schorske, e tratou-se de uma ampla avenida circular, onde se distribuíram edifícios representativos do poder imperial e vastas áreas verdes, em substituição às antigas muralhas. Como eram considerados anacrônicos instrumentos de defesa e empecilhos à circulação, a derrubada das muralhas proporcionaria, além da provisão de áreas verdes e de demonstração da força dos Habsburgos, o elemento de conexão com as áreas de expansão e com os assentamentos urbanos incorporados à cidade em 1850.⁹⁶

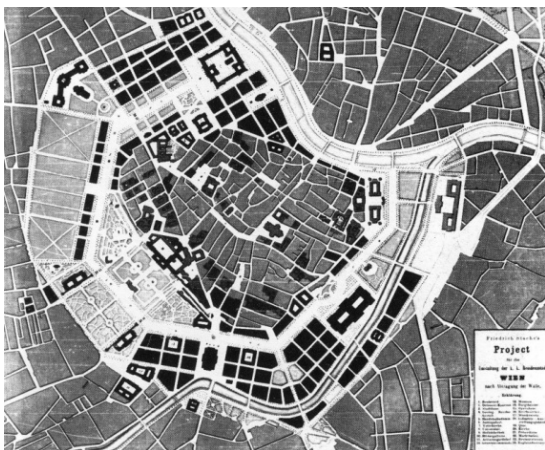


fig 15 - Projeto vencedor para o concurso de Viena, de F. Stache, 1858.

Fonte: FABRI. 1986, p.59.



fig 16 - Projeto de Lenné para Viena, 1858.

Um dos projetos premiados no concurso.

Fonte: FABRI. 1986, p.57.

Também é nesse período que emerge nos Estados Unidos a reflexão sobre o crescimento das cidades e as manifestações de retorno à natureza. Dal Co aponta para o fato de como já desde os anos 20 do século XIX, se vão definindo importantes componentes do pensamento sobre a cidade moderna, a partir de “*una ideología tendiente a restablecer una relación orgánica entre ambiente y procesos de urbanización*”.⁹⁷ As elaborações de utopias comunitárias também aparecem no seio da cultura estadunidense, estabelecidas em meios naturais com claro sentido reformista, e colaboram para configurar um ambiente cultural em que a natureza fosse vista como símbolo de harmonia e modelo para a vida urbana. Dessa forma, a natureza se instaura como instrumento urbanístico que perpassa desde os *rural cemeteries*, como o de Mount Auburn, de 1831, nas proximidades de , às discussões dos grupos “horticulturistas” e, evidentemente, alcança o *Park Movement* da segunda metade do Oitocentos. O Central Park de Nova York (fig 17), de Frederic Law Olmsted e Clavert Vaux, marca esse momento em que o parque urbano entra no cerne dos debates sobre as formas de intervenção nas cidades, como instrumento de planejamento urbano e a partir de então se verá o aparecimento de espaços de mesma natureza em outras diversas cidades dos EUA. Do exemplo de Nova York, importa ainda por agora mencionar sua evidente articulação ao tecido citadino, a partir das áreas de transição, das conexões com as vias urbanas, do cuidado com a separação das vias de circulação, além de sua implicação social no que diz respeito ao fornecimento de uma ampla área de vegetação apta para o uso das mais distintas classes sociais. Remetemos ainda para o fato de que, para Olmsted, “*la ciudad, organizándose alrededor de sus propios espacios verdes, vuelve a encontrar la unidad perdida*” e que “*el parque, además de esto, es también un instrumento de nivelación social, y de educación del pueblo a la responsabilidad colectiva del bienestar*”. Definitivamente, demonstrariam: “*la salud moral del pueblo e intrumento de lucha*

contra la congestión y para la redistribución de la riqueza”.⁹⁸ A contribuição do *Play Movement* há que ser também destacada, desde o final do Oitocentos, no reclame pela construção de áreas para jogos e para a prática do esporte.⁹⁹

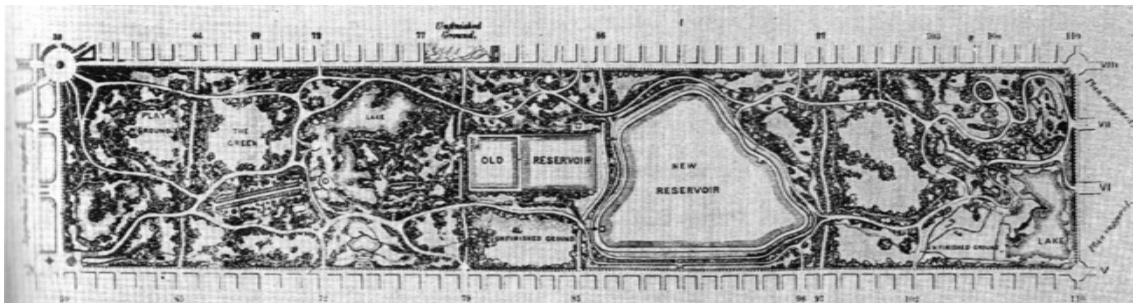


fig 17 - Central Park de Nova York. F. L. Olmsted e C. Vaux, 1868.

Fonte: CHADWICK. 1966, p.197.

Durante esse período aparece também o *Conservation Movement* - que atentava para o estudo científico da natureza, de seus recursos, com claro sentido preservacionista - advogando em favor da criação de parques naturais. Em consonância com o *Park Movement*, se passa a refletir sobre as cidades e a paisagem em escala metropolitana e regional, sendo que o papel do planejamento, utilizando-se do verde como instrumento projetual, adquire escalas cada vez mais amplas de intervenção no território.

As associações entre parque e cidade em toda a sua extensão se verificam ainda mais claramente com a criação de sistemas de parques articulados por bulevares, highways e parkways, que Olmsted e Vaux desenvolverão para Brooklin, a partir de 1875. Além de costurar o tecido urbano, proporcionando áreas verdes em grandes áreas conectadas, o sistema planifica a cidade, direcionando as formas de crescimento, valorizando áreas e conectando partes antes não relacionadas. A idéia de sistema de parques é fundamental para o entendimento das intervenções urbanas e propostas de cidade pensadas a partir de então, tanto na Europa, como na América Latina. Os trabalhos de Cerdà e de Haussmann já haviam anunciado essa preocupação e futuramente, com Forestier e outros personagens, se teorizará mais sobre o tema.¹⁰⁰

A constituição do urbanismo, tendo o verde como um dos principais aliados, se debate no cenário internacional a partir de várias aproximações. Os sistemas de parques passam a marcar terminantemente as propostas modélicas, de cidades novas e de intervenções no tecido urbano existente.¹⁰¹ Destacamos também o papel da urbanística alemã neste sentido. Durante toda a segunda metade do século XIX, realizaram-se inúmeras expansões urbanas na Europa Continental, em que profissionais como Baumeister, Stübgen, Sitte e Eberstadt terão atuações

capitais para a difusão de um modelo de intervenção atento ao território, com pretensão científica, e onde a busca de inserção da natureza aparecia na criação de inúmeros parques, praças ajardinadas, cinturões verdes, além de outras tipologias. Tais atuações, como veremos mais atentamente no capítulo 2, configurou uma corrente urbanística de reconhecimento mundial e teve profundo impacto na formação do pensamento urbanístico no Brasil e especialmente em São Paulo.

Também Howard, em 1898, em seu *To-Morrow: a peaceful path to real reform*, e diversos outros personagens das primeiras décadas do século XX pensarão em uma cidade completamente imersa no verde. Exacerbam, cada qual, a própria idéia de parque a ponto de dissolvê-lo e confundi-lo com a própria cidade.

Assim, houve um interesse específico para a criação de parques e áreas verdes que se deflagra no século XIX, no continente europeu, em amplos setores da sociedade, como uma necessidade da vida moderna. Tanto pelo lado da reflexão de uma série de paisagistas, como pelos agentes das reformas urbanas e urbanistas, o verde passa a ser elemento de planejamento urbano e se inclui de modo radicalmente significativo nas propostas de reforma urbana ou de novas criações citadinas.

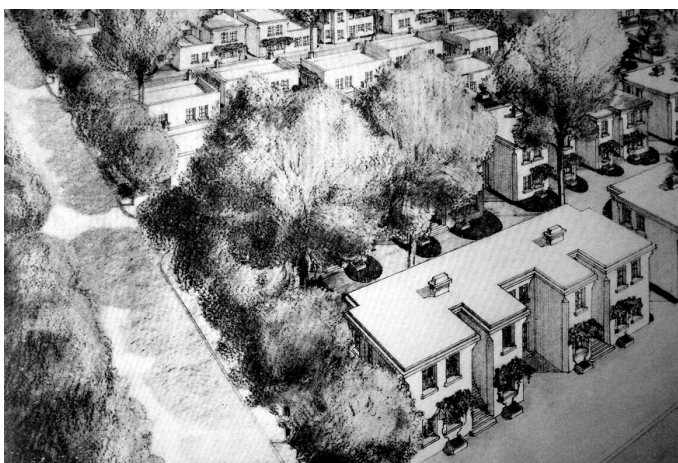


fig 18 - Bairro residencial da Cité Industrielle. Tony Garnier, 1904.

Fonte: GARNIER. 1988, pl.81.

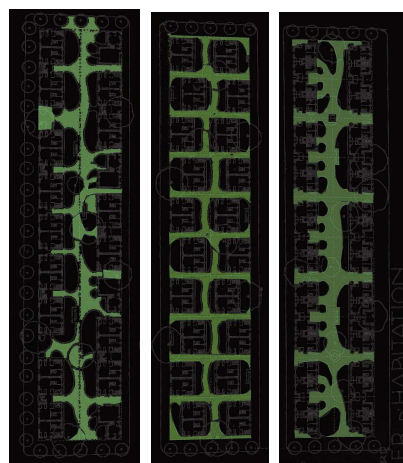


fig 19 - Ilustrações representando as áreas verdes entre as residências na Cité Industrielle.

Fonte: Estudo de Fabiano Lemes de Oliveira.

Se o parque urbano, que havia surgido no contexto da Revolução Industrial, deste novo período para as cidades, aparece como parte delas e se distinguia, portanto, do seu contingente, em

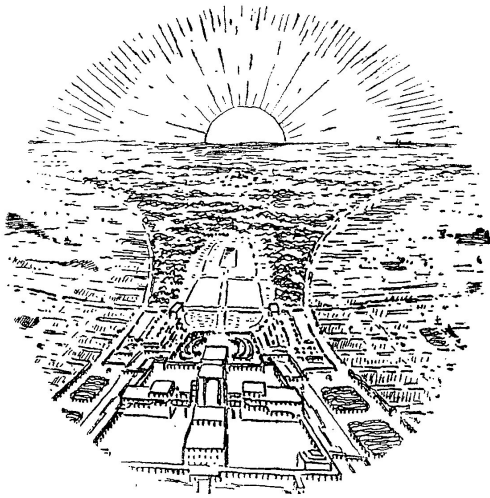


fig 20 - Perspectiva de Die Stadtkrone. Bruno Taut, 1919.

Fonte: NERDINGER. 2001, p.70

propostas urbanas desde o final do século XIX se subleva esta relação e se dissolvem as bordas do parque, que passa a se confundir com a cidade, mesclar-se com ela. A partir de então veremos estudos variados em que tal integração é proposta, como o de Howard, a *Cité Industrielle* de Tony Garnier, de 1904, (fig 18-19) além de outras como na *Die Stadtkrone* (fig 20) de Bruno Taut, de 1919, na obra de Le Corbusier, a partir do modelo de cidade para três milhões de habitantes, de 1922, dentre outros tantos. As discussões dos CIAM tratam do tema de modo sistemático tanto para as cidades de nova fundação como para intervenções em tecidos já existentes. Seja no

grupo germânico da organização, seja no mais próximo ao arquiteto franco-suíço a preocupação com a relação entre arquitetura, cidade e áreas verdes era nítida, embora com distintos matizes. O próprio Giedion, secretário destes congressos, escreve sobre a necessidade de ar, sol, luz e contato com a vegetação na cidade moderna.¹⁰² Um ano depois, Le Corbusier estaria na América do Sul e realizaria suas propostas para Montevideu, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo e onde “*L'immeuble-autoroute*”, no Rio, e os “*gratte-terre*”, no caso paulistano, ilustram essa associação entre os esforços técnicos das grandes estruturas modernas e as áreas verdes.

Os pronunciamentos sobre a necessidade de criação de espaços verdes nas cidades continuou bastante presente em grande número de países europeus¹⁰³ e americanos e não nos estenderemos mais por agora sobre o tema, que será retomado ao longo dos capítulos seguintes.

1.2.3. AS ACEPÇÕES DO MODERNO

La modernidad es lo transitorio, lo fugitivo, lo contingente, la mitad del arte, cuya otra mitad es lo eterno y lo inmutable.

BAUDELAIRE. 2004, p.92

A idéia de modernidade cultural e artística- que trataremos ao analisar as propostas em questão na tese - é algo difuso e aparece, para os distintos autores que comentaremos, como um conceito multifacetado e cuja definição é polissêmica. Os múltiplos entendimentos específicos de cada personagem ou grupos sociais envolvidos se apresentam dentro de contextos que proporcionam mesclas de definições e referências que impossibilitam destilar matizes puramente vinculados a ideários isolados. Devido talvez à dificuldade de se definir esse conceito, de sua flexibilidade para assumir ideários e representações, essa palavra tenha aparecido de maneira tão constante nos discursos de artistas, engenheiros, arquitetos, urbanistas, paisagistas e outros tantos profissionais no Brasil desde o século XIX. Baudelaire já havia apontado para o problema da definição específica do termo, ao escrever em *Le Peintre de la Vie Moderne*, no epicentro das intervenções Haussmannianas, sobre sua vastidão de significados, ambigüidades e categorias: “ese algo que se nos permitirá llamar modernidad, porque no hay una palabra mejor para expresar la idea em cuestión”.¹⁰⁴ Remete ainda o poeta para o fato da subjetividade do conceito ao afirmar que “ha habido una modernidad para cada pintor antiguo”¹⁰⁵, marcando assim o modo específico com que cada autor a entende e as distintas conjunturas. Em uma chave de análise semelhante, verificamos como os conceitos de modernidade presentes nos projetos e discursos tratados na tese são quase tão numerosos como a própria quantidade de profissionais, o que não impede certos agrupamentos e a identificação de posturas comuns. De todas elas, vale ressaltar que o conceito de modernidade aparece constantemente atrelado a uma idéia de presente, mesmo que se façam referências recorrentes ao passado, como foi, por exemplo, o caso do proposto pelos grupos nacionalistas vinculados ao Neocolonial. Referem-se a ele como o contrário de ultrapassado, como argumento ideológico de atualidade teórica e prática consoante com as principais referências internacionais, européias ou estadunidenses. As propostas, portanto, ainda que atentas ao passado, evidentemente não se apresentam como arcaicas e usar o termo “moderno” ou “modernidade” agrega valor de filiação ao presente, de contemporaneidade e atualidade artístico-cultural, ainda que apareça muitas vezes como mero argumento ideológico. Recordamos que por vezes o conceito se defende como a manifestação de linguagem que atenderia, na acepção de matriz positivista, o *Zeitgeist*, o que equivaleria a dizer, que seria acorde com os desenvolvimentos técnicos e as formas representativas da produção cultural e artística de uma época. Nessa compreensão, tanto a definição do que seria o *espírito do tempo* como quais seriam as produções acordes com ele gerou um conjunto intenso de querelas conceituais, que não são menos intensas nas concepções que partem de outros pontos de vista. Dentre essas há as que se atém às produções atreladas às vanguardas ou ao chamado Movimento Moderno. Montaner marca em seu livro *Después del Movimiento Moderno* uma diferenciação que adotamos ao nos referirmos tanto às vanguardas artísticas,

como ao último. A primeira se refere à produção inovadora datada entre 1910 e 1930 na Europa, e o segundo é referente à extensão dessas reflexões que tomaram lugar desde finais dos anos 20, feita a ressalva de não entendê-lo como um bloco unitário, mas sim a partir de sua amplitude e contradições internas.¹⁰⁶

Nesta Tese, o “moderno”, enquanto ao urbanismo e ao paisagismo, é entendido de uma maneira bastante ampla e não se refere exclusivamente à produção do Movimento Moderno, que é aqui precisado pelo termo “modernismo”.¹⁰⁷ Ao mencionarmos “urbanismo moderno”, nos referimos às soluções práticas e proposições teóricas que tiveram lugar sobretudo na Europa desde final do século XIX e que de modo ou outro tentaram construir uma disciplina científica específica e que se distanciam dos procedimentos barrocos dos planos urbanos próprios do Setecentos.¹⁰⁸ Em termos do parque público moderno, como comentado anteriormente, fazemos referência ao espaço verde de significativas dimensões inserido e em relação com o contexto urbano, pensado para o uso de toda a população a partir do século XIX, tal como o definiu Chadwick.¹⁰⁹

Interessa-nos nesta tese entender e pensar no parque moderno a partir de determinados pressupostos que já esboçamos anteriormente e que desenvolveremos ao longo dos capítulos. Portanto, nesta primeira parte não nos pareceu coerente desenvolver toda a história do paisagismo e do urbanismo modernos, mas sim identificar e delimitar um horizonte de discussões, marcar alguns pontos-chave que serão retomados no transcurso do trabalho. Os projetos e profissionais de releve que interessarão comentar em relação às análises que serão feitas das propostas para o caso paulistano, neste sentido, serão incorporadas em seu momento quando se fizer necessário. Agora, vale destacar que tecemos um breve discurso sobre a consolidação do parque urbano no século XIX e de sua importância já nos primeiros estudos da urbanística para anunciar os principais aspectos de análise que levaremos a cabo na seqüência deste estudo. Dentre eles, inicialmente – como buscamos entender as relações entre parque e cidade, e parque e os projetos urbanísticos na cidade de São Paulo– admitimos como um dos principais aspectos ao se pensar uma cidade moderna e seus parques urbanos, o seu entendimento como instrumento de planejamento cidadão. Apoiamo-nos nas reflexões já citadas de Chadwick, ao constatarem que o parque é elemento urbano moderno em essência e que assume esse papel desde o mesmo século XIX. Assim, como instrumento urbanístico, destacaremos nas análises as idéias propostas de sistemas de parques, de anéis e cinturões verdes, do verde como elemento de fundo onde se desenvolve a cidade e a importância específica do parque em si no desenvolvimento e valorização de partes da cidade. Outro ponto sobre o qual nos debruçaremos se refere à vontade ou não de se repensar sua função no que diz

respeito ao uso e às atividades passíveis de realização em seus espaços (como a busca de criação de locais para atividades físicas, prática de esportes ou outros elementos de diversificação programática). Também importa verificar se e em que medida apresentam tentativas de revisão das linguagens de projeto. A partir desses três interesses centrais, trataremos tanto de sistemas de parques, das idéias de parques inseridas em propostas urbanísticas e de projetos individuais de parques.

1.2.4. ANTECEDENTES DO PARQUE URBANO NO BRASIL

O parque urbano no Brasil apresenta antecedentes que tecem caminhos variados entre si, apresentando algumas situações centrais que corroboraram para seu estabelecimento com força no século XX. Estas não são aqui pensadas como estanques entre si. Pelo contrario, se referem a princípios interconectados que marcam de maior ou menor forma as características formativas dos principais espaços verdes públicos nas cidades mais significativas do país a partir do final do século XVIII. Nas primeiras criações de áreas verdes, destacamos a importância do interesse para o estudo científico da natureza, na criação dos jardins botânicos e hortos públicos e, dentro das propostas de reforma urbana e de novas áreas citadinas do final do século XIX e princípio do XX, destacam-se inicialmente o papel das reflexões sanitaristas, a vontade de criação de espaços de exibição e encontros das elites, a busca de estabelecimento de novas imagens de modernidade urbana e a previsão de áreas verdes para o momento em que o crescimento urbano e a industrialização eminentes chegassem com todos os efeitos negativos vistos na Europa. Com o avançar do século XX outras questões serão primordiais, como veremos nos capítulos seguintes.

Pode-se dizer que as principais realizações brasileiras até o século XIX se relacionam com esses aspectos mencionados e, portanto, se por um lado não advém diretamente da abertura de jardins monárquicos e da pressão popular, como na Europa, por outro não se distanciam dos exemplos daquele continente de onde boa parte dos referenciais era tomada. Assim que, se por certo a industrialização - com suas conseqüências de crescimento, congestão urbana e subtração das áreas verdes existentes - não se colocava no Brasil como questão no século XVIII e princípios do XIX, será muito rapidamente fator decisivo na reflexão sobre as cidades e suas áreas verdes.

Em relação à criação de instituições de pesquisas botânicas no Brasil, aparecem a partir do final do século XVIII, com finalidade comercial clara, de estudar as plantas que poderiam ser úteis à Coroa.¹¹⁰ Até então a metrópole tentava a todo custo preservar de olhares cobiçosos as riquezas coloniais e manter a integridade do território, já abalada anteriormente pelas invasões francesas

e holandesas. Sérgio Buarque de Holanda aponta ainda para o fato da histórica preferência portuguesa pela colonização litorânea de nosso território, o que facilitaria as trocas comerciais e protegeria os portos, mas que por outro lado dificultava enormemente o conhecimento do território e, segundo o autor, a descoberta de ouro em Minas Gerais foi o feito decisivo para o início sistemático de um processo de ocupação do interior. A natureza americana, em sua exuberância, em muitas vezes descrita como paradisíaca, era também o local de onde vinham os ataques indígenas, onde estavam os animais selvagens e para onde inúmeras dificuldades se antepunham à entrada com fins exploratórios no período colonial, como comenta Johannes van Walbeek, em 1631, quando da invasão holandesa:

We live on a headland, without the freedom to travel into the interior, because the shortage of foodstuffs and wood for construction, or for cooking, is sufficient to maintain us here but without the possibility of making further attacks. ... Unable to obtain either vegetables or fresh water, [the troops] would necessarily waste away until they died, without being able to take any action in this mass of sand, as if in a desert.¹¹¹

Este período, no nordeste, já havia se caracterizado por um momento de inúmeros estudos naturalísticos e de criações de jardins, ainda que restritos geograficamente.¹¹² Entretanto, é no século XIX que as pesquisas científicas sobre a flora fauna se difundirão.

É apenas com a chegada da corte portuguesa em fuga das tropas napoleônicas, em 1808, e com o decreto de abertura dos portos às nações amigas, que Portugal passa a permitir o acesso ao Brasil de toda sorte de viajantes. A proteção das esquadras inglesas às naus portuguesas neste trajeto não havia sido, como comenta Borba de Moraes, pura cortesia de Lord Strangford. Este exige, em contrapartida à escolta, a abertura dos portos, fato que se dá logo após a instalação da monarquia lusa em seus domínios ultramarinos.¹¹³ Esse momento marca não somente o início de uma nova relação de dependência econômica, mas ainda a possibilidade de que pesquisadores, cientistas e artistas internacionais pudessem aceder ao território brasileiro. Lembramos que, nesse mesmo ano de 1808, D. João VI cria o jardim botânico do Rio de Janeiro, além de realizar diversas obras de melhoria na nova sede do império. É, então, justamente quando a Coroa portuguesa se encontra fisicamente em suas posses transoceânicas e, portanto, teoricamente com maior possibilidade de tomada de consciência e de reconhecimento desse território, que se verifica um momento chave de derrocada de sua influência cultural. Dessa forma, se propagam inúmeras viagens excursionistas de coleta e catalogação da flora e da fauna brasileira, em especial a partir do primeiro quartel do século XIX, com a proclamação da independência. As presenças temporais de profissionais estrangeiros, as trocas possibilitadas pela abertura

comercial, as viagens internacionais que se permitia a elite brasileira, bem como o trânsito de informações literárias, além da imigração, configuraram um cenário de diversificação cultural que rivalizou com a até então tônica influência e controle lusitanos. Abriu-se, assim, nesse período, um vasto campo de explorações em distintos âmbitos das ciências naturais e o interesse pela natureza e paisagem brasileira, pelo novo país em construção, se difundiu nacionalmente e sobretudo internacionalmente.¹¹⁴

No Brasil, além dos já mencionado jardim botânico do Rio de Janeiro, datam do mesmo período o de Belém (entrada da Amazônia) inaugurado em 1796;¹¹⁵ o de Pernambuco, no mesmo ano, o de São Paulo, de 1799; o de Olinda, em 1811, e o de Ouro Preto, de 1825. Foucault ao tratar do aparecimento da História Natural no século XVII e dos jardins botânicos, apresenta esse novo olhar para a natureza:

Se ha dicho con frecuencia que la constitución de los jardines botánicos y las colecciones zoológicas traducía una nueva curiosidad por las plantas y las bestias exóticas. De hecho, desde mucho tiempo atrás, éstas habían llamado la atención. Lo que ha cambiado es el espacio en el que se puede verlas y desde el cual se puede describirlas. En el renacimiento, la extrañeza animal era un espectáculo; figuraba en las fiestas, en las justas, en los combates ficticios o reales, en las reconstituciones legendarias en las que el bestiario desarrollaba sus fábulas sin edad. El gabinete de historia natural y el jardín, tal como se les ha instalado en la época clásica, sustituyen el desfile circular del ‘especimen’ por la exposición en ‘cuadro’ de las cosas. Lo que se ha deslizado entre estos teatros y este catálogo no es el deseo de saber, sino una nueva manera de anudar las cosas a la vez con la mirada y con el discurso. Una nueva manera de hacer historia.¹¹⁶

Da finalidade inicial de pesquisa botânica, muitos desses espaços no Brasil acabaram ampliando suas ‘funções’, ou mesmo abandonando seu objetivo primeiro, transformando-se em jardins públicos, como é o caso do Jardim Botânico de São Paulo, em 1825, e o do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX. Outros já se criaram como áreas verdes abertas para o uso cidadão, especialmente para as elites, como foi o caso do Passeio Público do Rio de Janeiro, construído entre 1789 e 1793, o Passeio Público de Salvador, de 1803, e o de Belém, de 1809, o de Curitiba, de 1886, dentre vários.¹¹⁷ A então capital federal passa a contar também com o Campo de Santana e os Jardins da Quinta da Boa Vista, projetos de Glaziou de fins do século XIX.¹¹⁸

A partir do esgotamento do modelo colonial no molde monopolista, escravocrata e agrário, se constroem as condições para o desenvolvimento capitalista pautado no comércio e logo na indústria, ainda que a nova burguesia ainda mantivesse raízes e pertencesse em boa parte à

exploração agrícola, tal como se verificava em São Paulo no final daquele século. Nos processos de modernização capitalista das principais cidades brasileiras no cenário político-econômico, tiveram fundamental importância a criação da Lei de Terras, a extinção do tráfico de escravos, a aprovação do primeiro Código Comercial, todos em 1850, além do investimento em infraestrutura e a criação de mercados de trabalho e terras. A propriedade do solo, que nos Estados Unidos foi proporcionada pela cidade, e que havia estado na base do seu desenvolvimento capitalista, se instituiu também no Brasil, como pressuposto para a possibilidade de desarraigo do sistema colonial e instituição da cidade moderna.¹¹⁹ Portanto, a formação das bases para esse desenvolvimento coincide claramente com interesses em criar novas imagens para as cidades, em especial com a chegada do período republicano. Neste contexto, as reformas e a criação de cidades carregavam a vontade de estabelecer novos signos de modernidade urbana (amparados nos exemplos das principais cidades européias e estadunidenses), onde o jardim público e os parques urbanos foram tratados como elementos fundamentais desse novo momento histórico. Como símbolos do avanço e da notoriedade cidadina, aparecem marcando a paisagem urbana e se articulam em boa medida aos discursos higienistas e sanitaristas que então permearam o ideário urbanístico nacional. Essa influência era peremptória, como já foi descrito exaustivamente pela historiografia, e aqui retomamos apenas o fato de que os parques aparecem tanto como elementos de salubridade, de saneamento de áreas, como sendo espaços que corroborariam para dotar a cidade de ares de modernidade. Esta busca, em realidade, fulgurava por um lado como uma corrida atrás dos exemplos europeus e norte-americanos, e por outro numa competição com os vizinhos, fundamentalmente com cidades como Buenos Aires.

Já na pioneira experiência de construção de uma cidade nova no Brasil, o caso de Belo Horizonte, coincidem as preocupações mencionadas com a implantação do parque urbano proposto em posição quase central por Aarão Reis, em 1895, e com os inúmeros jardins públicos presentes na proposta. Paul Villon, que trabalhou com Alphand em Paris e com Glaziou no Rio de Janeiro, foi o responsável pelo projeto deste parque e logo também se encarregaria do parque da Avenida Beira-Rio na capital do país.¹²⁰

No caso do Rio de Janeiro, o governo Pereira Passos (1902-06) realiza as conhecidas reformas urbanas a partir dessas chaves de leitura mencionadas, como a abertura das avenidas Central e Beira-Mar, mencionada, com seu grande parque no aterro na fachada marítima, articulado às reformas viárias e sanitárias que se implementavam.

Também o tema da industrialização influenciando diretamente no pensamento sobre o parque urbano se verifica com clareza em argumentos já das primeiras décadas do século XX em que se alerta para as conseqüências do crescimento urbano e fabril ainda que elas não tivessem se materializado de fato.

Vemos, portanto, que a idéia de parque urbano no cenário brasileiro se gesta desde o final do século XVIII e passa por caminhos que se referem tanto à pesquisa botânica, como aos jardins e passeios públicos, e se integra nas reflexões sobre a cidade de modo decisivo já no último quarto do século XIX. Como parte intrínseca ao pensamento sobre a cidade moderna, o parque estará presente no centro dos debates e propostas urbanísticas de conjunto, ainda que a falta de áreas verdes nas cidades ainda não seja um problema radical. Por um lado, aparece como fruto da pesquisa científica, por outro das primeiras experiências de modernização urbana propostas pelas elites e logo se articula aos problemas advindos do crescimento industrial, já nas primeiras décadas do século XX. Interessa agora verificar como se deram essas elaborações e os debates no caso paulistano.

LISTA DE FIGURAS

FIG 1 - RINGSTRASSE DE VIENA. PROJETO DE JOSEPH STÜBBEN E OTTO WAGNER.....	35
FIG 2 - SFORZINDA. FILARETE, 1465.....	54
FIG 3 - PLANO DE BATH, 1776.....	58
FIG 4 - PLANO DE LEDOUX PARA CHAUD, 1773-9.....	59
FIG 5 - HAMPSTEAD GARDEN SUBURB, 1906.....	64
FIG 6 - PROJETO DE PORT SUNLIGHT, 1888.....	64
FIG 7 - BOURNVILLE.....	64
FIG 8 - RIVERSIDE. F. L. OLMSTED Y C. VAUX, ILLINOIS, 1869.....	64
FIG 9 - VICTORIA PARK. 1846. PENNETHORNE, LONDRES, 1846.....	65
FIG 10 - SHILLERPARK DE BERLIM. FRIEDRICH BAUER, 1909.....	67
FIG 11 - JUGENPARK EM BERLIM. LEBERECHE MIDGE E MARTIN WAGNER, 1916.....	68
FIG 12 - O PARQUE DE HAMBURGO-FUHLSBÜTTEL. LEBERECHE MIDGE, 1910.....	68
FIG 13 - PLANO DE REFORMA Y ENSANCHE DE BARCELONA. ILDEFONSO CERDÀ, 1859.....	69
FIG 14 - PROPOSTA DE QUADRÍCULA DE ILDEFONSO CERDÀ PARA BARCELONA, 1859.....	69
FIG 15 - PROJETO VENCEDOR PARA O CONCURSO DE VIENA, DE F. STACHE, 1858.....	70
FIG 16 - PROJETO DE LENNÉ PARA VIENA, 1858.....	70
FIG 17 - CENTRAL PARK DE NOVA YORK. F. L. OLMSTED E C. VAUX, 1868.....	71
FIG 18 - BAIRRO RESIDENCIAL DA CITTÉ INDUSTRIELLE. TONY GARNIER, 1904.....	72
FIG 19 - ILUSTRAÇÕES REPRESENTANDO AS ÁREAS VERDES ENTRE AS RESIDÊNCIAS NA CITTÉ INDUSTRIELLE.....	72
FIG 20 - PERSPECTIVA DE DIE STADTKRONE. BRUNO TAUT, 1919.....	73

NOTAS DO CAPÍTULO 1

- ¹ MONTANER, J. M. *Arquitectura y Crítica*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1999, p.34-5.
- ² Utilizamos aqui a versão: *Building in France, Building in Iron, Building in Ferroconcrete*. Santa Monica: The Getty Center for the History of Art and the Humanities, 1995.
- ³ Vale recordar que Giedion escreve essa obra após uma série de conferência dadas em Harvard a convite de Gropius e que, portanto, não se estranha que, a parte de suas qualidades como arquiteto, Gropius estivesse em altíssima consideração aos olhos do historiador. Cf. OLIVEIRA, F. L. Sigfried Giedion e o caso brasileiro: uma aproximação historiográfica. In: *Anais do 6º SEMINÁRIO DOCOMOMO-Brasil*. Niterói: GEU-UFF, 2005.
- ⁴ GIEDION, S. Burle-Marx et le jardin contemporain. In: *L'Architecture d'aujourd'hui*, n.43, 1952b, p.14.
- ⁵ MINDLIN. 1956, p.35.
- ⁶ Cf. MARTINS. 1988 e MARTINS. 1990.
- ⁷ Apenas recentemente a obra de Mina Klabin recebeu um trabalho monográfico: PERECIN, T. *Azaléias e mandacarus: Mina Klabin Warchavchik, paisagismo e modernismo no Brasil*. São Carlos: EESC-USP, Dissertação de Mestrado, 2003.
- ⁸ FERRAZ, G. *Warchavchik e a Implantação da Arquitetura Moderna no Brasil: 1925-1949*. São Paulo, MASP, 1965, p.26.
- ⁹ SANDEVILLE Jr., E. Por uma história e por um projeto de diálogo sobre as histórias. *Anais do VII ENEPEA*, junho, Belo Horizonte, 2004. Disponível em <http://www.ambiente.arq.br> em 21/04/05.
- ¹⁰ BARDI, P. M. *The tropical gardens of Burle Marx*. Amsterdam: Colibris Editora, 1964.
- ¹¹ Cf. O texto de Costa no catálogo da exposição sobre o paisagista, publicado em Belo Horizonte pelo MAM, em 1973; também o de Geraldo Ferraz para a mesma finalidade, em São Paulo, em 1974; o Caderno Debates 1, publicado pela FAUUSP em 1971; os Cadernos Brasileiros de Arquitetura, com temário: Paisagismo e Paisagismo II, de 1978 e 1982, publicação da Projeto Editores Associados e o livro de Queiroz, de 1979. É desse período o livro de Flávio Motta, de 1983, que se tornou clássico nos estudos sobre o paisagista.
- ¹² Sobre os projetos para o Parque do Ibirapuera Cf.: OLIVEIRA, F. L. *Projetos para o Parque do Ibirapuera: de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954)*. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, Dissertação de Mestrado, 2003.
- ¹³ Cf. DOURADO, G. O. *Modernidade Verde: Jardins de Burle Marx*. São Carlos: EESC/USP, Dissertação de Mestrado, 2000; MONTERO, M. I. *Burle Marx: el paisaje lírico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001 e SIQUEIRA, V. B. *Burle Marx: paisagens transversais*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- ¹⁴ Nos termos em que Walter Benjamin trabalha esse termo, a aura se refere à distância, a uma atitude de reverência que afasta o observador do objeto artístico. Veja: BENJAMIN, W. *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction*. In: *Illuminations: Essays and Reflections*. New York: Brace & World, 1968.
- ¹⁵ A propósito dessa discussão, se assegura, por exemplo, que: “a feição do paisagismo moderno paulistano seria moldada por dois outros expoentes [e não por Burle Marx]: Roberto Coelho Cardozo e Waldemar Cordeiro” e que este último teria sido “absolutamente original, não tendo os traçados ou soluções inspirados em outros traçados e soluções”. CASTILHA, M. O moderno na arquitetura da paisagem e a obra de Waldemar Cordeiro. In: *Paisagem e Ambiente*, v.IV, 1992, p.158. Na mesma linha, se afirma sobre Otávio Augusto Teixeira Mendes, que: “incorporou flora autóctone, espécies florísticas pertencentes aos ecossistemas originais, nunca antes utilizadas em projetos de paisagismo em São Paulo” e, novamente, se reforça seu: “pioneirismo em romper padrões de jardins de influência européia descontextualizada praticados em São Paulo até meados da década de 1950”. Vale lembrar que a flora nacional, pesquisada e catalogada desde as viagens excursionárias do século XIX, e já trabalhada por paisagistas de então passa a ser utilizada significativamente nas primeiras décadas do século XX por profissionais como por Burle Marx, Mina Klabin Warchavchik, Dierberger e outros jardineiros e profissionais, sendo portanto um exagero afirmar o pioneirismo de Teixeira Mendes nesse aspecto. MARIANO, C. R. *Preservação e paisagismo em Otávio Augusto Teixeira Mendes*. São Paulo: FAUUSP, 2003, p.46. No capítulo 3 desenvolvemos, dentre outros, o argumento de que a flora nativa já se usava em São Paulo desde o final do século XIX nos jardins privados. Cf. os trabalhos: BRUNO, E. S. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1984, p.960; SANDEVILLE JR., E. *A herança da paisagem*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1993; dentre outros. Não pretendemos minimizar a importância destes trabalhos, que de fato são significativos para o quadro de estudos gerais; mas sim apontar para como certas premissas persistem impedindo, ou dificultando, avanços historiográficos na área. Grifos nossos.
- ¹⁶ SANDEVILLE. 2004.

- ¹⁷ MACEDO, S. S. *Quadro do paisagismo*. São Paulo: USP, 1995; MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp/IOESP, 2003; MACEDO, S. S.; ROBBA, F. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp/IOESP, 2003.
- ¹⁸ Cf. NIETSCHKE, F. W. *Sobre la utilidad y el perjuicio de la historia para la vida: II Intempestiva*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1999. Publicado inicialmente em 1874 este texto marca distância com as posturas historicistas desde Hegel e apresenta uma crítica severa ao trabalho do historiador positivista, considerando-o estéril como contribuição à história da cultura.
- ¹⁹ Cf. KLIASS, R. G. A.; MAGNOLI, M. M. *Áreas verdes de recreação: município de São Paulo*. São Paulo: S. N., 1970. Neste trabalho fizeram um minucioso estudo das áreas verdes públicas livres no município propondo sua transformação em parques. Não é, portanto, um trabalho de história, e sim de catalogação e proposição de uso de áreas verdes para período.
- ²⁰ MAGNOLI, M. M. Contribuição ao estudo dos espaços livres de uso público nos grandes aglomerados urbanos. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 1973 e MAGNOLI, M. M. *Espaços livres e urbanização: um introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. São Paulo: FAUUSP, Tese de Livre-Docência, 1982.
- ²¹ LOUREIRO, M. A. S. *A cidade e as áreas verdes*. São Paulo: PMSP/SSO/DEPAVE, 1979.
- ²² KLIASS, R. G. *Parques urbanos de São Paulo e sua Evolução na cidade*. São Paulo, Pini, 1993.
- ²³ SANDEVILLE. 2004.
- ²⁴ BARTALINI, V. *Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 1999.
- ²⁵ Cf. FERNANDEZ, A. GOMES, M. A. F. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. In: *Ciência e Cultura*, abr./jun., v.56, n.2, p.23-5.
- ²⁶ LEME, M. C. S. *Urbanismo no Brasil, 1895-1960*. São Paulo: Studio Nobel/FUPAM/FAUUSP, 1999.
- ²⁷ RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. (orgs). *Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- ²⁸ CAMPOS NETO, C. M. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 1999.
- ²⁹ SOMEKH, N. (org). *A cidade não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo: Mackpesquisa, 2002.
- ³⁰ Cf. LEME, M. C. S. Revisão do Plano de *Avenidas: um estudo sobre planejamento urbano, 1930*. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 1990; TOLEDO, B. L. *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996. A idéia de parque em Prestes Maia merece uma atenção especial, ainda que diversos autores tenham se dedicado a sua obra. Na maioria dos casos, esses estudos se concentram em identificar as matrizes urbanísticas usadas pelo urbanista, algo que ainda pode e deve ser revisto, devido à complexidade das redes de influências das quais se apropria, bem como das paradoxais relações que por vezes identificamos entre seu discurso e sua atuação prática.
- ³¹ SIMÕES JR., J. G. *Anhangabaú: História e Urbanismo*. São Paulo: FAUUSP, 1995; ANDRADE, C. R. M; LEME, M. C. S. Rio Tietê: dos meandros às avenidas marginais. In: *Anais do II Seminário Metrópoles Latino-americanas*, S/D, p.106-14.
- ³² ANDRADE, C. R. M. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitário do Eng. Saturnino de Brito*. São Paulo: FAUUSP, Dissertação de mestrado, 1992; e ANDRADE, C. R. M. *Barry Parker – um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP. Tese de Doutorado, 1998.
- ³³ OLIVEIRA. 2003.
- ³⁴ FERNANDEZ, A. GOMES, M. A. F. 2004, p.25.
- ³⁵ DAL CO. 1988, p.141-293.
- ³⁶ Citado em BURKE. 1997, p.21.
- ³⁷ A concepção metafísica da *Idea* de Platão aparece retomada nos mais distintos campos do pensamento filosófico e científico humano ao longo dos séculos, entendida seja como essência e base das realizações terrenas, seja como força motriz da compreensão do mundo no plano intelectual, em primazia sobre o conhecimento sensível, dentre outras acepções. Para uma análise extremamente cuidadosa do termo, e por sua interpretação como campo de conteúdos, veja a obra de Panofsky: *Idea, a evolução do conceito de belo*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

- ³⁸ Como defendeu Giordano Bruno, influenciado pelo platonismo e pelo neoplatonismo, como método para se definir a infinitude do espaço, rompendo com a finitude do mundo copernicano, em última instância questionando a cosmologia de matriz aristotélica. Postula o maior valor da reflexão teórica sobre a percepção dos sentidos, pois estas seriam errôneas, confusas e limitadas. Para uma análise mais apurada do tema Cf. KOYRÉ, A. *Del mundo cerrado al universo infinito*. Madrid: Siglo veintiuno, 1979, p.47.
- ³⁹ Nessús trabalha com a hipótese de que a ideologia não seria somente a “aparência” oposta ao “sonho”, mas também a “aparência do sonho”. NESSÚS, A. *Utopía*. Barcelona: Barral Editores, 1970, p.11.
- ⁴⁰ Cf. MANNHEIM, K. *Ideología y utopía*. Madrid: Aguilar, 1958.
- ⁴¹ HORKHEIMER, M. *La Utopía*. In: NESSUS. 1970, p.97.
- ⁴² Ruth Eaton comenta a formação da palavra por More e alerta para essa inteligente ambigüidade posta pela contração dos vocábulos *ou* e *eu* do grego, possibilitando o seu entendimento como “*não*” ou “*bom*” lugar. Mannheim aponta ainda para a origem da literatura utópica com Platão, em sua obra *Estado*. Cf. EATON, R. *Ideal cities: utopianism and the (um)built environment*. New York: Thames and Hudson, 2001, p.12 e p.84.
- ⁴³ Segundo o autor, há três variantes do termo, sendo o primeiro relativo à forma literária de certo tipo de romance oriundo de Tomas More; a segunda, referente a uma determinada fase do pensamento sociológico caracterizada por métodos pré-científicos, em que se incluem Owen, Fourrier e Sant Simon; e uma última abrangente e relativa a alterações na convivência social, como sonho moderno de uma ordem social justa e verdadeira. Cf. NESSÚS. 1971, p.11-17.
- ⁴⁴ Veja: ROSENAU, H. *La ciudad ideal: su evolución arquitectónica en Europa*. Madrid: Alianza editorial, 1986, p.16.
- ⁴⁵ Confirma BRONER, E. S. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Campinas: Papirus, 1997, p.81-2.
- ⁴⁶ Cabe lembrar, a partir dessa afirmação, que as reflexões geradas pelos primeiros urbanistas, utópicos ou não - como Cerdà, Otto Wagner e Haussmann – permanecem em vários aspectos no que podemos chamar uma segunda produção teórica a partir do final do século XIX, com os trabalhos de Howard, Tony Garnier, Bruno Taut, Le Corbusier, Hilberseimer, dentre outros tantos que propuseram cidades ideais para este novo momento histórico.
- ⁴⁷ LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001, p.145. Confirma no mesmo texto interessante abordagem sobre a visão de Braudel sobre a organização do espaço e suas temporalidades. Veja tb. BRAUDEL, F. *Histoire et sciences sociales: la longue durée*. In : *Annales*, n.17, 1958.
- ⁴⁸ WEBER, M. *La ciudad*. Madrid: Ed. La piqueta, 1987, p.4-5 e p.165. Cf. também: TAFURI, M. *Teorias e historia de la arquitectura*. Madrid: Celeste ediciones, 1997, p. 367-77.
- ⁴⁹ Quincy faz uma diferença clara entre tipo e modelo. O primeiro, na sua acepção, é mais flexível e se refere mais a uma idéia de um elemento que deve, ele mesmo, servir de regra ou modelo, do que a imagem de uma coisa a copiar ou imitar completamente. O modelo, por sua vez, é pensado como algo fechado, completo e é pensado para ser copiado tal como é. Quincy faz aqui uma ressalva de que a idéia de modelo a que se refere é a entendida dentro da execução prática da arte. Veja extratos do *Dictionnaire del'architecture* de Quatremère de Quincy, publicado em Paris em 1832. Utilizamos aqui o livro: QUINCY, Q. *De l'imitation*. Bruxelles: Archives d'architecture moderne, 1980. Cf. Capítulo: “Sobre o conceito de tipologia arquitetônica em ARGAN, G. C. *Progetto e destino*. Milano: Alberto Mondadori Editore, 1965. Montaner faz uma interessante síntese sobre a os conceitos de “tipologia”. Cf. MONTANER, J. M. *Después del movimiento moderno*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1993, p.151.
- ⁵⁰ CHOAY. 1970, p.20.
- ⁵¹ ROSENAU. 1986, p.16.
- ⁵² Nesta acepção, entendemos, como exemplo elucidativo, que a proposta de Le Corbusier *La ville pour trois millions d'habitants* pode ser entendida, e o foi para inúmeros arquitetos e urbanistas, como modelo urbano referencial, da mesma forma como o *Plan Voisin* ou Chandigar.
- ⁵³ Cf. *Encyclopédie raisonnée des Sciences et des Arts* de 1751.
- ⁵⁴ Luque desenvolve ainda as relações entre a nascente urbanística na Alemanha e os problemas de crescimento, higiene e circulação nas cidades européias a partir da primeira metade do século XIX. O *Städtebau*, com Baumeister, Stüben e Eberstädt, se propôs a racionalizar as tentativas de intervenção urbana fixando critérios científicos de atuação. LUQUE, J. *Constructores de la Ciudad Contemporánea: aproximación disciplinar a través de los textos*. Madrid: Cie Inversiones Editoriales, 2004, p. 17.
- ⁵⁵ Giedion se propõe a examinar exatamente quais foram essas permanências da urbanística Ilustrada no século XIX e XX, no capítulo VII - La Urbanística en el Ochocientos – de *Espacio, Tiempo y Arquitectura*.

- ⁵⁶ BRUANT, C. Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. In: RIBEIRO; PECHMAN. 1996, p.170 e p.195.
- ⁵⁷ CHOAY. 1970, p.11.
- ⁵⁸ Verifica-se que a prática capitalista já havia, desde a baixa idade média, criado um caráter econômico radicalmente diferente do existente nas cidades antigas e colaborado para a criação de um grande número de cidades, sobretudo até princípios do século XIV.
- ⁵⁹ Cf. AYMÓNINO, C. *Orígenes y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1971.
- ⁶⁰ LEFEVRE, H. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Edicions 62, 1969, p.17.
- ⁶¹ LAVEDAN, P. *Histoire de l'urbanisme*. v. III- Epoque contemporaine. Paris : Ed. Henri Laurens, 1952.
- ⁶² FISHMAN, R. *L'utopie urbaine au XXe siècle* : Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier. Bruxelles : Pierre Mardaga, 1979, p.14.
- ⁶³ BENEVOLO. 1992. O texto original é de 1962. Comenta ainda para o caráter *a posteriori* de aparecimento da urbanística, frente aos já existentes problemas citadinos, como resposta e não como proposição prévia.
- ⁶⁴ Para maiores informações sobre as propostas de Godin, Fourier, Saint-Simon e Owen veja, dentre outros, o capítulo 2 de BENEVOLO. 1992 e a primeira parte de *Unit 23: The Garden City*. Walton Hall, Milon Keynes: The Open University Press, 1975.
- ⁶⁵ MARX, C.; ENGELS, F. *Manifesto del Partido Comunista*. In: Obras Escogidas, Buenos Aires: Ed. Cartago, 1957, p.33, Citado em BENEVOLO. 1992, p.112-3.
- ⁶⁶ Cf. HORKHEIMER. In: NESSÚS, 1970, p.92.
- ⁶⁷ Frank Lloyd Wright seja talvez a maior exceção em relação à tendência de valorização do espaço público, privilegiando, por sua vez, em *Broadacre City*, a propriedade privada e o individualismo.
- ⁶⁸ Cf. ROSENAU. 1986, p.57-60 e p.88-9.
- ⁶⁹ JELICOE, G. *El paisaje del hombre*: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2000.
- ⁷⁰ MADERUELO, J. *El Paisaje*: génesis de un concepto. Madrid: Abada Editores, 2005, p.53.
- ⁷¹ GRIMAL, P. *Les jardins romains*. Paris : Fayard, 1984, p.109. Citado em MADERUELO. 2005, p.54.
- ⁷² CAPEL, H. *La Morfología de las ciudades*: I Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002, p.295.
- ⁷³ CAPEL. 2002, p.296-9.
- ⁷⁴ O termo *Boulevard* significou, em sua origem, um passeio público arborizado que circunda uma cidade, normalmente ocupando o espaço onde estavam as antigas muralhas. O primeiro construído em Paris foi aberto por Luís XIV em 1670. Cf. GIEDION. 1978a, p. 696; LÉPETIT. 2001, p.139.
- ⁷⁵ Cf. MORALES, E. C. Alameda mexicana. Breve crónica de un viejo paseo. In: Catálogo de exposición *Alameda. Visión histórica y estética de la Alameda de la ciudad de México*. Milán: Arte editores, 2001, p. 16-17.
- ⁷⁶ CHADWICK. 1966, p.19. O período vitoriano inicia-se no Reino Unido em 1837 e se prolonga até 1901, ao qual se seguiu, até 1910, o reinado de Eduardo VII.
- ⁷⁷ Idem, p.44.
- ⁷⁸ Cf. citado por HOLANDA. 1963, p.137.
- ⁷⁹ Citado por CHADWICK. 1966, p.50-1.
- ⁸⁰ Os incêndios que haviam arrasado Londres e Hamburgo e as pestes que se propagaram, por exemplo, em Nápoles e Veneza, se punham como exemplos a combater.
- ⁸¹ Cf. LAVEDAN. 1952, p.378. O autor comenta estudos de sociólogos estadunidenses afirmando que a delinqüência era 30% maior entre pessoas que não praticavam atividade física do que entre as que freqüentavam os locais de jogos.
- ⁸² MADERUELO. 2005, p.56. Nesta passagem detêm-se em como se recuperam os jardins romanos a partir de projeções de experiências e ideários que em realidade se aproximavam muito mais dos ideais românticos do que de fato teriam sido na antiguidade.

- ⁸³ O termo, de acordo com o autor, tem na cultura ocidental duas raízes etimológicas claras, uma derivada das línguas germânicas (*landschaft*) e outra do Latim, de onde saem *paesaggio*, em italiano; *paysage*, em francês, *paisaje*, em espanhol e *paisagem*, em português. No primeiro ramo, seu significado teria se desenvolvido e se aproximaria à idéia de “aspecto de um território”. No segundo, se refere ao mundo rural (*pagus*) e também a “país”, expressando a idéia de região, província e nação; desenvolvendo-se até a plena consolidação do termo “paisagem” no século XVII, pela pintura.
- ⁸⁴ PANOFKY. 1994, p.100. Cf. tb. PEVSNER, N. *Estudios sobre arte, arquitectura y diseño*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983, p.119, em que afirma que: “*El libre crecimiento del árbol es interpretado obviamente como símbolo del libre desarrollo del individuo, el camino y el arroyo serpenteantes como la libertad inglesa de pensamiento, creencias y acción, y la adhesión a la naturaleza en ética y política*”. E a passagem: “*La ilustración uniera indisolublemente su concepto de la naturaleza con la idea de libertad. Allí, donde la libertad se fundaba en el derecho natural, la naturaleza misma podía convertirse, a su vez, en símbolo de la libertad.*” VON BUTTLAR, A. *Jardines: del Clasicismo y el Romanticismo: el jardín paisajista*. Madrid: Nerea, 1993, p.13.
- ⁸⁵ MIDDLETON; R.; WATKIN, D. *Architecture of the Nineteenth Century*. Milano: Electa Architecture, 2003, p.35-64. Veja também a fundamental obra: HUNT, J. D. *Gardens and the Picturesque: Studies in the History of Landscape Architecture*. Massachusetts: MIT Press, 1992.
- ⁸⁶ MIDDLETON; WATKIN. 2003, p.48; Cf. também: TEYSSOT, G. (et. al.). 1991; CHADWICK. 1966, p. 20-2.
- ⁸⁷ CLIFFORD, D. *Los jardines, Historia, Trazado, Arte...*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1970, p.110. Cf. Ainda VON BUTTLAR. 1993, p. 79.
- ⁸⁸ Recordamos ainda a conhecida polêmica entre Repton, na tradição de Brown, por um lado, e Knight e Price de outro, com a crítica de que os jardins do primeiro careciam de pinturesquismo e que, portanto, seriam monótonos. A defesa de Repton focada na utilidade dos espaços foi um momento importante na discussão teórica no paisagismo e serviu de base para as propostas de um grande número de paisagistas posteriores. Veja CHADWICK. 1966, p.22-3.
- ⁸⁹ Cf. PANZINI. 1993, p.177.
- ⁹⁰ Importantes contribuições à história do parque urbano podem ser encontradas nestes artigos: YOUNG, T. Modern Urban Parks. In: *Geographical Review*, v.85, n.4, oct., 1995, p.535-551; CONWAY, H. Everyday Landscapes: Public Parks from 1930 to 2000. In: *Garden History*, v.28, n.1, 2000, p.117-134; TAYLOR, H. A. Urban Public Parks, 1840-1900: Design and Meaning. In: *Garden History*, v.23, n.2, 1995, p.201-221 e JORDAN. H. Public Parks, 1885-1914. In: *Garden History*, v. 22, n.1, 1994, p.85-113.
- ⁹¹ Cf. MAASS, I. Public Parks. In: BURCKHARDT, L. *The Werkbund: Studies in The History and Ideology of the Deutscher Werkbund 1907-1933*. London: The Design Council, 1980, p.57-65.
- ⁹² Cf. HANEY, D. “No House Building without Garden Building!” (“Kein Hausbau ohne Landbau!”): The Modern Landscapes of Leberecht Migge. In: *Journal of Architectural Education*, 2001, p.149-157.; e HÜLBUSCH I. M. “Everyone self-sufficient” – The urban garden colonies of Leberecht Migge (from the flight to the harmonious life of the countryside to the idea of socially involved garden architecture). In: BURCKHARDT, L. *The Werkbund: Studies in The History and Ideology of the Deutscher Werkbund 1907-1933*. London: The Design Council, 1980, p.66-71.
- ⁹³ DE MICHELIS, M. The Green Revolution: Leberecht Migge and the Reform of the Garden in Modernist Germany. In: TEYSSOT, G. *The history of garden design: the western tradition from Renaissance to the present days*. London: Thames and Hudson, 1991, p.409.
- ⁹⁴ HANEY, D. “No House Building without Garden Building!” (“Kein Hausbau ohne Landbau!”): The Modern Landscapes of Leberecht Migge. In: *Journal of Architectural Education*, 2001, p.149-157
- ⁹⁵ LAVEDAN. 1952, p.395.
- ⁹⁶ Cf. SCHORSKE, C. E. *Fin-de-siècle : Vienna, politics and culture*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1980. Mais detalhes sobre esta proposta serão dados no capítulo seguinte.
- ⁹⁷ DAL CO. 1988, p.144.
- ⁹⁸ FEIN, A. Citado por DAL CO. 1988, p.169.
- ⁹⁹ Veja maiores informações sobre esse movimento no capítulo 4.
- ¹⁰⁰ Veja o livro de Forestier. *Grandes villes et système de parcs*, de 1906. Trataremos mais detalhadamente do assunto no capítulo 2.
- ¹⁰¹ Reportamo-nos, acerca do cenário de debates da primeira década do novo século, para a Town Planning Conference da RIBA, em Londres, que, de acordo com DAL CO. 1988, foi um momento crucial de intercâmbio

de experiências entre europeus e americanos, de estudos sobre modelos urbanísticos que contou com presenças de personagens como Stüben, Eberstadt, Geddes, Unwin, Howard, Henard, da parte europeia e Burnham, Robinson e Basset, por parte americana. p.229-230.

- ¹⁰² Em 1928, afirma que uma casa é bela se permite viver em contato com o céu e a copa das árvores. Cf. GIEDION. 1995.
- ¹⁰³ Veja-se, como outro exemplo, como no número 7 da revista do GATEPAC, em 1932, e em consonância com as discussões dos CIAM, escrevem um artigo intitulado “*La necesidad de la vida al aire libre*”, em que, além de mencionar o “*afán de contacto directo con la naturaleza*”, do homem moderno, especificam com clareza uma visão de enfrentamento da questão, afirmando que estes espaços eram: “*Un problema de nuestro tiempo que impone una solución nueva, divorciada de toda clase de tradiciones históricas y de experiencias anacrónicas*”. p.17. Assim, entende-se que não apenas a criação destes locais era necessária, mas também se pretendia a definição de uma nova linguagem que, como na arquitetura, refletisse as novas condições da sociedade, em suma, o *Zeitgeist*. O parque deveria ser, portanto, pensado a partir de outros pressupostos e desvinculado dos conhecidos estilos vigentes.
- ¹⁰⁴ BAUDELAIRE, C. *El pintor de la vida moderna*. Murcia: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Murcia, 2004, p. 91.
- ¹⁰⁵ Idem. p.92.
- ¹⁰⁶ MONTANER. 1993, p.12. Ao tratarmos da “arquitetura moderna” nos referimos a esta produção.
- ¹⁰⁷ Note-se que no Brasil, o termo “modernismo” se refere à produção do chamado Movimento Moderno, distanciando-se, portanto, do seu entendimento na língua castelhana, relacionado à produção próxima ao Art Nouveau.
- ¹⁰⁸ BENÉVOLO. 1992. Neste sentido, tanto as propostas de Howard, como de Taut e de Le Corbusier, são entendidas dentro dessa acepção ampla, ainda que tenhamos claras as diferenças de contexto e as matizes específicas de cada proposta.
- ¹⁰⁹ CHADWICK. 1966, p.19. Cf. tb. PANZINI. 1993; YOUNG. 1995; TAYLOR. 1995 e DAL CO. 1988, p.141-293.
- ¹¹⁰ MACEDO; SAKATA. 2003, p.22.
- ¹¹¹ Citado em SILVA, M. A.; ALCIDES, M. M. Collecting and Framing the Wilderness: The Garden of Johan Maurits (1604-79) in North-East Brazil. In: *Garden History*, v.30, n.2, p.153.
- ¹¹² A corte de Nassau contava com as presenças do botânico Jorge Marcgrave (1610-1644), dos pintores Franz Post (1612-1680), Albert van der Eckhout (1637-1664) e Zacarias Wagener (1617-1668).
- ¹¹³ Prefácio de Rubens Borba de Moraes à segunda edição de: SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976, p. p.11.
- ¹¹⁴ O período de dominação holandesa, no século XVII, já havia se caracterizado por um momento de inúmeros estudos naturalísticos, ainda que restritos geograficamente. A corte de Nassau contava com as presenças do botânico Jorge Marcgrave (1610-1644), de Barléus (1684-1648) e dos pintores Franz Post (1612-1680), Albert van der Eckhout (1637-1664) e Zacarias Wagener (1617-1668). No entanto, é somente a partir do século XIX que o país receberá estudos mais amplos e será objeto de uma variada gama de pesquisadores.
- ¹¹⁵ Rubens de Andrade comenta que, em 1753, em Belém se iniciam os trabalhos da Comissão Demarcadora de Terras do Império, com sentido de efetivar a política de ampliação do domínio territorial português. Destaca a importância do arquiteto Antonio José Landi, membro da equipe, na atuação em favor da pesquisa botânica de espécies amazônicas e na adaptação de plantas exóticas, como a Mangueira. Esse contexto permitiu a criação do jardim botânico da cidade cinco anos depois. ANDRADE, R. A construção da Paisagem Urbana no Brasil: processos e práticas de arborização. In: TERRA, C. (coord.). *Arborização: ensaios historiográficos*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2004, p.92.
- ¹¹⁶ FOUCAULT. 1993, p.132.
- ¹¹⁷ Tanto os passeios públicos do Rio, como o de Belém se realizaram em áreas de aterro e ainda apresentam outras características formais semelhantes, como a definição de caminhos longos e retilíneos, franqueadas por árvores de grande porte. O primeiro, projeto do artista Valentim da Fonseca e Silva (Mestre Valentim) e o último foi projeto do Capitão Engenheiro João Rafael Nogueira, no Arraial de Nazareth, ambos com a finalidade de proporcionar à cidade sítios aprazíveis e higiênicos. Sobre o Passeio Público trataremos no capítulo 3.

¹¹⁸ Glaziou chegou no Rio de Janeiro em 1858 e, além de ter trabalhado como diretor de matas e jardins e de coordenador do Departamento de Parques e Jardins da Casa Imperial, organizou diversas viagens de coleta de espécimes nativas.

¹¹⁹ “*Lo que estaba en la base del desarrollo espontáneo del capitalismo americano y que determinó las condiciones adecuadas que hicieron posible este desarrollo fue la libre propiedad de la tierra, producida por la ciudad. Es este el significado económico del sistema de la ciudad en New England, entendido como fundamento de la ciudad moderna americana*”. HIRAIDE, N. The New England Town and the Beginning of American Capitalist Democracy. In: The American Journal of Economics and Sociology, XX, oct., 1961, p.534. Citado em DAL CO. 1988, p.145.

¹²⁰ Sobre o plano de Belo Horizonte Cf. GOMES, M. A. F.; LIMA, F. M. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961. In: LEME. 1999, p.120-40; bem como BRUAND. 1981, p.346-9.